



PRACA

REVISTA DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFPE



VOLUME 4 - NÚMERO 1, 2020
ISSN 2595-1025

dossiê

Florestan
Fernandes



Contato

revistapracaufpe@gmail.com

Para mais informações, arquivos e submissões em fluxo contínuo, acesse:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca>

Imagem da capa:

Câmara dos Deputados

Informações Bibliográficas:

Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE

Volume 4, Número 1, 2020, 106 páginas

ISSN: 2595-1025

Comitê Editorial:

Anita Pequeno

Carla Ribeiro Sales

Claudia R. Ferreira de Brito

João Flávio M. Amaral

Marcele de Moraes Silva

Mariana Albuquerque

Raphael Nascimento

Rebecca Portela Melo

Samara Maria de Almeida

Agradecimentos:

À professora Eliane Veras e ao professor Diogo Valença pela gentil escrita do editorial.

A todos os autores e pareceristas que contribuíram para a produção desta edição.

Sumário

Editorial	4
-----------------	---

Dossiê: Florestan Fernandes

As pesquisas folclóricas desenvolvidas por Florestan Fernandes: <i>uma introdução</i>	6
Rebeca Bandeira	

Cem anos de Florestan Fernandes: <i>uma vida dedicada à defesa da escola pública</i>	19
Cláudia Sena Lioti e Márcia Marlene Stentzler	

Ensino de Sociologia no Ensino Médio: <i>o olhar de Florestan Fernandes</i>	33
Célia Oliveira dos Santos Neta	

Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos: <i>apontamentos sobre o capitalismo dependente e o fascismo na América Latina</i>	45
Itamá Winicius do Nascimento Silva	

Florestan Fernandes: <i>um precursor da política de promoção da igualdade racial no Brasil?</i>	69
Tairine Ferreira Pimentel	

O paradoxo da democracia nas relações raciais: <i>uma leitura de “A integração do negro na sociedade de classes”</i>	83
Lara Maria Alves Falcão	

Resenha

Recursos para um ativismo intelectual: <i>o paradigma da interseccionalidade em Patricia Hill Collins</i>	102
Lunara Gomes	



Editorial

Qual a importância de se estudar a obra de Florestan Fernandes hoje?

Um dos maiores legados de Florestan Fernandes, reconhecido sem exceções pelos intérpretes de sua produção sociológica, seria a ênfase no rigor do trabalho acadêmico e adesão convicta às exigências da objetividade do conhecimento científico. Não há dúvida de que o autor se adaptou às normas da ciência. Foi além, pois Florestan Fernandes construiu novos critérios de pesquisa científica na Sociologia, reelaborando as heranças clássicas das ciências sociais e, também, redefinindo as contribuições teóricas e de método de muitos de seus pares contemporâneos, nacionais e estrangeiros. Há, entretanto, outro legado de Florestan Fernandes raramente discutido: a sua preocupação constante com a utilização prática do saber sociológico por meio da construção de canais sociais de aproveitamento das ciências sociais.

O uso das ciências sociais não seria um problema meramente teórico. Os cientistas sociais costumam conversar quase exclusivamente com os próprios pares. Deixamos de dar respostas aos dilemas enfrentados pela coletividade, pois não temos canais sociais de aproveitamento do saber sociológico e não nos preocupamos com a construção sistemática desses canais. O espírito aristocrático da torre de marfim ainda permanece como símbolo de prestígio do cientista social, que evita colocar a mão na massa. O próprio debate público fica estiolado com o ritmo acelerado de informações após as consequências contemporâneas das revoluções técnico-científica e informática. Nesse sentido, as ciências sociais não conseguem dar respostas intelectuais que se transformem em força material das lutas democráticas na sociedade brasileira. Uma situação grave com os atuais riscos à nossa democracia.

As lições de Florestan Fernandes não dizem respeito apenas a uma forma rigorosa de produzir cientificamente, a um modo de praticar a sociologia, mas também à sua atitude ativa de

procurar refletir e construir os canais de participação do cientista social nos processos históricos e políticos de sua própria sociedade. É assim que se deve interpretar, por exemplo, sua pesquisa sobre o negro e seu envolvimento na Campanha em Defesa da Escola Pública e nos debates sobre a reforma universitária. De igual modo, seus trabalhos sobre o subdesenvolvimento e o capitalismo dependente são contribuições inegáveis para o debate público brasileiro dos anos 1960 e 70.

Esse legado de Florestan Fernandes até hoje não foi assumido como um projeto coletivo de autodefesa da profissão de cientista social, apesar de existirem algumas tentativas de articular um movimento mais amplo, como nas associações que defendem a presença da Sociologia e das Ciências Sociais no ensino médio. Essa é uma das tarefas indicadas por Florestan Fernandes a ser cumprida pelas novas gerações – tarefa que a revista *Praça* tomou para si, ao editar este número em celebração ao centenário de nascimento do Patrono das Ciências Sociais no Brasil. Esperamos que ela floresça!

Muritiba / Recife, 21 de janeiro de 2021.

Diogo Valença de Azevedo Costa

Eliane Veras Soares

As pesquisas folclóricas desenvolvidas por Florestan Fernandes: *uma introdução*

Rebeca Bandeira*

Resumo

O folclore, enquanto objeto de pesquisa, foi tema presente na obra de Florestan Fernandes entre os anos de 1941 e 1962. Cronologicamente, trata-se de uma das primeiras temáticas que despertou o interesse científico no autor. Não obstante, as contribuições sociológicas fornecidas pelos estudos folclóricos desenvolvidos por Florestan Fernandes envolveram reflexões amplas sobre a relação existente entre o folclore e a cultura, entre o folclore e a educação e entre o folclore e a sociedade como um todo. Diante disso, este artigo buscou explorar alguns desses pontos, bem como procurou levantar algumas hipóteses para justificar o interesse do autor pelo tema.

Palavras-chave: Folclore. Cultura. Sociedade. Educação. Estudos folclóricos.

The folk researches developed by Florestan Fernandes: *an introduction*

Abstract

Folklore, as an object of research, was a theme present in the work of Florestan Fernandes between the years 1941 and 1962. Chronologically it was one of the first themes that aroused scientific interest in the author. Nevertheless, the sociological contributions provided by the folklore studies developed by Florestan Fernandes involved broad reflections on the relationship between folklore and culture, between folklore and education, and between folklore and society as a whole. Therefore, this article sought to explore some of these points, as well as to raise some hypotheses to justify the author's interest in the theme of folklore.

Keywords: Folklore. Culture. Society. Education. Folk studies.

*Mestra em Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp) e graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: rebecacsbandeira@gmail.com.

Introdução

Certamente o nome de Florestan Fernandes (1920 – 1995) ocupa um papel de destaque no âmbito das Ciências Sociais brasileira, pois se trata de um pesquisador genuíno, que contribuiu empírica e analiticamente para o processo de interpretação das particularidades deste país. Florestan Fernandes se dedicou a diversas temáticas ao longo de sua carreira, tais como a questão indígena, a questão racial, a questão educacional, entre outras. Porém, o artigo que aqui segue tem por objetivo apresentar um panorama geral do envolvimento e das contribuições dadas pelo autor no que diz respeito ao folclore.

Para pensar a atuação de Florestan Fernandes diante do tema do folclore é preciso fazer algumas considerações prévias que, em alguma medida, ajudam a explicar a ligação do cientista social com o objeto. Sem dúvidas, já é bastante conhecida a trajetória de vida do autor, sobretudo por se tratar de uma trajetória que divulga a condição *sui generis* de um indivíduo que conseguiu romper com a sua condição de classe.

Nascido em 1920 na cidade de São Paulo, o autor vivenciou circunstâncias em sua infância e adolescência que mesclaram extrema pobreza e trabalho precarizado, algo sintomático de uma cidade que experimentava transformações sociais profundas advindas da crise oligárquica em paralelo com o processo de urbanização e industrialização. São Paulo era uma cidade em que coexistiam elementos do passado e de um futuro em construção, algo que gerava uma realidade complexa marcada por desigualdades sociais. Naquele momento, o folclore era um dos elementos do passado que ainda se fazia presente apesar de toda a mudança social em curso. O próprio Florestan Fernandes ao lembrar de sua infância mencionou ter tido a oportunidade de “[...] de sofrer o impacto humano da vida nas trocinhas e de ter réstias de luz que vinha pela amizade que se forma através do companheirismo (nos grupos de folguedo, de amigos de vizinhança [...] e por aí afora)” (FERNANDES, 1977, p. 143). Portanto, o folclore desde muito cedo esteve presente na vida pessoal do autor.

No ano de 1941, contra todas as expectativas imaginadas para um sujeito oriundo da classe trabalhadora, Florestan Fernandes ingressou no curso de Ciências Sociais e Políticas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Durante o primeiro ano de curso, Florestan Fernandes reencontrou o folclore, porém não mais como parte de seu horizonte cultural de infância, mas sim como uma oportunidade de tomá-lo como um objeto de pesquisa. Esse reencontro com o tema ocorreu quando Florestan Fernandes cursou uma disciplina oferecida por Roger Bastide (1898 - 1974), mas na ocasião ministrada por sua assistente Lavínia da Costa Vilela (1907 – ?). A disciplina permitiu que Florestan Fernandes pesquisasse cientificamente as manifestações folclóricas, de forma que “[...] para um recém egresso dos quadros mentais da cultura folk, aquela pesquisa era fascinante” (FERNANDES, 1977, p. 161). Isto é, o envolvimento de Florestan Fernandes com o assunto era algo que tinha um valor substancial para ele justamente

por ser um sujeito oriundo da classe trabalhadora que se encontrava, naquele momento, no interior da Universidade de São Paulo dispondo da oportunidade de pesquisar um tema que não era inédito em sua própria trajetória de vida.

Se o folclore não era novidade na vida de Florestan Fernandes, tampouco era novidade como área de estudos. No interior da Universidade de São Paulo, as pesquisas sobre a cultura nacional eram estimuladas por Roger Bastide que, desde a sua chegada ao Brasil em 1938¹, ocupava a cátedra de Sociologia I da USP. Todavia, as manifestações populares não gozavam de prestígio somente no interior das universidades, tal como demonstram os trabalhos de Cavalcanti e Vilhena (1990), Cavalcanti (2002) e de Silva e Cruz (2018). Segundo esses autores, o folclore se constituía como uma área de investigação que interessava as políticas governamentais de forma estratégica. Isso ocorreu porque nos tempos áureos das pesquisas folclóricas, entre as décadas de 1940 e 1950, os governantes atribuíam importância às manifestações folclóricas em duplo sentido. O primeiro deles se relacionava com o clima de urgência em mapear e coligar os materiais folclóricos, visto o acelerado processo de mudança social em curso que modificava e/ou suprimia certas manifestações folclóricas. Em 1958, com o objetivo de discutir esse assunto, o poder executivo brasileiro decretou a instituição da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro que

[...] trazia uma proposta de atuação urgente: no folclore [...] se encontravam os elementos culturais autênticos da nação, porém o avanço da industrialização e a modernização da sociedade representavam uma séria ameaça. Por essa razão, a cultura folclórica devia ser intensamente divulgada e preservada (CAVALCANTI, 2002, p. 4).

Já o segundo sentido, relacionava-se à pertinência atribuída a esse tema na busca pela definição da identidade brasileira, pois as autoridades governamentais acreditavam que as manifestações folclóricas auxiliavam no processo de compreensão científica da identidade nacional. Quer dizer, ao compreender o folclore seria possível compreender a identidade do povo brasileiro e, por isso, era um tema de interesse nacional.

Da mesma forma, Florestan Fernandes reconhecia a potência do folclore enquanto um objeto de estudos capaz de desnudar certas particularidades formativas da identidade da nação brasileira. Essa constatação pode ser confirmada com o seguinte trecho:

Entre nós, o folclore representou, desde o começo, uma tentativa para estabelecer, concretamente, o papel desempenhado na formação da cultura brasileira pelas “correntes étnicas formadoras” (índio, português e negro) e para delimitar o alcance das atividades transformadoras ou criadoras dos seus descendentes (FERNANDES, 2003, p. 145).

Porém, outros aspectos acerca do folclore também interessavam Florestan Fernandes. Para

1 Sobre a influência da figura de Roger Bastide na produção sociológica brasileira, é interessante consultar os trabalhos de QUEIROZ (1994) e PEIXOTO (2000).

o autor, além do processo de coligir, mapear e descrever os materiais folclóricos era fundamental que os estudiosos do folclore se dedicassem também a interpretar sociologicamente esses mesmos materiais (FERNANDES, 1978, 2003). Sobre esse ponto, é necessário salientar que o autor percorreu esse caminho intelectual, pois em um primeiro momento ele privilegiou a realização do trabalho empírico de coleta de dados e posteriormente realizou interpretações teóricas e analíticas sobre os dados coletados. Mediante a essa proposta investigativa, Florestan Fernandes pôde compreender as relações estabelecidas entre o folclore e a cultura, entre o folclore e a educação e entre o folclore e a sociedade. As conclusões a que ele chegou, e que serão apontadas ao longo deste artigo, podem ser resumidas da seguinte maneira: o folclore é cultura, o folclore tem potencial educativo e, além disso, o folclore não é uma vivência cultural exclusiva de uma única classe social. Faz-se necessário, porém, compreender a crítica formulada por Florestan Fernandes a respeito do surgimento dos estudos e das pesquisas folclóricas.

As origens do folclore

Um dos temas que mobilizou as interpretações de Florestan Fernandes sobre a questão folclórica foi a busca por compreender as origens do folclore enquanto área de estudos. Para o autor, o folclore possuía um duplo caráter. O folclore poderia ser entendido tanto como uma expressão/manifestação cultural viva quanto como uma área de estudos que, por sua vez, buscava a sistematização do conhecimento a partir da observação dos materiais folclóricos (FERNANDES, 2003).

A palavra folclore, surgida de um neologismo (*folk-lore* – saber do povo), foi utilizada pela primeira vez pelo etnólogo inglês William John Thoms, em 1848. Àquela época, o termo foi empregado para designar uma área de estudos que se ocupava em pesquisar as antiguidades populares. Todavia, Florestan Fernandes era crítico da ideia de que o folclore se limitava exclusivamente às antiguidades populares. Para o autor, essa ideia conduzia os pesquisadores do folclore a interpretar que “[...] em síntese, o objeto do folclore seria [...] o estudo dos elementos praticamente ultrapassados: as ‘sobrevivências’” (FERNANDES, 2003, p. 41).

Esse entendimento acerca do folclore era questionável para Florestan Fernandes, pois cabia indagar sobre qual grupo social era considerado o portador dessas manutenções culturais ou “atrasos”, sobretudo ao colocar em pauta as transformações sociais, culturais e econômicas experimentadas ao longo dos séculos XIX e XX. Na opinião de Fernandes, as origens dos estudos sobre as manifestações folclóricas levaram os pesquisadores e os leitores desses estudos a assumirem que o “[...] folclore consistia, numa cômoda expressão, na ‘cultura do inculto’ (em contraposição à cultura do ‘culto’, expressa [...] pela literatura, pela ciência, pela filosofia e pela religião *oficial*)” (FERNANDES, 2003, p. 42, grifo do autor). Essa contraposição entre os considerados cultos e os considerados incultos, segundo Fernandes, era uma forma de enfatizar as diferenças entre as classes

sociais coexistentes na sociedade. Ou melhor, era uma maneira de assumir uma visível ruptura e descontinuidade entre indivíduos, algo que sugestionava a existência de uma sociedade dividida.

Ainda sobre as origens do folclore, Florestan Fernandes reconhecia que os estudos folclóricos foram herdeiros da tradição romântica do século XIX, mas acreditava na existência de interesses velados no surgimento do folclore enquanto sistema de estudos. Para o autor, era necessário “[...] situar o folclore como uma consequência, ou melhor, uma necessidade da filosofia do século XIX [...]” (FERNANDES, 2003, p. 53). A filosofia a qual Fernandes se dirigia era a Filosofia Positivista comtiana que foi definida pelo autor da seguinte maneira:

[...] essa filosofia de desenvolvimento por etapas, gradual, que em Augusto Comte foi sistematizada na lei dos três estados, [...] era parcialmente negada em detalhes pela persistência, na mesma sociedade, dos dois tipos de explicação: aquela que seria característica de um estado positivo, por exemplo, explicação racional e científica; e doutro lado, tipos de explicação que, nesse esquema, se chamariam irracionais (explicação não lógica) (FERNANDES, 2003, p. 55).

Nesse sentido, Florestan Fernandes buscou responder o seguinte questionamento: de que maneira a Filosofia Positivista poderia explicar a sobrevivência do folclore? Nesse caso, é fundamental compreender a crítica elaborada pelo autor no que dizia respeito às intenções da Filosofia Positivista em pesquisar e interpretar esse tema. Segundo o Fernandes, havia um interesse histórico em colocar à prova a

[...] afirmação feita pela esquerda hegeliana [particularmente por Marx e Engels, que aplicavam outra concepção do desenvolvimento, fornecida pelo materialismo histórico]. Era um interesse de classe, propriamente dito, pois; por isso, os folcloristas puseram particular ênfase no estudo das “sobrevivências”, com o fim velado de entremostrear [que] nas sociedades civilizadas, as camadas da população que não acompanham o “progresso” constituem o *povo*; ou seja, em outras palavras, só a burguesia é capaz de “progresso” (FERNANDES, 2003, p. 55 e 56, grifo do autor; interpolação por minha conta).

Em outras palavras, mais do que a busca por compreender, interpretar e mapear as manifestações folclóricas, os estudos folclóricos da época tinham um objetivo interessado que corroborava com a ideia de que haveria diferenças substanciais entre os grupos sociais. Nesse sentido, a ideia transmitida por esses estudos era a de que povo não seria capaz de alcançar o progresso, tal como a burguesia. Diante dessa questão, as pesquisas folclóricas desenvolvidas por Florestan Fernandes buscaram responder, entre outras, a seguinte pergunta: haveria uma sociedade dividida entre dois grupos sociais substancialmente distintos?

O potencial das pesquisas folclóricas

Para responder a essa questão, faz-se necessário mencionar algumas características das pesquisas folclóricas desenvolvidas por Florestan Fernandes. Em um primeiro momento, é importante compreender o porquê de Florestan Fernandes ter concentrado as suas investigações folclóricas na cidade de São Paulo.

São Paulo, durante as décadas de 1940 e de 1950, se configurava como um lugar especial para a investigação do processo de mudança social. Segundo Florestan Fernandes, a cidade era um local estratégico para compreender “[...] o processo pelo qual certos elementos culturais perdem a universalidade e se tornam requisitos da vida social de determinada camada da população [...]” (FERNANDES, 2004, p. 10). Ou seja, a capital paulista se constituía como um bom laboratório para que os cientistas sociais pudessem compreender os efeitos da mudança social em curso. Disse ele:

O que aconteceu [...] com o folclore da cidade é fácil de explicar-se. Ele foi preservado, durante muito tempo, pelas condições rústicas e provincianas de vida, que imperaram em São Paulo até quase os fins do século XIX. A transição para o estilo urbano de vida processou-se, em seguida, com certo ímpeto e intensidade, sob a confluência de heranças culturais mais ou menos distanciadas da antiga tradição rural imperante na cidade. Em consequência, não se operou uma renovação de quadros humanos numa direção que pudesse estabelecer maior continuidade com as matrizes de novo sistema civilizatório [...]. Na cidade de São Paulo, tal coisa sucedeu em escala mitigada, pois o controle exercido pelas camadas dominantes não pôde impedir a rápida renovação dos estilos de pensamento e de ação. Com isso, as oportunidades de mudança gradual desapareceram ou nem chegaram a impor-se com referência a vários setores da herança social tradicional. O folclore foi um dos setores mais afetados, já que as próprias pessoas chegavam a envergonhar-se de certas “rusticidades” e de certos “provincianismos” que constituíam condição para a sua renovação nas situações urbanas de vida (FERNANDES, 2004, p. 31).

De acordo com o trecho destacado, é possível interpretar que o potencial do folclore atribuído por Florestan Fernandes era justamente a possibilidade que esse tema tinha de lançar luzes sobre as características daquela sociedade em transformação. Por esse ponto de vista, é possível dizer que as análises folclóricas ajudaram Florestan Fernandes a compreender as vicissitudes de uma nova ordem social em construção.

Apontado esse interesse particular pela cidade de São Paulo, cabe agora entender o real significado do folclore para o autor. Segundo Florestan Fernandes,

[...] os fatos apresentados e caracterizados como folclóricos estão compreendidos numa ordem de fenômenos mais ampla - a cultura - e podem ser estudados como aspectos particulares da cultura de uma sociedade [...] (FERNANDES, 2003, p. 48).

A assertiva de Florestan Fernandes é didática e autoexplicativa: o folclore é cultura. Em tal caso, sendo o folclore um elemento determinado e/ou particular da cultura de uma sociedade, por qual motivo o folclore não foi denominado de cultura? Florestan Fernandes buscou responder a essa pergunta de forma pedagógica ao dizer que

Para os autores da época e ainda para alguns folcloristas contemporâneos o termo *cultura* significaria o patrimônio cultural das classes mais elevadas; e seria, caracteristicamente, uma cultura transmitida por meios escritos, compreendendo todos os conhecimentos científicos, as artes em geral e a religião oficial. O termo *folclore* significaria e abrangeria, pois, todos os elementos que constituem o que se poderia entender como “a cultura das *classes baixas*”, transmitida oralmente. [...] (FERNANDES, 2003, p. 39, grifos do autor).

O argumento de Florestan Fernandes permaneceu coerente com as suas considerações prévias no que dizia respeito às origens do folclore enquanto área de sistematização de conhecimento. A ideia de atrasos e de sobrevivências de certas manifestações culturais, supostamente não mais condizentes com a sociedade moderna, era uma justificativa de respaldo até mesmo científico que buscava demonstrar que os elementos ultrapassados estavam presentes exclusivamente entre as classes mais baixas. Em outras palavras, esses estudos tinham por objetivo confirmar a suposição de que o progresso não era acompanhado por todos os indivíduos, pois certa parcela da população fazia uso das explicações racionais enquanto a outra concentrava suas explicações em bases não racionais fundamentalmente transmitidas pela oralidade, pelas crenças, pelos costumes, pelas superstições. Entretanto, Florestan Fernandes era crítico a essa ideia e com as suas pesquisas empíricas procurou demonstrar que essa era uma interpretação imprecisa da realidade, pois

é fácil verificar, como fizemos numa pesquisa, em São Paulo, que os mesmos elementos folclóricos ocorrem, indistintamente, em ambos os meios ou classes sociais. Os mesmos provérbios, as mesmas “superstições” e as mesmas “crendices”, os mesmos contos, as mesmas lendas etc. são igualmente usados por indivíduos do “povo” ou das classes “altas” e “cultas”, não havendo aí condições para caracterizar profundamente - e não por ocorrências específicas e isoladas - uns ou outros, relativamente à “literatura oral”, salvo participação desigual dos elementos, o que não infirma, em absoluto, a generalidade desses elementos (FERNANDES, 2003, p. 46).

Ora, a tentativa de qualificar o folclore como algo exclusivo do povo era fundamentada em uma conclusão que continha inverdades, mas ainda assim fazia parte do senso comum. No fundo, o que Florestan Fernandes procurava comprovar era que a cultura de *folk* se fazia presente entre todas as camadas sociais. Portanto, a questão crucial estaria numa outra face a ser revelada mediante as análises das manifestações folclóricas.

O folclore, tal como as pesquisas de Florestan Fernandes demonstraram, encontrava-se presente entre as classes consideradas altas e as classes consideradas baixas. Porém, as classes altas

usufruíam de condições materiais que lhes permitiam acompanhar a roda do progresso e, além disso, nada era um fator impossibilitante de continuarem a utilizar alguns dos elementos da cultura de *folk*. Contudo, ao olhar para as classes baixas caberia perguntar o porquê de a situação inversa não ser possível. Ora, se por um lado as classes baixas tinham um amplo acesso ao folclore, por outro o mesmo não ocorria ao se verificar as possibilidades de usos das novas condições inauguradas com o advento do progresso. Para responder sobre a diferença existente entre as classes altas e baixas, Florestan Fernandes enfatizou que “[...] a situação social dos indivíduos determina as condições gerais de seu modo de vida, permitindo e fazendo-os participar de certa maneira do patrimônio cultural do seu grupo” (FERNANDES, 2003, p. 44).

Ou seja, ao olhar para o folclore Florestan Fernandes pôde compreender que a cultura de *folk* se tratava de um bem universal, diferentemente da cultura considerada “civilizada” que, por sua vez, se apresentava como um bem particular e, portanto, não partilhado por todos os indivíduos da população brasileira. Sendo assim, os questionamentos permaneciam os mesmos para Florestan Fernandes: haveria uma sociedade dividida entre os detentores do progresso e o povo ou haveria uma sociedade em que os bens materiais eram acessados de forma desigual? Seria o “atraso cultural” uma consequência da desigualdade existente?

Florestan Fernandes se ocupou dessa discussão e buscou compreender as raízes do problema, pois, para ele, certos estudos folclóricos levaram as pessoas a entenderem que

a sociedade seria uma grande dicotomia, em que se poderia distinguir: de um lado, o povo, vivendo exclusivamente desses valores residuais, muitas vezes caracterizados como irracionais; de outro, um grupo homogêneo de indivíduos, com hábitos e formas de conduta radicalmente diferentes, que muito pouco - ou nada - se utilizariam daqueles valores “ultrapassados” [...]. De qualquer forma, os modos de ser, de pensar e de agir dos indivíduos pertencentes a cada divisão difeririam por natureza. [...] De modo que teríamos, paralelamente, numa mesma sociedade, duas formas de comportamento diversas, nascidas de valores também diversos. No que toca ao folclore, este consistiria, objetivamente, numa cômoda expressão, na “cultura dos incultos” (FERNANDES, 2003, p. 62).

De acordo com Florestan Fernandes, essa foi uma ideia que ganhou repercussão nos meios intelectuais da época. Não obstante, o autor atacou o problema e por meio de suas pesquisas empíricas pôde constatar que,

numa sociedade, todos compartilham, pouco mais ou menos, valores comuns. Parece conveniente, portanto, insistir sobre isso - coisa que pelo menos alguns daqueles folcloristas deveriam ter considerado -: que o ideal social, criado pela sociedade sob a forma de valores, e, portanto, expresso também sob a forma de elementos folclóricos, abrange indistintamente todas as classes sociais, sobrepondo-se às variações restritas da vida de seus membros e às diferenças ocasionadas por essas variações. Uma mesma regra vale para todos os indivíduos, enquanto membros de uma sociedade, já que são

coletivas e, embora o fato de se pertencer a uma determinada camada social possa implicar alguns privilégios (ou ausência deles), é óbvio que a vida social seria impossível se pelo menos os elementos considerados básicos para a sobrevivência da sociedade não fossem compartilhados e aceitos por todos os seus membros (FERNANDES, 2003, p. 45).

Essa reflexão se apresenta como um ponto crucial nas discussões de Florestan Fernandes, porque foi nesse momento que ele manifestou a ideia sobre as condições mínimas necessárias para se pensar o funcionamento de uma sociedade. Como a assertiva demonstra, existem valores que são partilhados entre todos os membros da sociedade e sem os quais seria improvável a convivência social harmônica. Portanto, não há nada que justifique a existência de uma sociedade em que conviva grupos sociais diametralmente opostos. À vista disso, para Florestan Fernandes, o cerne da questão estava na busca por compreender o porquê de determinada camada social ter tido acesso privilegiado a certos bens culturais, tal como a cultura letrada, o saber científico etc., enquanto a outra camada social não teve a oportunidade de acessar esses mesmos bens. Na interpretação de Florestan Fernandes, o que existia entre as classes era uma variação de intensidade nos usos das manifestações folclóricas. O autor procurou investigar as discussões educacionais brasileiras juntamente com a questão folclórica para explicar a existência dessa variação nos usos do folclore.

Isto posto, sendo as manifestações folclóricas uma expressão genuína da cultura de uma sociedade, Florestan Fernandes buscou caracterizar a importância desse aspecto da vida social ao demonstrar que o folclore possuía um valor educativo em meio a sociedade. Isso, porque

[...] concebendo a educação como um sistema de aquisição de elementos culturais, podemos estudar a educação das crianças também como um processo de seus próprios grupos, através de atualizações da cultura infantil (nos folguedos em geral)” (FERNANDES, 2004, p. 468).

Com os estudos nessa área, o autor pôde constatar que as brincadeiras, as trocinhas, os jogos etc., possuíam um valor educativo, pois, como o excerto demonstra, a manifestação folclórica funcionava como um sistema de aquisição de elementos culturais. Tendo em vista o contato com o mundo simbólico das brincadeiras, dos brinquedos e folguedos, Florestan Fernandes percebeu que as crianças faziam adaptações dos elementos e dos costumes próprios da vida social adulta. Isso não queria dizer que as crianças imitavam os adultos, mas sim que as crianças apreendiam e representavam uma função social específica por meio das brincadeiras. O trecho a seguir exemplifica esse ponto:

[...] há entre as crianças (até 7 ou 8 anos entre os meninos e até mais entre as meninas) brinquedos cujos motivos são aspectos da vida do indivíduo adulto, tais como “fazer comidinhas”, “brincar de casinha” etc. Nestes casos, em que uma faz o papel de pai, de

mãe ou de dona-de-casa, a criança não imita o pai, a mãe ou a dona-de-casa, *strictu sensu*. Os atos do pai têm um significado real, dentro do grupo familiar, profissional, religioso ou vicinal em que ele age: correspondem a necessidades relacionais, rituais ou técnicas. São atos particulares, pessoais, de que a criança pode dizer: “Meu pai fez isto. Eu também fiz, porque o vi fazer”. Mas, nos brinquedos, a criança não imita seu pai ou sua mãe. Pai e mãe são entes gerais, representam uma função social. As crianças abstraem da pessoa A, B ou C, para falar de “pai” e “mãe” de modo genérico, desempenhando nos folguedos suas funções (FERNANDES, 2004, p. 469).

Dessa maneira, as manifestações folclóricas realizadas pelas crianças tinham um valor educativo justamente porque se tratava de uma função socializadora, de forma que o universo lúdico infantil preparava as crianças para vivenciarem certos aspectos da vida social adulta. Então, o autor concluiu que se tratava de uma

[...] educação da criança, entre as crianças e pelas crianças, [dado que] a criança é modelada, é formada, também, através dos elementos da cultura infantil, pois estes elementos põem-na em contato direto com os valores da sociedade (FERNANDES, 2004, p. 219, interpolação por minha conta).

Como se pode notar, o folclore infantil foi um tema de pesquisa relevante na trajetória de Fernandes e, de acordo com Porto (2014), as pesquisas de Florestan Fernandes nessa área são bastante significativas, pois abriram caminho para que se possa pensar atualmente

[...] a criança [como] um sujeito de memória, criatividade e intuição, um ser cognoscente, capaz de interpretar e compreender o mundo a partir de elementos elaborados por ela própria, brincando e reinventando interações e linguagens. É um sujeito criativo que traz nas suas brincadeiras cotidianas elementos do mundo adulto, ressignificando-os a partir de uma cultura infantil (PORTO, 2014, p. 139, interpolação por minha conta).

Por esse ângulo, pode-se dizer que Florestan Fernandes foi um dos pioneiros no Brasil ao detectar a importância do folclore no processo de socialização e educação das crianças. Porém, além da compreensão do universo infantil, Florestan Fernandes pôde constatar, mais uma vez, que o folclore se encontrava presente entre as camadas baixas e altas da população brasileira, posto que era algo que fazia parte do universo lúdico das crianças. Todavia, o valor educativo do folclore era um processo que se dava, sobretudo, por meio da educação não formal. Para confirmar essa ideia, Florestan Fernandes diagnosticou que

[...] ao contrário do que pode acontecer com a educação sistemática – a qual tende geralmente à universalização do indivíduo pelo conhecimento –, esta forma de socialização plasma o indivíduo para o seu meio restrito, sendo particularista por

excelência” (FERNANDES, 2004, p. 220).

Ora, o autor inseriu nas discussões folclóricas mais uma reflexão envolvendo a questão educacional. Na verdade, tratava-se de um contraponto entre o processo educativo informal – onde historicamente esteve localizado o folclore – e a educação formal/sistemática. Sendo o folclore particularista por excelência e localizado à margem do desenvolvimento da educação formal, Florestan Fernandes buscou explicar o porquê de a cultura de *folke* ser requerida em maior intensidade pelas camadas populares, algo que perpassava a ideia de que o povo se encontrava apegado às sobrevivências e ao passado.

Para desmistificar essa afirmativa, Fernandes entendia ser importante reconhecer que a educação formal/sistemática era fruto de uma nova mentalidade que não era acessada de maneira universal, pois era resultado do processo de mudanças sociais em curso, tal como apontado anteriormente. Sendo assim, concluir que o povo era apegado ao passado não condizia com uma reflexão sociológica e científica, haja vista que não se tratava de um apego aos costumes e aos conhecimentos tradicionais, mas sim o único horizonte possível para a parcela da população que não dispunha de condições outras. Ora, a linhagem do pensamento científico e o acesso à educação formal não havia se tornado universal àquela época, já que permanecia como um bem restrito a um pequeno grupo de pessoas.

Em síntese, não havia uma sociedade dividida na qual um determinado grupo de pessoas olhava para o futuro enquanto o outro se mostrava apegado ao passado. Em contrapartida, havia uma sociedade em que a camada social mais baixa, os denominados incultos, não dispunha da real possibilidade de acessar os bens e os valores do progresso em curso. Tratava-se, para Florestan Fernandes, de uma sociedade em que os grupos sociais acessavam de maneira desigual os frutos das mudanças sociais.

Considerações finais

Conforme brevemente exposto, pode-se dizer que o folclore não se tratou de uma questão de menor importância na carreira de Florestan Fernandes, embora não tenha ocupado um espaço de centralidade em suas temáticas. Ora, existe uma extensa quantidade de artigos escritos pelo autor tendo como foco a questão folclórica. Trata-se, a saber, de cinquenta e nove artigos publicados em jornais e revistas entre os anos de 1941 e 1962. Pode-se dizer, então, que o folclore invadiu parte significativa da sociologia produzida pelo autor, afinal foram vinte e um anos refletindo sobre a questão *folke* e a sua influência na dinâmica da vida social brasileira.

Por meio das pesquisas folclóricas, Florestan Fernandes se lançou à observação empírica, algo que o ajudou a compreender a importância da coleta e do mapeamento de dados referentes à vida cultural brasileira, sobretudo para os cientistas sociais que buscavam interpretar sociologicamente

os dados colhidos. A interpretação das manifestações folclóricas foi algo crucial para a sociologia produzida pelo autor, pois o folclore se apresentava como um objeto privilegiado para que refletir sobre os fluxos e os refluxos de uma sociedade em processo de mudança social². Por esse ângulo, não há como discordar da interpretação de Oswaldo Elias Xideh que compreendeu que “[...] a andança de Florestan pelos domínios do folclore foi uma propedêutica, um exercício preliminar, um ponto sólido de partida para a sua extensa, profunda e inovadora produção no campo das Ciências Sociais” (XIDEH, 1987, p.91). Desse modo, não é exagero afirmar que foi por meio do folclore que Florestan Fernandes pôde começar a compreender aspectos relevantes da configuração social brasileira, por sua vez, marcada pela desigualdade entre os grupos sociais.

Ao observar o folclore em Florestan Fernandes, é possível verificar que ele esteve comprometido em desempenhar a sua função de cientista social de maneira séria e não por diletantismo. Desde o início de sua carreira, o autor esteve comprometido com a interpretação das questões mais amplas envolvendo a realidade objetiva brasileira. O folclore foi um dos objetos que ajudou Florestan Fernandes a acessar questões profundas sobre a desigualdade social, sobre o que era universal e particular, sobre os costumes, sobre a cultura, sobre a sociedade, sobre a educação etc. Além disso, foi um objeto que possibilitou ao autor a compreensão do modo como a sociedade em modernização se ajustava no contexto nacional. Em resumo, o folclore, tão vivenciado por Florestan Fernandes, transformou-se em uma ferramenta que o permitiu compreender sociologicamente, entre outras coisas, a maneira desigual com que se estabelecia o processo de mudança social no Brasil.

Referências

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo Paixão. 1990. “Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore”. *Revista Estudos Históricos*, v. 3, n. 5, p. 75 – 92.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. 2002. *Entendendo o folclore e a cultura popular*. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular: Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cnfc.gov.br/pdf/entendendo_o_folclore_e_a_cultura_popular.pdf> Acesso em: 01 dez. 2020

FERNANDES, Florestan. 1963. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo, Editora Nacional.

_____. 1977. “Em busca de uma sociologia crítica e militante”. In: _____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.

_____. 1978. *A condição de sociólogo*. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC.

² É importante mencionar que a busca pela compreensão social dos significados das mudanças sociais em curso foi um tema capital na sociologia produzida por Florestan Fernandes. Ver: FERNANDES (1963, 2004 e 2008).

- _____. 2003. *O folclore em questão*. 2º. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- _____. 2004. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. 3º ed. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- _____. 2008. *Mudanças sociais no Brasil*. 4ª Ed. rev. - São Paulo: Global.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. 2000. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- PORTO, Patrícia de Cassia Pereira. 2014. “Educação, literatura e cultura da infância: compreendendo o folclore infantil em Florestan Fernandes”. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 126, p. 129-141.
- QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. 1994. “Roger Bastide, professor da Universidade de São Paulo”. *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, p. 215-220.
- SILVA, Ana Teles da; CRUZ, Danielle Maia. 2018. *Do folclore ao patrimônio imaterial: coleta, seleção e interpretação da cultura popular e identidades*. Paper apresentado no 42º Encontro Anual da ANPOCS – GT-04. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt04-21>>
- XIDIEH, Oswaldo Elias. 1987. “O folclore em questão”. In: D’INCAO, Maria Ângela (Ed.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo/Rio de Janeiro, Unesp/Paz e Terra.

Cem anos de Florestan Fernandes: *uma vida dedicada à defesa da escola pública*

Cláudia Sena Lioti*
Márcia Marlene Stentzler**

Resumo

Neste artigo, discutimos a trajetória pessoal, profissional e intelectual do sociólogo Florestan Fernandes, com o objetivo de compreender aspectos do seu pensamento e ação socioeducacional a partir da Campanha em Defesa da Escola Pública que ocorreu entre os anos de 1959 e 1961, momento em que tramitava o projeto para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com discussões e debates sobre o texto daquela que seria a LDB 4024/1961 (BRASIL, 1961). Realizamos revisão bibliográfica, refletindo sobre o papel de Florestan Fernandes nesse contexto, rememorando feitos desse intelectual e dos movimentos que se levantaram por mudanças socioeducacionais naquele período histórico. O artigo evidencia estratégias do intelectual para superar contradições que ainda permanecem na educação e na sociedade brasileira um século após o nascimento deste educador, que defendeu uma escola democrática.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Educação; Democracia; Campanha em Defesa da Escola Pública.

One hundred years of Florestan Fernandes: *a life dedicated to the defense of public school*

Abstract

In this article we discuss the personal, professional and intellectual trajectory of the sociologist Florestan Fernandes with the aim of understanding aspects of his Socioeducational thinking and action, from the Campaign in Defense of the Public School that took place between 1959 and 1961, when the project was being processed to the first National Education Guidelines and Bases Law, with discussions and debates on the text of what would be the LDB 4024/61 (BRAZIL, 1961). We conducted a bibliographic review, reflecting on the role of Florestan Fernandes in this context, recalling achievements of this intellectual and of the movements that arose by socioeducational changes in that historical period. The article highlights strategies of the intellectual to overcome contradictions that still remain in education and in Brazilian society, a century after the birth of this educator who defended a democratic school.

Keywords: Florestan Fernandes; Education; Democracy; Campaign in Defense of the Public School.

*Mestranda em Educação pela UNESPAR. Possui especialização em Atendimento Educacional pela INSEP e em Educação Especial, Educação Infantil e Alfabetização pelo Instituto Rhema de Educação. Graduada em Letras pela FAEL. E-mail: claudinha.csl@hotmail.com.

** Docente adjunta no Curso de Pedagogia da UFPR. Doutora em Educação pela UFPR. Mestrado em Educação pela UEPG. Especialização em Psicopedagogia pela FAFIUV. Graduada em Pedagogia pela UFPR. E-mail: mmstentzler@gmail.com.

Introdução

Em 22 de julho de 1920, nascia o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. Este intelectual deixou várias contribuições para se pensar a educação na atualidade, principalmente, no que se refere ao ensino fundamentalmente democrático e à disposição de todas as classes sociais, ou seja, uma escola pública fortalecida com investimentos do estado.

Florestan Fernandes, assim como outros intelectuais de sua época, ou de momentos históricos anteriores ou posteriores ao seu, por meio de publicações, discursos, palestras, debates e envolvimento em movimentos em prol da educação, deixou um legado de lutas, registros e reflexões, para que as gerações seguintes pleiteassem que uma escola pública de qualidade pudesse ser um direito de todos os níveis sociais.

Florestan partiu de correntes marxistas para embasar suas concepções, sendo referência para diversos estudiosos que se dedicaram a escrever sobre seu legado intelectual e sobre sua filosofia, entre os quais podemos destacar os estudos de Candido (1987; 1996); Pontes (1998); Mariosa (2007); Melo e Machado (2016), entre outros.

Neste artigo, resgatamos aspectos da trajetória deste intelectual desde o seu nascimento em 1920, até 1995, ano de sua morte. Objetivamos compreender aspectos do seu pensamento e ação socioeducacional a partir da Campanha em Defesa da Escola Pública. Nossa discussão dará ênfase ao final da década de 1950 e ao início dos anos 1960, em razão dos acontecimentos deste período em torno da referida Campanha (1959-1961) de “[...] intensa repercussão, que obteve o apoio e participação de intelectuais, educadores, professores e alunos na análise e proposições de mudanças da realidade educacional brasileira (MELO e MACHADO, 2016, p. 01).

Investigamos também as origens e vivências que perpassaram a ação desse filósofo, cujo trabalho se entretete ao percurso histórico, educacional, social, político e econômico vivenciado no Brasil durante o século XX, momento histórico, em que muitos movimentos sociais se organizavam e se levantavam em busca de forças e maior inserção para lutarem por seus propósitos – dentre eles, a melhoria e maior alcance da educação, por melhores condições de emprego, saúde, moradia, como também o combate à violência, criminalidade e a diversas formas de racismo e preconceitos, além da reforma agrária.

Neste estudo, utilizamos a revisão bibliográfica para o entendimento sobre a trajetória deste sociólogo. Para Lakatos e Marconi (2006, p. 160): “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Compreendemos a história enquanto processo elaborado e vivenciado por indivíduos com trajetórias de vida e de formação determinantes para a formação social e pessoal. Para Sirinelli (1996), itinerário, geração e sociabilidade são necessárias para o estudo da trajetória dos intelectuais no campo da história intelectual. Do mesmo modo, Febvre (2000) afirma que as ideias não podem

estar sem sequência, soltas ou incorrer em anacronismo. Assim, não podemos conceber a trajetória de um intelectual partindo de fatos soltos, isolados, livres, pois as circunstâncias se justificam, na medida em que a trajetória é compreendida numa sequência temporal dos fatos históricos.

Florestan Fernandes militou em Defesa da Escola Pública e fomentou discussões sobre as controvérsias educacionais de seu tempo, como a necessidade de um ensino público e de qualidade para todas as camadas sociais e a atuação do Estado na concessão de subsídios para a educação pública. A partir de seu legado é possível refletir criticamente sobre os dilemas da escola pública e a crise sistemática do capital.

São Paulo: o tempo e a cidade em que nasceu Florestan Fernandes

No Brasil do início do século XX, ficaram evidentes as mudanças sociais em razão do modo de vida capitalista e do regime republicano, implantado com a Proclamação da República em 1889. Um dos desdobramentos da nova realidade daquele começo do século XX foi o surgimento do movimento modernista, representado nas artes, na arquitetura, na economia e nos mais diversos âmbitos, transformações que trouxeram novos hábitos para a vida social e para os costumes.

Na década de 1920, o Estado de São Paulo engatinhava rumo a um novo padrão de acumulação. Era o início de um novo processo social onde o modelo primário, agrário e exportador, deixaria de prevalecer, abrindo caminhos para a urbanização e industrialização. O resultado desse processo ficou conhecido como modernização, uma oposição à tradição, ao antigo.

A ideia de modernização encontrou condições profícuas no estado paulista e este se tornou modelo para outras regiões brasileiras no tocante à educação. Segundo Cano (2012), São Paulo concentrava cerca de dois terços das exportações do Brasil, apesar dos reflexos do pós-guerra e da crise internacional, que se desencadeava nos Estados Unidos da América, restringindo o comércio exterior e aumentando a instabilidade financeira internacional.

O crescimento do excedente e dos lucros apresentou uma trajetória altamente positiva na cidade de São Paulo até o início dos anos de 1920, ampliando sobremodo sua capacidade de crescimento e diversificação capitalista, ganhando colossal dianteira econômica sobre as demais regiões do país. Segundo Cano:

O período como um todo apresenta resultado médio espetacular: grande aumento físico e de valor nas exportações; notável expansão da área plantada dos demais produtos, além da área cafeeira; “boom” de investimento industrial; maior inserção produtiva do capital forâneo; instalação de novos setores industriais mais complexos; e ampliação e diversificação urbana (CANO, 2012, p. 901).

Observa-se que o crescimento de São Paulo também já contava com capital de investidores de outros países, o “capital forâneo”, que conjuntamente com outros investimentos, estimulava

mudanças, as quais elevariam o crescimento da taxa de emprego, atraindo mais pessoas para a cidade. Com isso, houve a ascensão de uma elite conservadora que, em resposta à organização da classe trabalhadora, ampliou o aparelho repressor contra as reivindicações populares.

Em 1919, a cidade de São Paulo contava um total de 579.000 habitantes, e ao longo da década de 1920 passaria a ter 900.000, com uma força trabalhadora industrial atingindo o número de 160.000 operários. Era o “[...] maior centro industrial da América Latina” (CANO, 2012, p. 904). Entretanto, vários problemas sociais se avolumavam em torno da cidade. Um deles era a escolarização. Em 1920, somente 24,5% da população da capital estava alfabetizada. Tais dados apresentavam ainda um percentual de mais 75% dos habitantes como analfabetos. Esse contexto favoreceu os “[...] conflitos de interesses entre frações da burguesia; alta de preços; reivindicações por mais direitos sociais e expansão do movimento revolucionário tenentista, que culminaria nas Revoluções de 1922 e 1924” (CANO, 2012, p. 907).

Tais movimentos resultaram numa maior complexidade social e econômica, avolumando os embates de interesses e ideias, o que impôs ao Estado a busca por fortalecimento institucional.

Foi um período de tomada de consciência social e de classe, tanto do proletariado quanto da burguesia, tornando-se o germe de movimentos sociais que se desdobrariam nos anos posteriores. Havia também debates sobre qual educação o projeto de modernização econômica deveria exigir, assim como, quais instâncias deveriam responsabilizar-se pela educação e quais sujeitos deveriam recebê-la (SANFELICE, 2007).

Foi nesse cenário de transformações, conflitos e movimentos, que em 22 de julho de 1920 nasceu Florestan Fernandes. Filho único de uma imigrante portuguesa, Florestan, nem mesmo chegou a conhecer o seu pai (ROMERO, 2015). Compreender o espaço social e familiar da infância e adolescência de Florestan Fernandes se torna um fator determinante para assimilar a trajetória que permitiu ao menino pobre estudar e se tornar um sociólogo influente, com envolvimento em várias causas sociais no país.

Enquanto cursava a terceira série do primário, Florestan precisou deixar a escola para ajudar a mãe nas despesas da casa, para isso foi trabalhar como engraxate como faziam muitos outros meninos de sua idade. De acordo com Pontes “[...] o mínimo de requisitos exigidos na vida urbana era ler, escrever e contar” (1998, p.166). Durante a infância e adolescência, Florestan trabalhou também em uma padaria e em um restaurante da capital.

Considerando as especificidades da pesquisa, o momento histórico e a conjuntura social, compreendemos, com base em Thompson (1987) que os salários das crianças eram um componente essencial dos vencimentos das famílias trabalhadoras na sociedade industrial. A experiência no mundo do trabalho vivida por Florestan desde a infância pode ter contribuído com a sua visão de mundo, formação e percepção sobre políticas sociais, infância, famílias e acesso à educação.

Já no fim da adolescência, ele trabalhou num laboratório. Começou como entregador de amostras e terminou como chefe de seção de materiais dentários. Segundo Pontes, este emprego

e a oportunidade de retomar os estudos “[...] permitiu a Florestan romper o círculo de ferro de sua condição social” (1998, p.167). Vale destacar que a chance para regressar aos estudos não faz parte da realidade na trajetória de vida da maioria dos brasileiros, isso, em razão das dificuldades sociais, familiares, financeiras ou de motivação. Florestan, por sua vez, tinha em si a compreensão da necessidade do protagonismo da classe trabalhadora, tão desapoderada pelas conveniências de classe e, desprovida do acesso aos bens sociais, que deveriam ser para todos, sobretudo, a educação.

Aos 17 anos foi incentivado a retornar para os estudos. Matriculou-se em um curso específico para adultos e estudou entre 1938 e 1940 o equivalente ao ensino primário e secundário. Em 1941, ingressou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Concluiu o bacharelado e a licenciatura em Ciências Sociais (ROMERO, 2015). A pesquisadora Heloisa Pontes (1998, p.144) resgata aspectos dessa trajetória a partir de uma entrevista de Florestan Fernandes ao museu da Imagem e Som, no ano de 1981. Nela, Fernandes relembra o período de graduação e dificuldades que passou naquele período, considerando-se de uma:

Espécie mais pobre no meio cultural. Eu não sabia francês. O que eu tinha aprendido de francês e de inglês só dava para passar no exame, não dava para ler um livro, quanto mais ouvir um curso do professor Maugué, ou do professor Hugon. Nós fomos obrigados a fazer um esforço enorme, principalmente os estudantes pobres. Um esforço enorme de leitura. Todos nós éramos autodidatas. Era uma formação típica de um mundo colonial. Mas essa situação foi muito produtiva, porque, de uma hora para outra, em qualquer setor do conhecimento, nós estávamos realmente na metade do século XX. Se não acontecesse isso, nós realmente continuaríamos com um débito muito grande. Os professores franceses não entendiam a situação em que estavam e por isso exigiam. E nós tínhamos que avançar (...) E avançamos com rapidez. Sem relação maternal, sem mamadeira, o estudante cresce, amadurece. Isto, contudo, não impediu que as coisas fossem difíceis para mim (PONTES, 1998, p. 144).

O relato acima apresenta trechos de uma entrevista de Florestan cedida ao Museu da Imagem e do Som (MIS), em junho de 1981. Os excertos de seu discurso, organizados por Heloisa Pontes (1998), revelam as inúmeras dificuldades pelas quais Florestan passou em sua graduação e a grande defasagem de conhecimento que tinha em relação a outros alunos com preparo maior. “Como também não possuía um nome de família, eu desaparecia no pequeno número, como se estivesse perdido em uma massa enorme de estudantes” (FERNANDES, 1994, p.131) – fica claro que ele percebia a sua disparidade em relação às exigências de professores estrangeiros. O que tornava necessário um esforço ainda maior em estudar para superar essas lacunas e poder acompanhar o conhecimento de meados do Século XX.

Após concluir a graduação, segundo afirma Romero (2015), ele passou a colaborar com os jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha da Manhã*. Em 1944 iniciou a pós-graduação em Sociologia e

Antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Neste mesmo ano, casou-se com Myriam Rodrigues Fernandes e teve com ela seis filhos: Heloisa, Noêmia, Beatriz, Silvia, Miriam Lúcia e Florestan Júnior. Em 1945, passou a atuar como pesquisador e professor assistente de Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia II da Universidade de São Paulo (USP).

Em 1947, concluiu o mestrado em Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, e sua dissertação tinha como título *A Organização Social dos Tupinambá*. A pesquisa reconstruiu a realidade social dos índios tupis-guaranis, habitantes de uma grande parte das exterminados do litoral brasileiro na época dos descobrimentos. O texto que lhe conferiu o título de mestre foi agraciado com o Prêmio Fábio Prado, em 1948. Sua pesquisa é considerada um clássico da etnologia brasileira, abordando a cultura e a sociedade.

Alcançou o doutorado em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP no ano de 1951 com a tese intitulada *A Função Social da Guerra da Sociedade Tupinambá*, dando prosseguimento aos estudos sobre os indígenas que ocupavam uma parte considerável do território brasileiro no século XVI (MARIOS, 2007).

Entre o fim dos anos 50 e início dos anos 60, o trabalho de Florestan Fernandes ganhou repercussão nacional por seu engajamento na Campanha em Defesa do Ensino Público, conforme debateremos no próximo tópico.

A partir de 1964, com a instalação da ditadura militar, Florestan foi afastado das atividades acadêmicas, o que Candido (1987, p. 35) definiu como “proscrição intelectual”, já que o regime militar lhe impôs uma aposentadoria compulsória pelo Ato AI-5¹, ficando Florestan Fernandes proibido de lecionar, dar palestras e falar em público. Foi também perseguido e preso pelo regime, mas permaneceu pouco tempo na prisão, em razão do forte impacto causado pela divulgação de sua carta aberta à comunidade, por meio da imprensa, na qual, segundo Sanfelice (2007, p. 254), reafirmava o papel dos intelectuais no enfrentamento à ditadura militar – e fez isso usando argumentos críticos: “se a grande virtude do militar era a disciplina, a do intelectual era o espírito crítico”.

Ao relembrar sua própria trajetória, Florestan Fernandes assevera que:

Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extraescolar que recebi através das duras lições da vida. Para o bem e para o mal — sem invocar-se a questão do ressentimento, que a crítica conservadora lançou contra mim — a minha formação acadêmica superpôs-se a uma formação humana que ela não conseguiu distorcer nem esterilizar. Portanto, ainda que isso pareça pouco ortodoxo e anti-intelectualista, afirmo que iniciei a minha aprendizagem sociológica aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade

1 Aspecto-chave na caracterização do AI-5 como um marco é a violência repressiva, que aumentou exponencialmente após dezembro de 1968, como é visível nos registros de mortos, torturados, desaparecidos etc. (MOTA, 2018, p. 2).

em uma cidade na qual não prevalecia a ordem das bicadas, mas a relação de presa, pela qual o homem se alimentava do homem (FERNANDES, 1994, p. 123).

Em 1969, por estar impedido de se envolver na vida acadêmica e política brasileira aceitou convite para ser professor na Universidade de Toronto, no Canadá. Passou cerca de três anos fora do país, retornando em 1972 quando passou a atuar como professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Durante e nos anos do regime militar e após esses, Florestan se dedicou à produção de obras, como por exemplo, *Educação e sociedade no Brasil* (1966), onde o intelectual integrou seus estudos e pesquisas sobre debates educacionais escritos entre 1946 e 1962. Fez importantes interposições no tocante à reforma universitária, especialmente as que haviam ocorrido entre 1964 e 1969. Sendo que “[...] por volta dos anos 1970, Fernandes estava no auge de sua produção” (VELHO, 2016, p. 28).

Em 1986, Florestan passou a fazer parte da esfera política do país filiando-se ao Partido dos Trabalhadores, partido pelo qual se elegeu deputado para a Assembleia Nacional Constituinte, sendo reeleito para um novo mandato em 1990. Faleceu em São Paulo, no dia 10 de agosto de 1995, aos 75 anos, vítima de uma parada cardíaca enquanto se recuperava de um transplante de fígado.

Florestan Fernandes publicou mais de cinquenta obras, transformou o pensamento sociológico do Brasil e instituiu um novo estilo de investigação, caracterizado pela firmeza e infalibilidade crítica e analítica. Foi também angariado com o título simbólico de pai da sociologia crítica no Brasil (MARIOS, 2007).

Campanha em Defesa do Ensino Público

A Campanha em Defesa do Ensino Público se desenvolveu no Brasil entre 1959 e 1961. Florestan Fernandes foi o grande fomentador. Tratava-se de um momento histórico em que se articulava a elaboração e aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que viria a ser promulgada em 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961). Ou seja, um período com importantes definições políticas no âmbito da educação, da democratização e do desenvolvimento nacional. Pela primeira vez o país tinha uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

Os fundamentos da Campanha estavam voltados para a defesa do ensino público, para ações do Estado no sentido de direcionar mais recursos para a educação, tornando-a democrática e universalizada. Essas ideias perpassavam os debates e deveriam constar na versão final da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei Federal nº 4024/1961 (BRASIL, 1961), que estava em curso.

Para Florestan, a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira representava a esperança de novos rumos para a educação brasileira. No entanto, após o longo

período de debates e uma vez promulgada, entendeu-a da seguinte forma: “[...] não trepidaram diante da dilapidação do erário público para servir aos interesses ilegítimos dos estabelecimentos particulares de ensino” (FERNANDES, 1966, p. 512). Diante de sua análise e compreensão crítica do projeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Florestan instituiu na Campanha em Defesa da Escola Pública.

A Campanha de Defesa da Escola Pública surgiu, praticamente, da indignação provocada em quase todos os círculos da sociedade brasileira pelo projeto de lei sobre “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Existiam fundadas esperanças de que esse projeto de lei iria inaugurar uma nova era na vida educacional do país, fornecendo as bases para a reorganização do ensino primário, do ensino médio e do ensino superior, bem como a solução pelo menos dos problemas educacionais mais graves que enfrentamos (FERNANDES, 1960, p. 184).

Havia insatisfação generalizada por parte de intelectuais, educadores, professores e alunos com a situação instável do ensino público brasileiro. Cobrava-se a indispensabilidade do Estado em intervir financeiramente para a solução dos problemas que impediam o avanço do ensino público. Foi neste cenário que se desencadeou o “[...] movimento de ideias e de luta pela reconstrução educacional no país” (FERNANDES, 1966, p. 355).

Segundo Saviani (2007), a Campanha em Defesa do Ensino Público pôde contar também com a participação de educadores envolvidos no movimento dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior e Lourenço Filho, além de sujeitos implicados em movimentos estudantis, operários, sindicais e culturais, que representavam a resistência às condições sociais da época, pois, a situação social do proletariado representava o cerne das motivações reivindicatórias, “[...] o que preocupa é como disciplinar o Estado de modo a impedir a concentração e o monopólio de poder nas mãos de pequenos grupos” (FERNANDES, 1966, p. 370).

Ainda conforme Saviani (2007), Florestan Fernandes assumiu a liderança desse processo, engajado na luta por expansão do acesso ao ensino às camadas carentes da sociedade, proporcionando a equidade na educação com princípios de liberdade e democracia. Florestan assim se manifestou:

Graças à Campanha de Defesa da Escola Pública, alguns meses após participar desse simpósio, tive a oportunidade de sair do relativo isolamento a que ficam condenados, por contingências de carreira e por outros motivos menos louváveis, os professores universitários. O longo debate, que se seguia a cada conferência ofereceu-me um instrumento de sondagem endoscópica da sociedade brasileira de real significação para os meus centros de interesse científico. Em quase cinco dezenas de debates, no município da capital de São Paulo, em outras comunidades do interior do nosso Estado e em várias “grandes cidades” brasileiras, consegui estabelecer um diálogo, por vezes de natureza polêmica, com representantes dos diferentes círculos e correntes sociais da sociedade brasileira contemporânea. Se me foi dado perceber, reiteradamente, que a

“fome de instrução” é boa conselheira e que até os leigos incultos são capazes de atinar com as soluções que deveríamos pôr em prática, também tive de ceder a conclusões sumamente penosas e inesperadas (FERNANDES, 1961, p. 03).

Por meio da Comissão Estadual de Defesa da Escola Pública e pela I Convenção Operária de Defesa da Escola Pública ao Projeto da LDB, foram apresentadas reivindicações, além de diversos debates e discussões sobre as propostas apontadas, no intuito de deixar mais democrática a Lei de Diretrizes e Bases. Houve também a publicação de artigos e entrevistas concedidas por intelectuais e adeptos do movimento. A título de exemplo estão as diversas manifestações públicas de Anísio Teixeira em favor da Campanha, como o seu discurso publicado pelo Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio do Rio de Janeiro (1961), e suas discussões sobre justiça social e igualdade no acesso à escola, propagadas em jornais como o *Metropolitano* e a revista *Manchete*.

As ideologias da Campanha foram altamente propagadas por veículos da imprensa, tornando estes meios instrumentos de diálogo entre os engajados e o público. O jornal *O Estado de São Paulo* ganhou notoriedade por atuar decisivamente na propagação das concepções defendidas pela Campanha em Defesa da Escola Pública, entre elas, a convocação da população para comparecer à reunião, em especial, os representantes das entidades estudantis, operários sindicais e culturais, que incorporavam o movimento no intuito de congregar e discutir formas de se contraporem ao Projeto da LDB aprovado para promulgação, pois, entendiam que o mesmo ainda não abarcava questões importantes no que se refere aos aspectos pedagógicos, como, a aplicação dos recursos públicos para o ensino.

Os estudantes, que iniciaram os movimentos de crítica e de repúdio ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tão generosa e patrioticamente condensado na fórmula que se tornou o lema de nossa Campanha: Dinheiro Público para a Escola Pública! Os operários e os trabalhadores em geral, os mais diretamente interessados na manutenção e expansão do ensino público, os líderes sindicais, os professores, os intelectuais e todos os cidadãos cômicos de seus deveres cômicos, precisam honrar francamente os compromissos sagrados que temos perante o regime democrático, defendendo mais uma vez os seus esteios, que estão na educação do povo pela instrução pública, gratuita e aberta a todos! Ninguém pode fugir à responsabilidade de cobrar do governo e do Presidente da República o respeito pelas tradições educacionais republicanas (DIRETRIZES E BASES: MEMORIAL..., 1961, p. 30).

O excerto supracitado trata-se de parte do documento *Memorial Contra o Veto do Presidente nas Diretrizes e Bases da Educação* (1961), sendo também fragmento de uma publicação do jornal *O Estado de São Paulo*. Essas divulgações se estenderiam até o fim do movimento com a assinatura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em meados de dezembro de 1961. Segundo consta no artigo “*Florestan Fernandes e a educação*” escrito por Saviani (1996, p. 82): “Florestan Fernandes

frequentou assiduamente a imprensa escrita, divulgando incansavelmente um saber crítico da sociedade encarado como instrumento para a necessária ação transformadora a ser protagonizada pelos de baixo.”

Florestan compreendeu que, mesmo após as manifestações públicas da Campanha em Defesa da Escola Pública, o projeto para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aquela que seria a LDB 4024/61 (BRASIL, 1961) continuava distante de suas reivindicações e muito aquém daquilo que os envolvidos na Campanha propunham, dando evidência aos interesses de instituições particulares e das escolas ligadas a Igreja Católica “[...] no essencial, o projeto ou ficou como estava ou ficou pior” (FERNANDES, 1966, p. 514), analisou o intelectual.

Ou seja, as reivindicações feitas em 1961, e publicadas com o título Diretrizes e Bases: Memorial, contra o veto do presidente, ainda continuavam pendentes de solução e as demandas permanecem atuais:

Dinheiro público para a escola pública! Nada de concessões que alimentem o retrocesso disfarçado ao mandonismo político, a privilégios odiosos e ao obscurantismo cultural. O Povo exige democratização do ensino, ou seja, expansão e aprimoramento da rede de escolas públicas gratuitas e abertas a todos, sem distinções econômicas, sociais, raciais ou religiosas! (DIRETRIZES E BASES: MEMORIAL..., 1961, p. 30).

Para Florestan, por meio do ensino público reuniam-se as maiores possibilidades de atingir a toda a parcela da população brasileira, sem distinção de credo, raça e classe social. Deveria, portanto, a escola abranger aqueles que representavam frações das mais diversas classes sociais, tornando-se a base fundante da cidadania e do trabalho, de modo a proporcionar a todos a participação no andamento econômico, social e político do país, tornando-se a esperança de um futuro melhor. A expectativa otimista de um país mais democrático e com melhores condições sociais implicava a necessidade de um “[...] processo gigantesco de educação e não apenas a educação entendida no sentido da transmissão do conhecimento, mas no sentido da formação da cidadania” (OLIVEIRA, 2000, p. 181), como também defendeu Anísio Teixeira (1956). A educação pública era compreendida como um direito imprescindível para a formação do cidadão consciente de seus direitos, um ensino necessário para a vida em sociedade, mas também para a humanização e para o despertar da consciência e do esclarecimento. Tais motivações conduziram a trajetória profissional de Florestan Fernandes, assim como sua ação militante.

Em primeiro lugar, o nosso objetivo central é a qualidade e a eficácia do ensino. Se defendermos a Escola Pública, fazemo-lo porque ela oferece condições mais propícias, num país subdesenvolvido e dotado de recursos escassos para a educação, de produzir “bom ensino” e de proporcioná-lo sem restrições econômicas, ideológicas, raciais, sociais ou religiosas, a qualquer indivíduo e a todas as camadas da população (FERNANDES, 1966, p. 356).

Esse intelectual considerava ainda que no ensino público acomodavam-se as expectativas para o desenvolvimento da criticidade, da consciência de classe, da valorização da cultura e da conscientização quanto ao papel político e social de cada cidadão, fortalecendo, inclusive, o desenvolvimento econômico. Assim, a Campanha em Defesa do Ensino Público tornou-se ligeiramente um movimento de “[...] responsabilidade cívica, que propunha à nação os dilemas educacionais que temos de enfrentar e resolver, se quisermos sair da posição de Povo atrasado, subdesenvolvido” (FERNANDES, 1966, p. 348).

[...] pretendemos esclarecer e alertar as opiniões para que todos os cidadãos patriotas e responsáveis, independentemente do seu saber ou prestígio, venham a preocupar-se com os problemas brasileiros com a solução, colocando-se assim em condições de influenciar, pelos mecanismos normais do regime democrático, as decisões e orientações dos partidos e do Governo nesse campo (FERNANDES, 1966, p. 356).

Para Saviani, Florestan Fernandes foi “[...] um professor, sem dúvida sério, consistente e responsável”. O estudo de sua trajetória profissional, pessoal e intelectual revela um “verdadeiro educador, isto é, aquele que pratica a educação com a consciência clara de que a está praticando, o que o leva a formular conceitos de máxima significação”. (SAVIANI, 1996, p. 72).

Saviani o caracterizou ainda como “militante da educação pública” isso, desde a sua fase como estudante nos anos 40 e depois na academia. Para Saviani, “Florestan Fernandes constituiu a liderança mais expressiva e combativa do movimento em defesa da escola pública naquele período”. (1996, p. 79).

O Movimento em Defesa da Escola Pública representa a ação conjunta de intelectuais e de grupos sociais que não se conformaram com as dificuldades sistemáticas enfrentadas pelo ensino de seu tempo, que entendiam que a educação pública prescindia de recursos públicos para sua efetivação. Esse movimento, assim como o sociólogo que o conduziu, deixou-nos a lição principal, que é a necessidade de lutar em prol da instrução e dos direitos daqueles a quem a estrutura social do país vem mantendo, há séculos, em condições de inferioridade. E o momento mais apropriado para reconhecermos seus feitos e aprendermos com suas lutas é no ano de 2020, quando celebramos o centenário de seu nascimento.

Considerações finais

Florestan Fernandes compreendeu a educação pública como um meio indispensável para a constituição da democracia no país e para a superação dos padrões de exclusão da população pobre dos bancos escolares. Esse sociólogo, antropólogo, escritor, político e professor brasileiro dedicou-se à luta por um Estado consciente de sua obrigação em subvencionar os estabelecimentos

particulares de ensino e investir significativamente na educação pública, tornando-a possível a todos.

Para Florestan, a Campanha de Defesa da Escola Pública deixou um referencial de sua atuação, não apenas no que se refere a críticas ao projeto da LDB (BRASIL, 1961), mas propondo uma reflexão sobre este projeto e o que representava para a educação brasileira. As medidas estabelecidas foram consideradas insuficientes, falhas e inaceitáveis, por isso passíveis de críticas e lutas por mudanças. Seu olhar crítico sobre a política liberal e o regime ditatorial não foi suportado pelo governo militar, que por meio do AI-5 o impediu de exercer sua profissão no país.

Conhecer a trajetória pessoal, intelectual e profissional de Florestan Fernandes, sobretudo seu envolvimento à frente da Campanha de Defesa da Escola Pública, nos traz argumentos para reafirmar a necessidade de se repensar a educação, ainda carente de transformações indispensáveis para que possa de fato proporcionar a formação integral do indivíduo, mesmo nos dias de hoje, quando comemoramos 100 anos do seu nascimento.

O caminho percorrido por Florestan Fernandes revela um sujeito sensível e crítico aos problemas de seu tempo, que lutou por transformações sociais em grande escala, já que, para ele, a educação era vista como um mecanismo capaz de possibilitar a superação dos problemas sociais, favorecendo as relações sociais, a preparação para o mundo do trabalho e para a cidadania.

Referências

BRASIL, *Lei 4024/1961 de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>> Acesso em: 09 out. 2020.

CANDIDO, Antônio. 1996. “O jovem Florestan”. In: *Estudos Avançados*. Vol. 10, n. 26. São Paulo: USP, p. 11 - 15. ISSN 1806-9592. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100003>. Acesso em: 09 out. 2020.

CANDIDO, Antônio. 1987. “Amizade com Florestan”. In: D’INCÂO, Maria Angela (org). *O saber militante*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz & Terra, 324p.

CANO, Wilson. 2012. “Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil”. In: *Revista Economia*. v.13, n.3b. Brasília: [s.n.]. p.897–916. ISSN 2178-2865. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897_916.pdf>. Acesso em 09 out. 2020.

DIRETRIZES E BASES: MEMORIAL CONTRA O VETO AO PRESIDENTE. 1961. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 17 dez, p.30. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19611217-26579-nac-0030-999-30-not>>. Acesso em: 18 de dez. 2020.

FEBVRE, Lucien. 2000. “Os combates de Febvre”. In: *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra.

FERNANDES, Florestan. 1960. “Análise e crítica do Projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. In: BARROS, Roque Spencer Maciel (Org.). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, p. 217 - 306.

FERNANDES, Florestan. 1994. “Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante”. In: *Estudados Avançados*. v.8, n. 22, set-dez, São Paulo. ISSN 1806-9592. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300011> Acesso em: 18 dez. 2020.

FERNANDES, Florestan. 1966. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora.

FERNANDES, Florestan. 1961. “Resistências à mudança social”. In: *O Estado de São Paulo*. Suplemento Literário. São Paulo, 02 dez, 1961. p. 03. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19611202-26568-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 2006. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

MANIFESTO DOS EDUCADORES DEMOCRATAS EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO (Mais uma vez convocados). 1959. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. vol. 31, n. 74, abr. jun., 1959. ISSN: 1676-2584 205. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/389/158>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MARIOSIA, Duarcides Ferreira. 2007. *Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MELO, Cristiane S.; MACHADO, Maria Cristina G. 2016. “Um estudo sobre o Movimento em Defesa da Escola Pública no Brasil (1959-1961)”. In: *Anais. X Seminário Nacional da HISTEDBR*. 30 anos de HISTEDBR. Contribuições para a História e Historiografia da Educação Brasileira. Campinas, 2016. ISBN: 978-85-7713-199-0. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/1133-2855-1-pb.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2020.

MOTA, Rodrigo Patto S. 2018. “Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5”. In: *Revista Brasileira de História – ANPUH*. vol.38 no.79. Set / Dez. São Paulo: [s.n.]. ISSN 1806-9347. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882018000300011 Acesso em: 09 out. 2020.

OLIVEIRA, Isabel de Assis R. de. 2000 “Sociabilidade e direito no liberalismo nascente”. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. n. 50, p. 160. São Paulo: CEDEC, p.159 – 183. ISSN 0102-6445 Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200009&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 09 out. 2020.

PONTES, Heloisa. 1998. *Destinos Mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 – 1968)*. São Paulo: Cia das Letras.

ROMERO, Rosana Aparecida S. “Trajetória de Florestan Fernandes na cidade de São Paulo”. In:

Revista EDUCERE. XII Congresso Nacional de Educação. Curitiba: PUC/PR, 2015. ISSN 0103-2070. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18161_8430.pdf Acesso em 09 out. 2020.

SANFELICE, José Luís. 2007. “O Manifesto dos Educadores (1959) à Luz da História”. In: *Revista Educação e Sociedade*, vol. 28, n. 99, mai/ago, Campinas, p. 542-557. ISSN 1678-4626. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000200013&script=sci_arttext. Acesso em: 09 out. 2020.

SAVIANI, Demerval. 1996. “Florestan Fernandes e a educação”. In: *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26. São Paulo. ISSN 1806-9592. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100013 Acesso em: 09 out. 2020.

SAVIANI, Demerval. 2007. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados.

SIRINELLI, Jean F. 1996. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, p. 231-270.

TEIXEIRA, Anísio. 1956. “Educação não é Privilégio”. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 26, n. 63, p. 3-31, jul./set. ISSN: 2176-6681 Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001669.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.

TEIXEIRA, Anísio. In: *Carta mensal*. Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro, nº 58, janeiro de 1960. Disponível em: <http://cnc.org.br/editorias/acoes-institucionais/periodicos/carta-mensal-782> Acesso em: 18 dez. 2020.

THOMPSON, Edward. P. 1987. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VELHO, Ricardo Scopel. 2016. *As transfigurações da educação na teoria de Florestan Fernandes: escola e socialização política na formulação estratégica da revolução socialista*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis.

Ensino de Sociologia no Ensino Médio:

o olhar de Florestan Fernandes

Célia Oliveira dos Santos Neta*

Resumo

Este artigo tem como objetivo buscar compreender o ensino de Sociologia no Ensino Médio, sob o olhar de Florestan Fernandes. Inicialmente, pretende-se contemplar aspectos da formação de Florestan como sociólogo, seu interesse pelas ciências sociais e os temas nos quais trabalhou, bem como uma sessão dedicada à sua ação como educador do ensino superior, suas aspirações e dilemas. Ademais, objetiva versar sobre a contribuição do autor sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio, com o aporte de outros autores que pesquisam sobre o tema. Será que as contribuições de Florestan Fernandes sobre o ensino de Sociologia, escritas em 1955, ainda ajudam a pensar a realidade brasileira atual?

Palavras-chave: Ensino de Sociologia no Ensino Médio; Florestan Fernandes; Sociólogo; Educador; Realidade brasileira.

Teaching Sociology in high school:

Florestan Fernandes' perspective

Abstract

This article aims to understand the teaching of Sociology in high school, under the eyes of Florestan Fernandes. Initially, it intends to contemplate aspects of Florestan's formation as a Sociologist, his interest in the social sciences and the themes on which he worked, as well as, a session dedicated to his action as a teacher of higher education, his aspirations and dilemmas. In addition, to deal with the contribution of the author on the teaching of Sociology in high school, with the contribution of other authors who research on the subject. Do the contributions of Florestan Fernandes on the teaching of Sociology, written in 1955, still help to think about the current Brazilian reality?

Keywords: Teaching Sociology in high school; Florestan Fernandes; Sociologist; Educator; Brazilian reality.

*Mestranda em Sociologia pela UFPE e graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição.
E-mail: cely_celinha@hotmail.com.

Introdução

O olhar de Florestan Fernandes sobre o ensino de Sociologia no Ensino Médio traz reflexões importantes, para pensar na necessidade dessa disciplina na educação secundária. Quais são os principais objetivos do ensino de Sociologia nas escolas? Que currículo é utilizado? E a metodologia aplicada em sala de aula? Um dos questionamentos de Florestan Fernandes (1982) ressalta a importância de se pensar as intenções almejadas com a introdução do ensino de Sociologia no ensino secundário:

Quais são as funções que o ensino da sociologia está em condições de preencher atualmente na escola secundária brasileira e, em particular, em que sentido poderá contribuir para alterar o sistema educacional brasileiro, de modo a fazer com que a educação se torne um “instrumento consciente de progresso social” nos diferentes meios sociais em que se integra no Brasil? (FERNANDES, 1982, p. 106).

A relação de Florestan com a Sociologia começou com a sua inserção no mundo do trabalho, já na sua infância. O sociólogo e educador Florestan passou por uma realidade de muita pobreza em sua infância. Esse fato possui uma ligação com a sua trajetória na Sociologia, pois iniciou sua aprendizagem sociológica aos 6 anos de idade, quando passou a ganhar a vida como se fosse um adulto. A condições sociais de Florestan na época em que era estudante se assemelha à realidade atual de vários estudantes brasileiros das classes populares, o próprio interesse do autor em estudar Sociologia se deu pelo fato de que ele só podia estudar meio expediente, pois precisava conciliar seus estudos com o trabalho. Por ter origens populares, se identificou com a realidade dos negros no Brasil, sua pesquisa sobre as relações raciais deu um novo sentido ao seu trabalho na sociologia (SOARES, 1997).

Florestan Fernandes, como um intelectual terceiro-mundista, isto é, subalternizado pela modernidade-colonialidade¹, não apenas teorizou sobre a realidade daqueles e daquelas que passam por diversos tipos de opressões no mundo, vivenciou essa realidade, pois a periferia mundial era seu local de enunciação. Para Walter Mignolo (2017), o desprezo em relação à vida humana, a violência genocida, a escravidão e a exploração foram a base para a construção da modernidade e do capitalismo.

Enquanto as práticas econômicas exploravam e tratavam seres humanos como coisas, a ciência fazia o papel de justificar o racismo e vários preconceitos. Diante disso, a matriz colonial do poder foi formada por quatro tipos de dominação: o controle da autoridade; o controle da economia; o controle do gênero e da sexualidade; e do conhecimento e das subjetividades. Esses quatro tipos de dominação são sustentados por dois pilares: o racismo e o patriarcado (MIGNOLO, 2017).

¹ Para Mignolo (2017), colonialidade e modernidade são dois lados de uma mesma moeda, não existe modernidade sem colonialidade, estão fundamentadas no eurocentrismo.

Entende-se que a aprendizagem sociológica de Florestan Fernandes iniciou a partir das condições precárias em que viveu, pois a partir de suas experiências de vida passou a questionar a realidade a sua volta. Para Bernard Lahire (2014), o ensino de sociologia pode contribuir e ser útil para formar sujeitos mais autônomos e mais conhecedores de sua realidade. Pois, as ciências sociais, através do processo de desnaturalização, nos permitem conhecer o mundo, fora da percepção imediata e direta dele, ou seja, do senso comum que está tão naturalizado em nossos olhares. Por meio da disciplina de sociologia podemos construir um novo olhar e uma nova ação no mundo social.

Max Weber (2001), um dos teóricos da ciência ocidental dominante, não defendia o diálogo entre a ciência e o senso comum, mas sim tê-lo como ponto de partida para superá-lo. Porém buscou entender que a causalidade nas ciências humanas passa pela subjetividade das pessoas, ou seja, a partir da visão de mundo e das experiências de vida dos (das) pesquisadores (as). A problematização da realidade pode ser feita em constante diálogo com o senso comum, isto é, com o conhecimento da vida cotidiana. Visto que, para estudar a sociedade não é preciso somente conhecê-la sob a ótica do senso comum, mas também trazer essa realidade e o senso comum para dentro dos espaços formais de educação, por meio da valorização da visão de mundo e experiências de vida dos sujeitos.

O diálogo entre a ciência e o senso comum é fundamental para o enfrentamento de discursos conservadores. O educador pernambucano Paulo Freire (2016) defendeu a conscientização como uma ferramenta para superarmos as barreiras impostas pelos condicionantes histórico e sociais. Como um educador terceiro-mundista, assim como Florestan Fernandes, Freire não apenas teorizou sobre a educação popular, vivenciou-a ao lado daqueles (as) mais atingidos pelas diversas opressões que existem no mundo (MOTA NETO, 2015). Entende-se que as experiências de vida de Florestan Fernandes, o cotidiano em condições precárias, contribuíram para uma leitura crítica da realidade e influenciou os interesses de estudo dele.

No decorrer de sua formação como sociólogo, interessou-se em realizar seus estudos acadêmicos sobre os povos indígenas Tupinambás, realizando seu trabalho de mestrado sobre esse tema. Florestan também desenvolveu pesquisas sobre as relações raciais, por meio de uma pesquisa encomendada pela UNESCO. Os estudos acadêmicos de Florestan sobre os Tupinambá e sobre a população negra no Brasil, já possuíam uma relação com o aspecto educacional, pois o autor analisava também a dimensão educacional desses povos, ou seja, a organização social e cultural, que é passada de geração à geração no viver o cotidiano de cada cultura (SOARES, 1997).

Como sociólogo, dedicou-se a estudar e dar visibilidade às lutas das populações indígenas e da população negra no Brasil, analisou transformações sociais e processos de transição da sociedade brasileira, como a passagem para uma sociedade urbano-industrial. Como educador, sua ação estava voltada para a formação de sociólogos que assim como ele, pudessem criar suas próprias teorias sobre a realidade brasileira, visando a transformação social, pois as primeiras tentativas de explicar

o Brasil que aconteceram no final do século XIX foram marcadas pela colonização do saber². Como sociólogo e educador trouxe novos caminhos para interpretar a realidade brasileira.

Florestan Fernandes era um intelectual comprometido com a aplicação prática de suas teorias e tinha um engajamento político. Dedicou-se ao estudo dos clássicos da disciplina, porém, rompeu com a reprodução da ciência ocidental dominante³, ao pensar o Brasil sob sua própria ótica, a partir da sua realidade enquanto membro das classes populares.

O seu ingresso na Faculdade de Filosofia representou um marco, tanto para a sua vida profissional, quanto para sua instituição e, em especial, para as ciências sociais. Para superar suas deficiências e lacunas intelectuais, Florestan tornou-se um estudante totalmente dedicado ao curso, impondo a si mesmo uma rígida de disciplina de trabalho (SOARES, 1997, p. 29).

O presente trabalho não abarca todas as contribuições de Florestan no que diz respeito ao ensino de Sociologia no Ensino Médio, ademais não contempla todos os aspectos educacionais analisados pelo autor. Procura-se, por meio do texto *O Ensino da Sociologia na Escola secundária brasileira*⁴, texto apresentado pelo autor em 1955, no I Congresso Brasileiro de Sociologia, trazer um pouco do olhar que esse sociólogo e educador tinha a respeito do tema, ampliando-se a discussão com o aporte de outros e outras estudiosos(as) que também valorizaram o ensino de Sociologia como tema. Será que as contribuições de Florestan Fernandes escritas em 1955 ainda podem ajudar na análise da conjuntura atual?

O educador Florestan

A ação docente de Florestan Fernandes se inicia em 1945, como segundo assistente na Cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, sob a supervisão do educador e sociólogo Fernando de Azevedo, um dos pioneiros da institucionalização da Sociologia no Brasil. A partir de 1952, passa a ministrar a Cadeira de Sociologia I, primeiro como assistente do educador Roger Bastide e depois como professor efetivo da disciplina (SOARES, 1997).

2 A dominação do conhecimento e das subjetividades também pode ser chamada de colonialidade do saber. Esse tipo de colonialidade é baseada na ideia do eurocentrismo, uma perspectiva de pensamento que se tornou hegemônica em todo o mundo, onde os não-europeus são considerados “naturalmente” inferiores (QUIJANO, 2005).

3 Como paradigma dominante, a ciência ocidental consolidou-se a partir da revolução científica do século XVI. Esse paradigma foi desenvolvido sob o domínio das ciências naturais, aplicada por meio de modelos mecanicistas, visando quantificar o mundo. A partir do século XIX esses modelos também são aplicados às ciências sociais emergentes, que são chamadas de “física social”. O paradigma dominante nega a racionalidade de tudo que não seguir suas regras epistemológicas e metodológicas e não permite diálogo com o senso comum (SANTOS, 1995).

4 A referência utilizada será a de 1982, quando o texto de Florestan foi publicado no Primeiro Dossiê de Ciências Sociais em São Paulo; trata-se do mesmo texto apresentado pelo autor em 1955.

Como professor, Florestan exerceu forte influência entre os seus alunos. Não se trata apenas da influência de uma personalidade forte ou de um professor erudito; ela se traduz como a introjeção de um modo de ser – enquanto cientista social – e um modo de fazer ciência, que inclui dois elementos básicos: a paixão e o rigor (SOARES, 1997, p. 49).

Florestan se preocupou em formar um grupo de pesquisadores qualificados sob rigorosos critérios de seleção, para a realização de um trabalho acadêmico coletivo. “O espaço pedagógico assim definido resultou em ambiente estimulante de um trabalho intelectual rico, intenso e exigente” (SAVIANI, 1996). Entende-se que, para Florestan o ensino de Sociologia poderia ser também um meio de transformação das estruturas da Universidade.

Florestan e o grupo de pesquisadores da Cadeira de Sociologia I criaram o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, as temáticas trabalhadas pelo CESIT se aproximavam da realidade brasileira, como por exemplo, a investigação sobre mobilização da força de trabalho, capitalismo dependente, racismo e reforma universitária. A criação do CESIT incomodou os conservadores da USP e de fora dela. (SOARES, 1997).

Saviani (1996) ilustra aspectos que demonstram o significado que Florestan atribuía ao processo de ensino-aprendizagem, quando Florestan, por exemplo, compara a sua formação na graduação e no curso de mestrado:

Em ambas as escolas os cursos monográficos eram de escolha arbitrária dos professores. O que era ótimo para simplificar as tarefas docentes, mas péssimo em termos daquilo que deve aprender um estudante de ciências sociais (FERNANDES 1972 apud SAVIANI, 1996, p. 71).

Nessa afirmação, compreende-se que Florestan tinha uma concepção pedagógica que visava “crescer o aluno” e não “fazer crescer o saber” através da imposição dos professores (SAVIANI, 1996). Outro aspecto apontado por Saviani, está na fala de Florestan sobre o período de mais entusiasmo na sua formação:

O ensino de sociologia e a pesquisa sociológica dobraram o meu rude individualismo, forçando-me a travar as últimas batalhas que assinalam o aparecimento de uma *segunda natureza humana* dentro de mim, a qual se confunde com o “professor” e o “sociólogo” em que me converti, inteiramente voltado para fora, para os “problemas dos outros”, os “dilemas de nossa época” e o controle racional da mudança social. (FERNANDES, 1972, apud SAVIANI, 1996, p. 73).

De acordo com Saviani (1996), ao falar de uma “segunda natureza humana”, Florestan remete à essência do processo educativo. Ou seja, a interiorização de elementos da exterioridade que mediados pela ação educativa, passam a atuar como se fossem naturais. “Trata-se, conseqüentemente, de uma segunda natureza construída pela educação sobre a base da primeira natureza transmitida

por códigos genéticos e pela tradição espontânea” (SAVIANI, 1996, p. 73).

As primeiras dificuldades de Florestan como educador, podem ser vistas nessas falas:

Como o pesquisador, o professor precisa reduzir o conhecimento acumulado previamente ao que é essencial e, mais que o pesquisador, deve defrontar-se com o dever de expor tal conhecimento de modo claro, conciso e elegante (...). Ao atingir esse patamar, o ensino perdeu, para mim, o caráter de um ‘fardo’ e a relação com os estudantes passou a ser altamente provocativa e estimulante para o meu progresso teórico como sociólogo (FERNANDES, 1972, apud SAVIANI, 1996, p. 74).

A fase inicial foi dura para mim e para os estudantes. Como todo professor jovem, eu não estava preparado para ensinar em cursos de graduação. Esses cursos, em nível introdutório, requerem professores de longo tirocínio, maduros no trato com a matéria e com o ensino (FERNANDES, 1972, apud SAVIANI, 1996, p. 74).

Com base no que foi dito é possível perceber que Florestan introduziu um novo ensino de Sociologia na USP, suas aspirações como educador levaram a Cadeira de Sociologia I a ser notada não somente no Brasil, mas também fora dele. Os estudos que foram desenvolvidos pelo CESIT iniciaram uma nova forma de fazer pesquisa em Sociologia, valorizando temas que se aproximavam da realidade brasileira e dos processos de mudanças do país.

Na próxima sessão, iremos conhecer um pouco da trajetória da disciplina de sociologia no Ensino Médio, bem como refletir sobre seus novos desafios na atual realidade brasileira, com a contribuição de Florestan Fernandes e com o aporte teórico de autores e autoras que estudam sobre o tema. As contribuições do sociólogo e professor Florestan, mesmo que tenham sido trazidas em 1955, tratam de questões que podem ser pensadas nos tempos atuais, como a importância da disciplina no currículo escolar.

O ensino de Sociologia no Ensino Médio sob a ótica de Florestan Fernandes

A introdução da Sociologia na educação básica, já no século XIX, foi pensada como substituta da disciplina Direito natural. No século XX, essa disciplina foi inserida no currículo da educação básica para tentar explicar e compreender o mundo moderno. Esse momento do ensino de Sociologia na educação básica antecede aos primeiros cursos superiores na área (OLIVEIRA, 2013).

Com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), em 1933, inicia-se a formação acadêmica de sociólogos. Essa formação foi voltada para ampliar o quadro de técnicos, que iriam atuar nas instituições públicas de desenvolvimento social. Amurabi de Oliveira (2013) aponta que a introdução da Sociologia na Educação brasileira se deu em meio a um processo contraditório.

Sua consolidação, através da Reforma Francisco Campos foi introduzida nos últimos anos do Ensino básico ou última série do ginásio, para aqueles que pretendiam ingressar nos cursos de: Medicina; Odontologia; Farmácia; Engenharia; Arquitetura e Direito. Ou seja, a Sociologia teve em sua inserção no ensino básico, um caráter elitista. Pois os que ingressavam nesses cursos e que tiveram o primeiro contato com a disciplina, faziam parte das famílias mais privilegiadas (OLIVEIRA, 2013).

Para Meucci (2007), o fato de a disciplina ter sido inserida primeiro na educação básica teve uma influência nos primeiros livros didáticos da área, pois não havia especialistas em Sociologia. A autora realiza uma análise dos primeiros livros didáticos de sociologia, aponta quem foram os autores desses documentos e quais expectativas eram depositadas nessa disciplina.

Parte significativa de autores dos primeiros livros didáticos de sociologia eram juristas, formados pelas tradicionais faculdades de Direito do país. A autora nota a ausência da perspectiva marxista nesses primeiros livros didáticos, a maioria dos autores eram de famílias tradicionais da elite brasileira. Por isso, não assumiam perspectivas mais críticas da realidade; dedicavam-se a temas muito diversificados, como literatura, finanças, direito, porém algo que tinham em comum era a preocupação em elaborar manuais de ensino (MEUCCI, 2007).

A autora afirma que nesses livros didáticos não havia uma ligação entre teoria sociológica e realidade brasileira. Eram textos longos, com listas de conceitos, métodos de pesquisa e escolas teóricas. O único autor que apresentou uma maior quantidade de dados sobre a realidade, foi Afro do Amaral Fontoura, formado em Filosofia. Para ele: “O livro de sociologia é importante, é indispensável mesmo, como guia, como roteiro, como resumo. Mas a sociologia não está dentro dos livros e sim da vida” (FONTOURA, 1944, apud MEUCCI, 2007, p. 23).

O desafio dos primeiros livros didáticos e primeiros autores da disciplina de sociologia, segundo a autora, foi a ausência de tradição científica, por causa da conjuntura de pouco incentivo à pesquisa entre 1930 e 1945 (MEUCCI, 2007). A partir da década de 1950, a educação passa a receber atenção dos cientistas sociais, período em que o interesse pela modernização do país cresceu, período pós-guerra, onde atribui-se à escola o papel importante na construção de uma sociedade mais democrática (GOUVEIA, 1989).

Nesse período, o sociólogo e educador Florestan Fernandes, se dedicou à problematização do ensino de sociologia no Ensino Médio. Em um texto intitulado *O Ensino da Sociologia na Escola secundária brasileira*, escrito em 1955, traz reflexões importantes para pensar sobre a consolidação e a importância da introdução da disciplina na educação secundária. Qual a função do ensino de Sociologia no Ensino Médio? Porque se deve desejar a introdução do ensino da Sociologia nos diversos graus de ensino, inclusive no secundário? Essas são algumas das questões apontadas por Florestan (1982).

Afirma que o ensino secundário brasileiro assumiu a função de preparar os educandos para admissão nas escolas de nível superior e que possui um caráter “aquisitivo” – ou seja, de acumular

conhecimentos e que não se preocupa em estimular a reflexão crítica da realidade. A inserção da matéria seria uma forma de difusão dos conhecimentos sociológicos, mas principalmente para a conscientização dos processos sociais e as mudanças ocorridas no Brasil, com a transição para uma sociedade capitalista urbano-industrial (FERNANDES, 1982). Costa (2011), ao recuperar as contribuições de Florestan Fernandes no debate sobre o ensino de Sociologia na Escola Média brasileira, coloca que a orientação geral apontada por Florestan foi o fomento do espírito crítico e a reflexão autônoma dos indivíduos, através de um estudo aprofundado dos dinamismos da sociedade.

Nesse sentido, para Costa (2011), é importante debater temas como discriminação racial, movimentos sociais e outros nas aulas de Sociologia no Ensino Médio. De acordo com Florestan (1982) o ensino secundário não deve visar a acumulação enciclopédica de conhecimentos. “Torna-se, assim, mais importante a maneira pela qual os conhecimentos são transmitidos, que o conteúdo da transmissão” (FERNANDES, 1982, p. 95). Florestan define sociologicamente o ensino secundário brasileiro como um tipo de “educação estática” que visa à manutenção da ordem social.

Moraes (2010), ao levantar questões sobre os conteúdos do ensino de Sociologia, aponta que é necessário pensar nos objetivos dessa disciplina. Para o autor, os conteúdos podem ser os mais diversos, pois o que vai fazer a diferença é a metodologia. A partir de conteúdos diversos, variar as estratégias de ensino. Focando na formação do estudante e no que se entende por “pensar sociologicamente”. Afirmar que o ensino de Sociologia não se prende aos resultados que os autores chegaram e nem ao resumo de suas obras. Mas sim às questões que foram levantadas por eles enfatizando as estratégias e percursos que esses autores fizeram para construir aquele conhecimento, ou seja, a metodologia adotada por eles.

Amurabi de Oliveira (2011) realiza uma reflexão sociológica sobre o cenário de produção acadêmica em que se encontra o ensino da Sociologia, contribuindo para o debate sobre ciências sociais e educação. De acordo com o autor, houve uma diminuição nas pesquisas sobre ensino de sociologia, entre os anos 40 até os anos 2000. Bem como, os trabalhos acerca do ensino de sociologia se concentram nos programas de pós-graduação em educação e não em sociologia, para o autor o tema precisa ganhar mais espaço nas pós-graduações de sociologia. Ademais, para Oliveira (2011) podemos compreender o ensino de Sociologia como uma ferramenta que nos permite ver o que sempre vimos e explicar o que já possui explicação no senso comum.

O ensino de Sociologia, no sentido forte do termo, deve compreender uma configuração que vá para além de uma proposta bancária de educação. A articulação entre teoria, categorias sociológicas e realidade social deve apresentar-se de forma clara, de modo a tornar significativo o que se diz, para quem se fala (OLIVEIRA, 2011, p. 9).

O senso comum, apesar de ser conservador e legitimar preconceitos, pode ter a sua dimensão libertadora ampliada, por meio do diálogo com o conhecimento científico (SANTOS, 1995).

O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza rupturas significativas no real (SANTOS, 1995, p. 56).

Compreende-se que esse conhecimento pode legitimar preconceitos como o machismo, o racismo, a homofobia, por meio de ideologias dominantes⁵. “Deixado a si mesmo, o senso comum é conservador e pode legitimar prepotências, mas interpenetrado do conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade. Uma racionalidade feita de racionalidades” (SANTOS, 1995, p. 56).

Para o sociólogo, educador e militante Boaventura de Souza Santos (1995), a ciência pós-moderna reconhece no senso comum potencialidades para enriquecer nossa relação com o mundo, pois de acordo com o autor a ciência moderna nos ensina pouco sobre a maneira de estar no mundo. Diante disso, o senso comum em diálogo com o conhecimento científico, pode se tornar um novo senso comum, mas para que isso se realize é preciso inverter a ruptura epistemológica, pois a ciência moderna rompe com o senso comum com vistas à superá-lo, se autocolocando como objetivo final, já a ciência pós-moderna, inverte essa ruptura e tem o senso comum como um fim, onde todo conhecimento científico visa tornar-se senso comum, se convertendo em autoconhecimento sobre as nossas vivências.

Com base em Santos (1995), entende-se que, em práticas de educação, a partir da reflexão crítica e questionamentos acerca das vivências e dos discursos que os sujeitos reproduzem, seria possível construir uma nova forma de ver o mundo ao questionar suas práticas e seus discursos. A criação de um novo senso comum, por meio da problematização de ideologias dominantes, como por exemplo o machismo (o patriarcado) e o racismo.

Para o sociólogo Bernard Lahire (2014), as ciências sociais são filhas da democracia, por isso são preocupantes para regimes conservadores, para ele o ensino de sociologia deve ser introduzido nas escolas desde o ensino primário, na forma de um ensino pedagogicamente adaptado, pois representa um papel fundamental na formação de cidadão para se viver em uma sociedade democrática.

O medo que se tem da disciplina de sociologia é que ela traga para debater em sala de aula temas “polêmicos” e acusados de serem “ideológicos”. Porém, afirma Lahire (2014) que querer os problemas sociais da realidade, fora das paredes da escola, deixam os e as estudantes desprovidos de criticidade e reféns dos verdadeiros produtores de ideologia. Nesse sentido, a disciplina de sociologia contribui para que a sociedade seja mais democrática, pois permite a reflexão crítica e

5 Para Althusser (1980), a sociedade capitalista se sustenta por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado, que se apresentam sob a forma de diferentes instituições. Essas instituições: a família; a escola, a religião e outras podem atuar para reproduzir e manter a ideologia dominante, da classe dominante.

os questionamentos acerca da realidade que vivemos. As contribuições de Florestan Fernandes, escritas em 1955 ainda nos servem como aporte para se pensar a disciplina de sociologia no cenário de conservadorismo atual que estamos vivendo. Nas considerações finais será realizada uma breve reflexão sobre essa questão.

Considerações finais

Para Florestan Fernandes, o ensino de Sociologia no Ensino Médio pode ser visto como uma ferramenta de interpretação crítica da realidade social e de transformação da realidade. Preocupou-se com o currículo utilizado nas aulas e com a prática pedagógica dos professores e professoras, ao afirmar, que a inclusão das ciências sociais no currículo do ensino de grau médio no Brasil é impraticável com a permanência de técnicas de pedagogias antiquadas. Para o sociólogo e professor Florestan, o ensino de Sociologia na escola secundária brasileira, se justifica como fator consciente e racional de progresso social (FERNANDES, 1982).

Em 1955, no primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia, Florestan defendeu a introdução da disciplina no Ensino Médio, afirmando que ter a disciplina no currículo do ensino básico, é possível. Percebe-se que o dilema sobre a importância dessa disciplina no Ensino Médio ainda se faz presente no Brasil, com o avanço do conservadorismo da extrema direita no país.

A partir da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei Federal nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996), a Sociologia e a Filosofia são incluídas como disciplinas eletivas no Ensino Médio (OLIVEIRA, 2016). Entretanto, só em 2008, pela Lei Federal nº 11.684/2008, a Sociologia e a Filosofia são incluídas como obrigatórias no Ensino Médio. Contudo, em 2016, com a Medida Provisória nº 746, a Sociologia e a filosofia deixam de ser disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio.

A reforma do Ensino Médio no ano de 2016, com a Medida Provisória nº 746/2016, ameaçou retirar a obrigatoriedade do ensino de sociologia, filosofia, artes e educação física, priorizando matemática, português e a introdução de cursos profissionalizantes. Porém, essa medida não foi implementada; em 2017, essas disciplinas voltam a ser consideradas obrigatórias, sem nenhuma alteração até o momento. Entretanto, a criação da Base Nacional Comum Curricular, um documento que define as diretrizes curriculares do país, aprovada em 2018, não coloca a sociologia como disciplina, mas como parte da grande área de ciências humanas sociais e aplicadas. Em 2019, o ensino de Sociologia e Filosofia no ensino superior é que passa a sofrer com possíveis cortes, o Ministério da Educação e a Presidência da República anunciam que pretendem “descentralizar” o investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas) para investir mais em outras áreas.

Diante dessa desvalorização das ciências humanas no Brasil, a falta de investimentos no curso superior pode desanimar estudantes do Ensino Médio que desejam ingressar nos cursos de humanas nas Universidades públicas. Como já afirmava Florestan (1982), o ensino de Sociologia

na escola secundária pode ser um instrumento para acordar a consciência política, em defesa dos elementos democráticos, esse também é o atual desafio da disciplina, ser um instrumento de garantia da democracia no país.

Com base nos Parâmetros curriculares de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio do Estado de Pernambuco, vale ressaltar que essa disciplina na educação básica, possui um currículo teórico-prático, que trabalha com núcleos conceituais e temáticos. E que a apropriação dos conhecimentos para objetivação na realidade é um de seus objetivos, ou seja, pretende fomentar um novo olhar e uma nova ação sobre o mundo objetivo (PERNAMBUCO, Secretaria de Educação, 2013).

Nessa perspectiva, o pensamento crítico só pode formar-se, se houver as ferramentas teóricas que permitam perceber os fenômenos sociais criticamente. Está posta a interdependência entre o domínio teórico e a constituição de uma atitude crítico-reflexiva, especialmente no caso dos conhecimentos sociológico, antropológico e político nos quais o ser humano, sua cultura e sociedade, bem como seu contexto sócio-histórico-político são os principais objetos de conhecimento, fundamentais para a formação humana, em especial, para a constituição de uma humanidade desalienada (PERNAMBUCO, Secretaria de Educação, 2013).

Percebe-se que a disciplina irá fornecer as ferramentas necessárias para que os e as estudantes criem um olhar diferente para a realidade, como defendia Florestan Fernandes. Porém, por se tratar de espaços formais de ensino, a metodologia acaba esbarrando nas estruturas hierárquicas e verticais de educação. Há espaços de educação popular, que no seu fazer educativo, dialógico e acessível, além de fomentar um olhar crítico diante da realidade, conseguem aproximar a ação educativa dessa realidade vivida no cotidiano das pessoas, com o objetivo de transformação social, como defendia Florestan.

Como um intelectual que trouxe um olhar de dentro, por ser das classes populares, Florestan Fernandes deixou um legado de estudos sobre a realidade, com vistas à transformação. Suas contribuições fazem sentido para as nossas práticas e nos inspiram a pensar nas particularidades da nossa sociedade, a partir de um olhar próximo, o do sociólogo e educador Florestan.

Referências

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. 2011. "Florestan Fernandes e o ensino da sociologia na Escola média brasileira". *Interlegere* (UFRN), Natal, v. 9, n. 9, p. 40-60.

FERNANDES, Florestan. 1985. O ensino de Sociologia na escola secundária brasileira. Primeiro dossiê de ciências sociais. In: *Ceupes-USP/CACS-PUC*, São Paulo, p. 46-58.

FREIRE, Paulo. 2016. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 53. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOUVEIA, Aparecida Joly. As Ciências Sociais e a pesquisa sobre Educação. *Revista Sociologia*. USP, São Paulo. 1989.

LAHIRE, Bernard. 2014. “Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino de sociologia?”. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 45-61.

MEUCCI, Simone. 2007. “Sobre a rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas”. *Revista Mediações*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 31-66.

MIGNOLO, Walter. 2017. “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18.

MORAES, Amaury César. 2010. “Desafios para a implementação do Ensino de Sociologia na escola média brasileira”. *Cadernos do NUPPS – Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 2, p. 1-10.

MOTA NETO, J. C. 2015. “Educação Popular e Pensamento Decolonial Latino-Americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda”. *Educação*, Universidade Federal do Pará, Belém. p. 146-229.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. 2011. “Sentidos e Dilemas do Ensino de Sociologia: Um olhar Sociológico”. *Interlegere*, Natal, v. 9, n. 9, p. 25-39.

OLIVEIRA, Amurabi. 2013. “Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica”. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira de. 2016. “O Ensino de Sociologia na educação básica brasileira: uma análise da produção do GT Ensino de Sociologia na SBS”. *Teoria e Cultura: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF*, Juiz de Fora v. 11 n. 1. p. 1-14.

PERNAMBUCO. 2013. *Parâmetros Curriculares de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio*. Pernambuco: Secretaria de Educação/Parâmetros para a educação básica do Estado de Pernambuco. p. 39-59.

QUIJANO, Aníbal. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *CLACSO*, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial, Buenos Aires, p. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Souza. 1995. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. R. Costa Cabral, 859, Porto: Edição Afrontamento.

SAVIANI, Dermeval. 1996. “Florestan Fernandes e a Educação”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10 n. 26, p. 71-87.

SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. 1. ed. São Paulo: Cortez.

WEBER, Max. 2001. A “objetividade” do conhecimento na Ciência social e na Ciência política. In: *Metodologia das ciências sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez.

Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos:

apontamentos sobre o capitalismo dependente e o fascismo na América Latina

Itamá Winicius do Nascimento Silva*

Resumo

Diante do centenário do sociólogo Florestan Fernandes, busco instigar uma discussão a respeito de como suas ideias se aproximam da chamada Teoria Marxista da Dependência. Apesar da oposição entre esses marxistas e algumas figuras da sociologia uspiana, como Fernando Henrique Cardoso, defendo uma aproximação entre Florestan e esses autores no que se refere à análise do desenvolvimento capitalista na América Latina e no Brasil. Sendo assim, busco analisar as aproximações entre Florestan e Theotônio dos Santos no tocante à origem, ao desenvolvimento, à expressão e à superação do fascismo na realidade latino-americana. O diálogo entre esses dois autores traz consigo fecundas e atuais discussões sobre conceitos caros ao Pensamento Social Brasileiro, como capitalismo dependente, imperialismo, socialismo e, claro, fascismo.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Theotônio dos Santos; Capitalismo Dependente; América Latina; Fascismo.

Florestan Fernandes and Theotônio dos Santos:

notes on dependent capitalism and fascism in Latin America

Abstract

Facing the centenary of the sociologist Florestan Fernandes, I seek to instigate a discussion of how his ideas approach the so-called Marxist Theory of Dependence. Despite the opposition between these Marxists and some figures in Uspian Sociology, such as Fernando Henrique Cardoso, I defend a rapprochement between Florestan and these authors regarding the analysis of capitalist development in Latin America and Brazil. Therefore, I seek to analyze the approximations between Florestan and Theotônio dos Santos regarding the origin, development, expression and overcoming of fascism in the Latin American reality. The dialogue between these two authors brings with it fruitful and current discussions on concepts dear to Brazilian Social Thought such as dependent capitalism, imperialism, socialism and, of course, fascism.

Keywords: Florestan Fernandes; Theotônio dos Santos; Dependent Capitalism; Latin America; Fascism.

*Mestrando em Sociologia pelo PPGS/UFPE. Graduado em Ciências Sociais – Licenciatura pela UFPE.
E-mail: itama_winicius@hotmail.com.

Introdução

Nesta introdução, buscarei traçar rapidamente a trajetória pessoal e intelectual dos dois autores em questão, situando-os dentro de um determinado contexto histórico-social. A importância e o entendimento deste contexto, facilita o exercício proposto em buscar um diálogo entre Florestan Fernandes (1920-1995) e Theotônio dos Santos (1936-2018); tendo em vista que essa interlocução não ocorreu de forma direta durante a vida desses teóricos. De origem humilde, Fernandes construiu sua carreira acadêmica na Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, como resultado das várias transformações que o país foi palco após a Revolução de 30. O filho único de Maria Fernandes, então empregada doméstica, ingressou na USP em 1941 e teve que enfrentar um cenário desafiador. Esse cenário pode ser representado pelo depoimento pessoal do historiador Fernand Braudel, professor da USP em seus primeiros anos de atividade. Relatou Braudel: “Minhas primeiras aulas foram em francês, e na sala havia representantes do governador, amigos de Júlio de Mesquita Filho, o dono do jornal *O Estado de S. Paulo*, e diversos grã-finos que deixavam carrões estacionados na porta” (apud LIMONGI, 2001, p. 188). Nesse ambiente, Fernandes se formou em Ciências Sociais, conquistando, posteriormente, os títulos de mestre e doutor, passando para a livre-docência em 1953.

Fortemente influenciado pelo funcionalismo nos primeiros anos de sua trajetória intelectual, Fernandes produziu inovadoras pesquisas sobre a extinta sociedade tupinambá e buscou construir uma sociologia científica que visasse a interpretação do Brasil. A busca por uma patente científica do conhecimento sociológico, dialoga direta ou indiretamente com as bases ideológicas dos fundadores da USP, que nos debates envolvendo a formação da universidade a definiam da seguinte forma:

A universidade é definida como organismo concatenador da mentalidade nacional, uma vez que nela se formam essas admiráveis legiões de estudiosos desinteressados, que no ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as diretrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de ação (LIMONGI, 2001, p. 152).

As pesquisas envolvendo questões raciais, realizadas conjuntamente com o antropólogo Roger Bastide, dão início a uma nova fase da trajetória intelectual de Fernandes. Visando se contrapor às teses da democracia racial, colocada como “a ideia de que o padrão brasileiro de relações entre ‘brancos’ e ‘negros’ se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente” (FERNANDES, 1965, p. 197), Fernandes colocou a questão racial sob a perspectiva do oprimido sem, contudo, mistificar a senzala. Porém, é a partir do golpe civil-militar de 1964 que ele passa a se preocupar, de forma mais intensificada, com a formação do capitalismo no Brasil, aproximando-se de importantes conceitos como o de capitalismo dependente. Desse período surgem obras

como *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008) e, principalmente, *A Revolução Burguesa no Brasil* (2006). Também foi a partir de 1964 que Fernandes passou a produzir sobre a realidade latino-americana, integrando o Brasil nesse circuito, o que resultou em obras como *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1975) e *Da Guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (2007), obra que tornou Fernandes um dos primeiros no país a produzir especificamente sobre a ilha socialista. O contexto histórico-social desenvolvido após o golpe de 1964, resultou intelectualmente numa maior aproximação com a teoria marxista.

Theotônio dos Santos foi um dos expoentes da chamada Teoria Marxista da Dependência, posto que assume junto com companheiros e companheiras como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. Por conta do golpe de 1964, Santos acabou construindo uma carreira acadêmica instável em comparação com Fernandes, e marcada por um maior reconhecimento fora do Brasil. Quando os militares derrubaram João Goulart, ele possuía a graduação em Sociologia, Política e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o título de mestre em Ciência Política, alcançado sob orientação de Ruy Mauro Marini, pela Universidade de Brasília (UnB). Por essas razões, sai do Brasil em 1966 para se construir academicamente e intelectualmente no Chile. Após o golpe militar de 1973, que depôs Salvador Allende, vive um novo exílio e refugia-se no México, onde se torna professor titular da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM). Enquanto esteve no Brasil, fez parte do que ficou conhecido como “grupo de Brasília”.

Esse grupo se formou sob a liderança de André Gunder Frank, convidado por Darcy Ribeiro, em 1962, para lecionar na recém-fundada UnB que tinha uma inovadora estrutura descrita da seguinte forma:

Sua organização estava baseada em departamentos e institutos, ao invés da cátedra e da faculdade, próprias da universidade tradicional; o projeto pedagógico privilegiava o trabalho docente em equipe, a relação ensino-pesquisa e dava estímulo à realização de cursos livres, debates e seminários e à abertura de cursos de pós-graduação. Sua concepção da relação universidade-sociedade, que a levava a abrir-se ao exterior, promovendo cursos de extensão e, inclusive, de formação profissional e capacitação sindical, constituía outro diferencial da instituição, que abrigava intelectuais comprometidos em compreender e projetar as transformações que o país sofria naquela metade de século (WASSERMAN, 2017, p. 32).

Como podemos observar, existiu um contraste entre Fernandes e Santos no tocante as instituições que fizeram parte. Inserido em uma universidade de modelo tradicional, Fernandes construiu-se enquanto sociólogo militante, tendo que se afastar do que chamou de “conservantismo consequente” (FERNANDES, 1980) e, com isso, desenvolveu em torno da cadeira de Sociologia I um conjunto de intelectuais que visavam superar esse tradicionalismo acadêmico. Sobre a disciplina mencionada, disse Fernandes: “A cadeira serviu, em suma, para atingir fins que, na tradição do

ensino superior brasileiro, conflitavam com a sua existência. Era como que uma revolução dentro da ordem” (FERNANDES, 1980, p. 187). O enfrentamento de tais desafios, não foi vivido por Santos que teve o primeiro contato com Gunder Frank, em 1963, e logo fez parte de um grupo que objetivava aplicar as análises de Karl Marx à interpretação do desenvolvimento histórico latino-americano. Desse grupo saiu a constituição da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), fundada em contraposição às teses democrático-burguesas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Além de não estar inserido em uma instituição tradicional como a USP, Santos se diferencia de Fernandes por já ter a América Latina como preocupação teórica no início de sua trajetória intelectual; exercício realizado por Fernandes apenas a partir de meados dos anos 1960.

Por conta de diversos fatores, como a construção acadêmica no exterior e sua difícil inserção na academia durante o processo de Redemocratização, Santos (e os outros autores da chamada Teoria Marxista da Dependência) não é comumente inserido entre os chamados “intérpretes do Brasil”, que têm Fernandes como um de seus expoentes. Apesar de elaborar diagnósticos e projetos para o Brasil, relacionando sua história como parte integrante da realidade latino-americana, Santos não conseguiu entrar nesse grupo seleto de intérpretes. Esse intérprete pode ser definido como um intelectual envolvido politicamente, desenvolvendo com isso diagnósticos e interpretações sobre a história de seu povo. Ou melhor, “os intérpretes do Brasil valorizam o espaço da experiência brasileira, o que o Brasil já foi e ainda é, ora valorizam o horizonte de espera, o que o Brasil quer ser e ainda não é” (REIS, 2000, p. 15 apud WASSERMAN, 2017, p. 23). Segundo Claudia Wasserman (2017), o grupo de Brasília que Santos fez parte permaneceu na sombra, assim como outros círculos de leituras em vários estados periféricos do país, enquanto o grupo chamado por ela de “uspiano” conseguiu construir uma hegemonia mesmo não sendo o único a se reunir com o propósito de estudar e refletir sobre as obras de Marx. Esse grupo foi organizado inicialmente por José Arthur Giannotti e reuniu teóricos como Cardoso, Octávio Ianni, Francisco Weffort, entre outros. Ainda sobre esse grupo de seminário sobre Marx, reunido na USP, vale ressaltar que Fernandes não fez parte dele, seja em sua origem ou desenvolvimento (SOARES, 1997).

Esses dois grupos se organizaram e interagiram num contexto intelectual frutífero no país. Assim sendo, existiu uma ferrenha disputa ideológico sobre a natureza do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e os caminhos a serem seguidos. Diante dessa disputa o grupo de Brasília e o grupo de seminário sobre Marx, estavam em contato com outros como os nacional-desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), além dos intelectuais reunidos no PCB. As disputas entre esses grupos, vão marcar as décadas de 1950 e, principalmente, 1960. Tomando como base a tipologia realizada por Bresser-Pereira (2010), coloco essas disputas sob as seguintes bases: a) a interpretação da contradição nacional-dependente, reunindo teóricos da CEPAL e do ISEB, que viam o desenvolvimento econômico como possível através de uma revolução nacional,

democrática e capitalista com base em uma estratégia nacional de desenvolvimento; b) a interpretação da dependência associada, reunindo teóricos vinculados à USP, que rejeitavam a possibilidade de uma burguesia nacional e, consequentemente, consideravam o desenvolvimento econômico possível através do caráter dinâmico do capitalismo e dos investimentos feitos pelas corporações multinacionais, voltando-se assim para trincheiras como a justiça social e o fortalecimento da democracia; c) e a interpretação da superexploração, reunindo teóricos vinculados ao grupo de Brasília que, inspirados na Revolução Cubana de 1959 e nas lições deixadas pelo golpe civil-militar de 1964 no Brasil, colocavam a revolução socialista como o único caminho para a superação da condição de país dependente, frente a subserviência das classes dominantes locais aos interesses estrangeiros.

Cepalinos e isebianos estiveram reunidos no que Bresser-Pereira (2010), chamou de interpretação nacional-burguesa. Ambos os grupos, “acreditavam que o desenvolvimento econômico era sinônimo de industrialização e deveria ser produto de uma estratégia nacional – uma estratégia que o ISEB batizou de “nacional-desenvolvimentismo”” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 22). Além do mais, “acreditavam que uma nação forte era essencial para construir um estado-nação forte” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 22). Apesar das análises desse grupo, especialmente os cepalinos, não utilizarem o termo imperialismo, substituindo-o por centro e periferia, existiu naquelas reflexões uma teoria imperialista do subdesenvolvimento, como podemos observar nas ideias de Celso Furtado. Os nacional-desenvolvimentistas, tiveram como opositores o grupo intelectual presente na USP. Entre esses, “As principais preocupações de seus membros eram a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial e a análise da exclusão social e dos gêneros e classes sociais” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 23). Diferente de cepalinos e isebianos, o grupo formado na USP além de se concentrarem em teoria sociológica (transpondo métodos de pesquisa social para o Brasil), não tinham como fundamento principal a chamada questão nacional que movia os desenvolvimentistas. Pelo contrário, “rejeitava a possibilidade de pactos nacionais e não estava interessada em criticar o relacionamento imperialista entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 24). Mas o grupo uspiano não era homogêneo e, como coloca Bresser-Pereira em nota, Fernandes estava mais próximo do grupo de Brasília do que de autores como Cardoso. Sobre essa aproximação, diz Bresser-Pereira:

Florestan Fernandes, o fundador e chefe da Escola de Sociologia de São Paulo, Octávio Ianni e Roberto Schwarz não adotaram a interpretação da dependência associada. Originalmente Florestan Fernandes não era marxista, mas se tornou marxista nos anos 1960 e, como quase sempre acontece com intelectuais republicanos à medida que envelhecem, em seguida ele se radicaliza para a esquerda, identificando-se com a interpretação da super-exploração (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 36).

Por fim, tendo como recorte documental os escritos de Fernandes e Santos sobre o

fascismo na América Latina, busco debater a possibilidade de diálogos entre esses dois pensadores. Veremos no decorrer do trabalho como, através das discussões sobre o fascismo, esses dois autores se aproximam em outras temáticas como a interpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil e a consequente interferência estrangeira no decorrer deste processo. O encontro das ideias desses autores, só foi possível graças a um contexto histórico-social, representado pela Revolução Cubana e o golpe civil-militar no Brasil. Esses dois acontecimentos históricos, vivenciados diretamente pelos autores, ensinaram duas lições: a) a subordinação das classes dominantes locais aos interesses imperialistas, abdicando de um projeto nacional de desenvolvimento, alimentado pelos nacionais-desenvolvimentistas; b) a percepção de que somente através de uma ruptura revolucionária, representada pela revolução socialista, seria possível livrar-se das amarras do capitalismo dependente que pode até gerar desenvolvimento econômico, mas não será capaz de superar mazelas sociais de natureza estrutural. Fernandes e Santos, mesmo não mantendo um diálogo direto, enxergaram no golpe de 1964 “os equívocos teóricos e político-estratégicos das correntes hegemônicas da esquerda brasileira, tanto a reformista do PCB quanto a fração nacionalista, desenvolvimentista e modernizadora do PTB, da Cepal e do Iseb” (WASSERMAN, 2017, p. 64). Sem essa criticidade, os dois autores em questão não conseguiriam desenvolver as suas reflexões sobre o fascismo na América Latina (e por consequência no Brasil) que veremos adiante.

Capitalismo dependente: possibilidades de um não diálogo

Como mencionado acima, o diálogo entre Fernandes e Santos, não existiu de forma direta. Ou seja, estamos lidando com um não diálogo. O que existe neste trabalho é uma tentativa teórica-epistemológica de encontrar pontos em que as suas reflexões entrem em consonância. A questão do capitalismo dependente é considerada um possível ponto de diálogo entre esses autores. E não só entre os dois autores, o tema aproxima Fernandes da interpretação da superexploração, definida na introdução. Por isso, realizarei, nesta parte do trabalho, uma comparação entre Fernandes e a Teoria Marxista da Dependência de um modo geral. Como ponto de partida, indago: o que caracteriza o capitalismo dependente? Como denuncia o termo, o capitalismo dependente significa uma situação particular em que se encontram países considerados subdesenvolvidos. Esses países encontram-se dependentes econômica e politicamente dos países capitalistas centrais. Dessa forma,

Pensar o capitalismo dependente como uma forma de capitalismo particular, no seio do sistema mundial capitalista, obrigou a definir os processos que o determinam em sua reprodução, sendo dois fundamentais a superexploração da força de trabalho e o divórcio no ciclo do capital, os quais integrados com o intercâmbio desigual, enquanto denominador comum das diversas formas de inserção da região no sistema mundial, reproduzem não somente os processos antes assinalados, mas o capitalismo dependente enquanto tal (LUCE, 2018, p. 7).

Adiante, veremos como o fascismo se apresenta na América Latina com a finalidade de manter as estruturas desse capitalismo dependente, principalmente quando estas se encontram ameaçadas, seja por mudanças dentro da ordem ou contra a ordem. Por ora, basta o entendimento de que o capitalismo dependente se caracteriza como um capitalismo particular, porém, produzido e reproduzido dentro da dinâmica do sistema mundial capitalista. Como mostrou Bamberger (2019), a análise da questão da dependência preocupou o que ela chamou de “ciência social oficial”, dando como exemplo os cepalinos. Entretanto, buscando se diferenciar da CEPAL, ela coloca que seus teóricos reproduziram deficiências metodológicas no tocante ao tema, pois buscavam “justificar certo tipo de desenvolvimento, em vez de tentar explicá-lo” (BAMBERGER, 2019, p. 37). A sua perspectiva da questão da dependência, busca redefinir seu conceito como uma:

categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuramos definir o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes (BAMBERGER, 2019, p. 38).

Feita essa apresentação geral, busco a partir de agora descrever a visão de Fernandes sobre capitalismo dependente, comparando-o com as reflexões produzidas pelos teóricos da interpretação da superexploração ou, simplesmente, da Teoria Marxista da Dependência. Assim como outros teóricos vinculados a USP, Fernandes também se preocupou em entender os processos sociais, políticos e econômicos em torno da transição do Brasil arcaico/rural para o desenvolvido/urbano. Se fomos na nota explicativa da obra *A integração do negro na sociedade de classes*, vamos encontrar claramente essa preocupação do Fernandes no entendimento das questões raciais. Segundo o próprio, as relações raciais se configuram como “um dos problemas sociais mais graves para a continuidade do desenvolvimento da ordem social competitiva na sociedade brasileira” (FERNANDES, 1965, p. 6). E a escolha pela cidade de São Paulo foi baseada nessa mesma preocupação, pois ela é considerada como “a cidade brasileira na qual a *revolução burguesa* se processou com maior vitalidade, segundo a norma do *Trabalho-livre, na Pátria-livre*” (FERNANDES, 1965, p. 7, grifos do autor). Até o início da década de 1960 os termos sociedade de classes e capitalismo dependente estavam presentes em sua obra sob a chave da irracionalidade, o que gerava a ânsia de que o desenvolvimento pleno da sociedade de classes (ou ordem social competitiva), acabaria levando ao expurgo do subdesenvolvimento. Ou seja, a exageração do desenvolvido/urbano, teria como consequência o enfraquecimento do arcaico/rural. Apenas no fim dessa mesma década é que os termos mudam de sentido e Fernandes passa a utilizá-los, sob a chave da racionalidade, concluindo que o sistema social funcionaria estruturalmente através do que Brasil Júnior (2013) chamou de “meia potência”. Essa mudança acarretou em três pontos que Fernandes passou a se debruçar:

Em primeiro lugar, na necessidade de articular, de modo constitutivo, elementos “internos” e “externos” às sociedades, especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito dos dinamismos sócio-econômicos – articulação que também levaria a uma imbricação entre elementos “arcaicos” e “modernos”. Num segundo plano, na requalificação da atuação limitada da burguesia na chave da “racionalidade possível” diante das condições do “capitalismo dependente”. O seu confinamento a interesses egoístas e de curto prazo não seria uma simples “irracionalidade” ou uma resistência “sociopática” à mudança, mas uma forma de se ajustar a um “capitalismo difícil”. Por fim, na caracterização do caráter inextricavelmente “autocrático” da transformação capitalista implicada pelo “capitalismo dependente”, que se associaria não com a correção, mas com o agravamento da monopolização da renda, do prestígio e do poder político. Noutras palavras, o “capitalismo dependente” não conduziria à universalização da ‘ordem social competitiva’” (BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 253).

Essa mudança permitiu a Fernandes um maior refinamento de suas análises sobre o capitalismo dependente e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil. Afinal, muitos desses problemas não estavam ausentes em suas obras anteriores, porém, a partir dessas reflexões ele conseguiu assentar melhor hipóteses como a demora cultural e o dilema social brasileiro. Vale lembrar que, cronologicamente, essas reflexões sobre a natureza do capitalismo dependente ganham força a partir de 1967, ano em que ele escreve o artigo *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Porém, essas ideias estão de forma mais presentes e detalhadas na clássica obra *A Revolução Burguesa no Brasil*. É nesta obra que ele, seguindo reflexões já realizadas por autores como Caio Prado Júnior, busca analisar as relações entre os elementos internos e externos, colocando o desenvolvimento da sociedade brasileira em articulação constante com a expansão do mundo ocidental. Essa articulação seria responsável por gerar “a formação de uma economia ‘duplamente polarizada’, isto é, destinada a garantir acumulação de capital tanto para as burguesias nacionais quanto para as burguesias dos países ‘hegemônicos’” (BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 255). Sobre as diferenças entre países centrais e subdesenvolvidos, Fernandes assenta suas formações nos seguintes termos:

Em um extremo, temos uma economia de mercado capitalista que cresce com o excedente econômico transferido ou pilhado de economias coloniais. No outro, deparamos com uma economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente (FERNANDES, 1975, p. 24-5 apud BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 255).

É por esse motivo que as burguesias locais não teriam capacidade de liderar uma revolução democrático-burguesa, aos moldes europeus. A sua formação a colocaria numa posição de conciliadora da dualidade arcaico/desenvolvido. Porém, isso não se daria de forma mecânica em Fernandes. Pelo contrário, seria fruto de uma dinâmica histórica complexa e contraditória em que essas classes dominantes ora buscam desenvolver a ordem social competitiva, ora visam revitalizar heranças de uma sociedade de castas e estamental. Essa combinação entre esses dinamismos,

implicaria em uma “combinação de elementos ‘arcaicos’ e ‘modernos’, tornando complexo o quadro geral da mudança social” (BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 257). O que existe de cabal nesse processo era a impotência dessa burguesia em liderar mudanças sociais que fossem em oposição aos interesses estrangeiros, tornando-a uma burguesia dependente, sendo o golpe de 1964 um exemplo desta subserviência. Segundo ele,

Assim, a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe. Ela possui poder para resguardar sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos (FERNANDES, 1975, p. 77-8 apud BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 259).

Essa mudança de tratamento dos termos em Fernandes, passando de uma chave irracional para uma racional, desemboca em um ceticismo com relação a burguesia como agente social protagonista de mudanças sociais no Brasil; diferenciando-se de cepalinos, isebianos e, por consequência, criando uma aproximação com as teses da interpretação da superexploração. Esse ceticismo é causado por uma análise histórica e sociológica que constata a mentalidade mandonista, exclusivista e particularista das classes dominantes locais que se tornaram obstáculo para o pleno desenvolvimento da ordem social competitiva. Por essa razão, Fernandes cria o conceito de “modelo autocrático-burguês” para designar a manutenção de privilégios de uma burguesia sem quaisquer pretensões utópicas de emancipação, a exemplo dos países europeus. E o golpe de 1964, já mencionado, reforça essa visão no autor. Esse acontecimento histórico serviu para mostrar a natureza desse modelo autocrático-burguês que se caracteriza como “rígida, monolítica e autocrática, anulando ou suprimindo todo o espaço político que não sirva aos interesses econômicos, políticos e sociais das classes dominantes” (FERNANDES, 1979, p. 32 apud BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 261). Mas quais as ligações e outras diferenças dessa noção de capitalismo dependente com os teóricos da Teoria Marxista da Dependência?

A principal diferença é que as análises de Fernandes se debruçam, especificamente, sobre a realidade brasileira, enquanto os teóricos da Teoria Marxista da Dependência buscam uma perspectiva latino-americana do mesmo processo. Fernandes, inclusive, coloca o Brasil (junto com o México) como os países em que se encontra um “tipo mais complexo de capitalismo dependente” (FERNANDES, 1975, p. 49 apud BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 263). Se tomarmos como base a tipologia das sociedades dependentes, feitas por Bamberger, na obra *O capitalismo dependente latino-americano*, veremos que essa afirmação não está distante do que pensam esses teóricos. No capítulo três desta obra, Bamberger divide a formação das sociedades latino-americanas em dois tipos

básicos¹²: a) aqueles que detêm uma estrutura diversificada, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão; b) aqueles que detêm uma estrutura essencialmente primário-exportadora, cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais. Brasil e México estão enquadrados no primeiro grupo, cunhado por ela de “tipo A”, por apresentarem um significativo setor industrial desde o fim do século XIX. A diferença é que as reflexões de Bambirra vão além das realidades brasileiras e mexicanas, incluindo nesta tipologia todos os demais países da região.

Apesar dessa diferença de perspectiva, existem similaridades em outros aspectos. Começando por Bambirra, o seu encontro com Fernandes se inicia na constatação de que na América Latina (e em consequência, no Brasil), a relação contínua entre arcaico/desenvolvido é parte estrutural do capitalismo dependente. Ao comentar sobre o desenvolvimento capitalista na região, passando especificamente pela proletarianização da mão de obra do campo, afirma a autora:

A proletarianização expressa o processo de penetração do capitalismo no campo – que, embora em vastas regiões passa a ser predominante, não elimina completamente as relações pré-capitalistas ou semi-serviis, e até coexiste com estas em alguns casos, tendendo a uma aproximação maior ou menor às relações capitalistas de produção puras, de acordo com as necessidades do sistema (BAMBIRRA, 2019, p. 68).

Sendo assim, o processo de desenvolvimento das relações de produção capitalistas (ou ordem social competitiva, segundo Fernandes), apesar de formar novas classes sociais como um proletariado crescente, as classes médias e uma burguesia industrial “o poder das oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras não é esmagado, mas sim redefinido” (BAMBIRRA, 2019, p. 69). Em suma, apesar da industrialização (intensificada graças ao período que vai do início da Primeira Guerra Mundial ao final da Segunda Guerra Mundial, onde existiram as condições propícias para a substituição das importações) existente nessas sociedades, o setor exportador não perdeu força; desenvolvendo desta forma uma burguesia aliada e atrelada aos interesses desse setor. Isso ocorre porque, “embora a indústria tenda, no final das contas, a subordinar o setor exportador, necessita dele como condição de sobrevivência

1 A autora também se refere à possibilidade de criar um terceiro tipo de sociedades dependentes, formado por países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial, como Paraguai, Haiti e Panamá. “No entanto, dada a especificidade da evolução histórica de cada um desses países frente à ausência de denominadores comuns – salvo por formarem parte de um mesmo sistema de dominação –, possivelmente sua classificação dentro de um mesmo tipo não nos conduziria a uma maior compreensão do caráter de suas estruturas dependentes, sendo preferível realizar diretamente o estudo de cada um desses países dependentes” (BAMBIRRA, 2019, p. 60).

2 Além do mais, a autora coloca Cuba como um caso à parte no continente, pois seu processo de industrialização foi produto de sua transição socialista, rompendo com a dependência em relação ao centro hegemônico capitalista.

e expansão” (BAMBIRRA, 2019, p. 77). Essa dependência da burguesia aos setores oligárquicos, vinculados a exportação, impede a realização de uma revolução burguesa na América Latina aos moldes europeus. Essa tese, além de se conciliar com as reflexões de Fernandes, contestam as produções cepalinas, isebianas e até marxistas mais antigas como as de Octávio Brandão (2006), feitas em *Agrarismo e Industrialismo*³. Independente da formação socioeconômica dependente (Bambirra enumera a existência de três tipos na América Latina: a formação colonial-exportadora, a capitalista-exportadora e a capitalista-industrial) existe uma dinâmica que busca a manutenção das bases do capitalismo dependente, impedindo assim uma revolução burguesa no continente. Assim como Fernandes e Bambirra, Ruy Mauro Marini advoga da mesma tese como podemos observar neste trecho:

O fato que mais chama a atenção é o caráter relativamente pacífico que o trânsito da economia agrária para economia industrial assume na América Latina, em contraste com o que ocorreu na Europa. Isto fez com que muitos estudiosos mantivessem equivocadamente a tese de que a revolução burguesa latino-americana ainda está por se realizar. Ainda que fosse correto dizer que a revolução burguesa não se concretizou na América Latina segundo os cânones europeus, este argumento é enganoso, pois não considera adequadamente as condições objetivas dentro das quais se desenvolveu a industrialização latino-americana (MARINI, 2013, p. 55).

Sobre o último ponto em que Marini coloca como enganosas interpretações que não consideram as condições objetivas da região, vale lembrar do uso particular da noção de revolução burguesa em Fernandes. Questionando se existiu ou não um processo revolucionário protagonizado pela burguesia no Brasil, o autor deixa claro que não se trata de analisar essa noção como um acontecimento histórico determinado. Se trata sim de buscar “procurar os agentes histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil” (FERNANDES, 2006, p. 37).

Santos é outro autor da Teoria Marxista da Dependência que se encontra em consonância com as ideias de Fernandes sobre o capitalismo dependente. Assim como o sociólogo paulista, Santos enxergou o capitalismo dependente como um desenvolvimento capitalista particular e condicionado em que sua expansão pode gerar ainda mais dependência. A razão deste processo

3 Apesar de o feito ser, comumente, creditado ao paulista Caio Prado Júnior, foi o comunista alagoano Octávio Brandão o pioneiro a escrever uma obra de interpretação marxista sobre o Brasil. Se *Evolução Política no Brasil* foi publicado em 1930, *Agrarismo e Industrialismo* foi publicado em 1926. A obra se debruça sobre as lutas de classes e as insurreições armadas de Copacabana, em 1922, e São Paulo, em 1924. Entre as principais teses da obra estão a oposição entre os interesses dos setores agrários e industriais, o papel do imperialismo inglês e norte-americano naquela conjuntura, além de reflexões táticas e estratégicas dos comunistas brasileiros. A obra serviu de base para o II Congresso do PCB (realizado entre 16 a 18 de maio de 1925), culminando na formação do Bloco Operário-Camponês que disputou as eleições de 1927 e 1930. Apesar de vários erros, a obra foi a primeira tentativa autônoma de pensar a sociedade brasileira sem a tutela de organizações internacionais como o Komintern, por exemplo.

estaria na “divisão internacional do trabalho, que permite a alguns países o desenvolvimento industrial e o limita em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido” (SANTOS, 1970, p. 125 apud WASSERMAN, 2017, p. 126). Outrossim, Fernandes e Santos também entram em conexão com relação à dualidade arcaico/desenvolvido e ao imobilismo que ele gera nas sociedades dependentes, como podemos observar neste trecho:

Até o momento, portanto, a integração regional da América Latina não é sinônimo de fortalecimento de sua independência, pelo contrário, significa ampliar o alcance de sua dependência. Curioso jogo dialético entre progresso e atraso! O capitalismo não é capaz de realizar o progresso dos povos a não ser aumentando seu atraso: isto é, mergulhando-o na estrutura exploradora da concorrência e da luta do homem contra o homem (SANTOS, 2018, p. 50-1).

Ademais, Florestan Fernandes e os diversos teóricos da Teoria Marxista da Dependência se aproximam no tocante à interpretação do capitalismo dependente e sua natureza. A grande diferença se encontra, como vimos, na ótica espacial adotada pelos dois polos em questão. Se Fernandes reflete mais sobre a realidade brasileira, trazendo pontuações esporádicas sobre os demais países latino-americanos, a interpretação da superexploração dá uma maior atenção à dinâmica regional mesmo que também realizem análises sobre seu país de origem. As próprias trajetórias pessoais e intelectuais dos autores, mencionadas rapidamente na introdução, podem dar indícios do porquê da adoção de diferentes perspectivas na análise do capitalismo dependente entre esses autores. Entretanto, acredito que os autores em questão entram em concordância em três aspectos gerais: a) criticam o modelo explicativo que busca superar o subdesenvolvimento através do controle nacional das atividades produtivas que, supostamente, poderia levar a um desenvolvimento voltado para dentro; b) mostram a natureza impotente das burguesias locais, transformando-as em burguesias dependentes que por sua formação não estão aptas a liderarem uma revolução democrático-burguesa, mas sim se encontram alinhadas aos interesses imperialistas; c) colocam o socialismo como a única alternativa política capaz de superar o subdesenvolvimento, rompendo com as amarras da dependência, orquestrada pelos países capitalistas centrais. Se os dois primeiros aspectos foram debatidos aqui, o terceiro terá espaço na próxima parte, em que busco trazer as aproximações entre Fernandes e Santos sobre o fascismo na América Latina.

Origem, desenvolvimento, expressão e superação do fascismo na América Latina

Nesta parte final do texto, o debate se concentra nas aproximações entre Fernandes e Santos sobre o fenômeno do fascismo na América Latina. Antes disso, baseando-se nas ideias de Leandro Konder (2009), se faz necessário discutir o fascismo de uma maneira geral, assim como tecer críticas ao conceito de totalitarismo, desenvolvido por Hannah Arendt. A crítica à

equiparação entre fascismo e socialismo ganha importância neste debate tendo em vista que Fernandes e Santos colocam o segundo como a única alternativa política possível de superação do primeiro. De um modo geral, o fascismo se encontra inserido dentro do espectro político da direita. Segundo Konder, “a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie” (KONDER, 2009. p. 27). Porém, tanto a direita de um modo geral, quanto o fascismo de um modo particular, estão preocupados em alcançar um único objetivo: a manutenção e/ou conservação do sistema capitalista. O fascismo, particularmente, surgiu como fenômeno político em um determinado contexto (e fase do capitalismo), tornando-se uma expressão radicalizada dessa manutenção da ordem capitalista. Essa radicalidade era necessária por conta do avanço do movimento socialista na Europa no início do século XX.

Buscando resumir as principais características do fascismo no momento de sua origem, Konder (2009, p. 53) coloca esse fenômeno como: a) um fenômeno político que surge na fase imperialista do capitalismo, visando o fortalecimento do capitalismo monopolista de Estado; b) socialmente conservador e que busca misturar mitos irracionais com procedimentos modernos para fins manipulatórios; c) se apresenta como antidemocrático, antiliberal, anticomunista e chauvinista; d) sua condição de desenvolvimento é a desarticulação das forças antifascistas; e) por fim, desenvolve a sociedade de massa, dando suporte à fusão do capitalismo bancário com o industrial formando, desta forma, o capitalismo financeiro. Algumas dessas ideias gerais baseadas em Konder, também se fazem presentes em Fernandes e Santos, como poderemos ver adiante. Mas antes de se aprofundar nesses dois autores, vale mencionar a crítica realizada por Konder ao conceito de totalitarismo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o fascismo passou a ser tratado como uma espécie de terceiro sistema que teria como base ideológica a defesa de um abstrato e não definido corporativismo. O corporativismo fascista acabou sendo tratado como uma alternativa ao capitalismo e socialismo. Essa interpretação, como podemos observar, obscurece as ligações do movimento fascista com liberais e camufla seu objetivo de manutenção do capitalismo já que ele, hipoteticamente, representaria uma alternativa a esse sistema.

Diante da derrota nazifascista e o advento da Guerra Fria, colocando o mundo sob uma ordem bipolar, os círculos dirigentes do capitalismo ocidental moderno trataram de desenvolver uma intensa campanha ideológica de cunho anticomunista em âmbito mundial. Segundo Konder, “Privilegiam-se, na época, as *abordagens do fascismo feitas sob égide do conceito de totalitarismo*” (KONDER, 2009. p. 111, grifos do autor). Outras interpretações não socialistas sobre o fascismo também surgiram neste período, apesar da hegemonia das reflexões feitas por Arendt. Uma dessas interpretações foi a de Benedetto Croce que “caracterizou o fascismo como uma doença inesperada que, de uma hora para outra, tinha atacado o corpo são da Itália” (KONDER, 2009. p. 114). E até mesmo apareceram teorias que equiparavam fascismo e socialismo, a exemplo dos religiosos Luigi Sturzo e Jacques Maritain. Esses compartilhavam “A ideia de um ‘espírito revolucionário’ que se encontraria tanto no avanço do socialismo quanto no aparecimento do fascismo estabelecida

uma espécie de parentesco entre ambos” (KONDER, 2009. p. 115, grifos do autor). Mas, como já mencionado, a teoria do totalitarismo defendida por Arendt foi a que conseguiu um maior alcance.

Ainda segundo Konder, ela tratou o imperialismo sob uma perspectiva teórica completamente diferente da trabalhada por Vladimir Lênin (2012), e como consequência “em lugar de ver no imperialismo a última etapa do capitalismo, ela enxerga nele o princípio do ‘aburguesamento’ da sociedade contemporânea” (KONDER, 2009. p. 116). Esse aburguesamento, produto da contemporaneidade, teria uma natureza egoísta que baseou os valores dos grandes capitalistas do século XIX que “puseram-se não só a buscar novos mercados no exterior como trataram de jogar com as massas populares, servindo-se delas em suas manobras políticas” (KONDER, 2009. p. 117). O resultado desse processo foi a Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 a 1918. A intensa crise ocorrida por conta desse conflito mundial, acabou se tornando um período frutífero para o desenvolvimento do fascismo e do socialismo. Esses dois movimentos passaram a recrutar adeptos das massas populares com ânsia de politização. E segundo Arendt, “totalitarian movements are possible wherever there are masses who for any reason or another have acquired the appetite for political organisation” (ARENDT, 1951, p. 305 apud KONDER, 2009, p. 117). Essas reflexões fazem Konder concluir o seguinte:

Em sua análise, a escritora tende a equiparar o fascismo e o comunismo. Para ela, a guerra entre União Soviética e a Alemanha nazista foi “uma guerra entre dois sistemas essencialmente idênticos”. Na comparação entre os dois “totalitarismos”, H. Arendt chega mesmo a enxergar certos aspectos mais humanos no nazismo, já que o terror na União Soviética era um fenômeno que *podia atingir qualquer pessoa e não estava sequer limitado pelas discriminações raciais*, como na Alemanha de Hitler (KONDER, 2009. p. 117, grifos do autor).

Como dissemos acima, essa crítica ao conceito de totalitarismo tem como intuito problematizar as equiparações entre fascismo e socialismo; pois Fernandes e Santos colocam a revolução socialista como caminho para a superação do capitalismo dependente. Feitas essas reflexões, parto para as semelhanças entre os dois autores no tocante à análise do fascismo na realidade latino-americana. Para um melhor entendimento, procuro basear-me em quatro pontos: a) a origem do fascismo na América Latina; b) seu desenvolvimento como força política de natureza conservadora; c) suas expressões ideológicas debilitadas; d) e seu meio de superação. A análise tem como base textos específicos dos autores. Com relação a Fernandes, as reflexões serão baseadas no texto *Notas sobre o fascismo na América Latina*, originalmente resultado de uma mesa redonda na Harvard University, em março de 1971, período em que ele já se encontra preocupado com as questões envolvendo o capitalismo dependente. Já do Santos temos como base dois capítulos do livro *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. São eles: a) o capítulo três da primeira parte, intitulado *O avanço do fascismo na América Latina*; b) o capítulo quatro da quinta

parte, intitulado *O fascismo*.

O primeiro ponto de convergência entre esses dois autores, ao tratarem do fascismo, é enxergá-lo como um movimento político atual e com vitalidade. Para Fernandes, “O fascismo não perdeu, como realidade histórica, nem seu significado político nem sua influência ativa” (FERNANDES, 2015, p. 33). Pelo contrário, ele perdeu sua pureza, mas permanece vivo e atuante de modo difuso ou mais ou menos abertos. Ao trabalhar a atualidade desse conceito, Santos enfatiza a vitalidade desse fenômeno político que “continua sendo uma tendência ativa dentro do próprio processo de integração capitalista, uma possibilidade que resulta do conflito entre os interesses opostos do processo” (SANTOS, 2018, p. 312). Além do mais, tratando o fascismo de um modo geral, ambos o enxergam como um fenômeno que combate o avanço do movimento socialista e que também se configura por sua ligação direta com as grandes empresas. Utilizando-se da tecnocratização e militarização do Estado capitalista, Fernandes enxerga o fascismo como um movimento que busca o “uso do poder político estatal para evitar ou impedir a transição para o socialismo” (FERNANDES, 2015, p. 33); além disso, é representado pelo mesmo como o braço político armado das grandes empresas capitalistas, visando a manutenção do sistema mundial de poder burguês. Como um movimento nacional, originalmente formado nos países capitalistas que chegaram tardiamente na partilha imperialista do mundo, o fascismo em Santos busca a consolidação de uma unidade nacional que só será possível eliminando forças políticas discordantes como o movimento socialista. Logo, “A consolidação do fascismo no poder exige uma guerra civil que extermine as lideranças proletárias e socialistas” (SANTOS, 2018, p. 309). Através de um terror generalizado, “Exige-se do Estado uma alta eficiência para servir aos objetivos desenvolvimentistas do grande capital” (SANTOS, 2018, p. 87).

Fernandes e Santos, ao tratarem da origem do fascismo na América Latina, enxergam a reação contrarrevolucionária como um importante fator de seu surgimento na região. Para o sociólogo paulista, o fascismo na região se expressa pela intensificação do uso autoritário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado. Ou seja, “Ele é substancialmente contrarrevolucionário e emprega a guerra civil (potencial ou real; e “a quente” ou “a fria”)” (FERNANDES, 2015, p. 35). Seu aparecimento ocorre, primordialmente, para que se evite dois tipos de mudanças sociais: a) uma revolução dentro da ordem; b) uma revolução contra a ordem existente. Ao criticar conceitos como subfascismo, que colocam as expressões fascistas na região como mero produto de estruturas de poder arcaicas, Fernandes deixa claro a natureza contrarrevolucionária na origem desse fenômeno político:

Esses e outros nomes mal se aplicam à contrarrevolução organizada política e militarmente e às suas implicações políticas tão complexas e destrutivas, que consolidam o poder da reação e excluem da cena histórica todas as formas de mudança política estrutural (anticapitalistas ou não), que escapem ao controle direto ou indireto das classes possuidoras e de suas elites dirigentes (FERNANDES, 2015, p. 36).

Essa contrarrevolução organizada, analisada por Fernandes, surge historicamente na América Latina em momentos de crise, causadas justamente em reação aos dois tipos de mudanças descritos acima. No mais, a natureza contrarrevolucionária das classes dominantes locais e das forças estrangeiras, levando à origem de movimentos fascistas na região, tem uma dupla característica. Em primeiro lugar, ela se apresenta como um processo estrutural do capitalismo dependente, sendo uma reação à qualquer tipo de mudança. E em segundo lugar, além de estrutural, carrega uma forte influência do imperialismo em sua gestação e eclosão. O marco de intensificação dessa natureza contrarrevolucionária é a Guerra Fria em que se busca “evitar novas Cubas”. Dessa reação, existe um movimento que busca manter o capitalismo dependente sob um status estável e seguro. Sobre esse processo, afirma o autor:

A confluência desses processos imprimia às burguesias dependentes e impotentes da América Latina um papel ativo e considerável na contrarrevolução capitalista e no “cerco ao comunismo”, ambos de âmbito mundial, e acarretava, como contrapartida, uma clara intensificação das tendências à fascistização do Estado, apoiadas em assessoria policial-militar e política, em recursos materiais ou humanos e em estratégias vindas de fora (como parte da “modernização global”). Tudo isso indica que esse “curso negro da história” não é de curta duração. Ele se vincula a um padrão de articulação política necessária entre o *centro* e a *periferia* do mundo capitalista (FERNANDES, 2015, p. 47, grifos do autor).

Mas como se apresenta esse caráter contrarrevolucionário do fascismo na região em Santos? Assim como Fernandes, ele coloca o aparecimento do fascismo como resultado de uma intensa radicalização da luta de classes, citando a conjuntura política brasileira que culminou no golpe civil-militar de 1964 como exemplo. Naquela conjuntura tivemos de um lado, a organização mais expressiva de operários, camponeses, estudantes, parlamentares nacionalistas e militares nacionalistas; e do outro a mobilização da direita com a Marcha pela família, por Deus e pela liberdade, a frente parlamentar anticomunista, os militares golpistas e a influência estrangeira. O choque desses dois polos antagônicos resultou numa radicalização política, fonte do golpe de Estado. Assim como Fernandes, ele também pontua o fator Revolução Cubana como um acréscimo a essa radicalização. Já sobre o exemplo brasileiro, Santos diz:

O caso brasileiro era o presságio de novos acontecimentos que indicariam a existência de uma tendência histórica. Em todos eles estaria presente a mão brasileira, base de apoio continental a uma política autoritária que se somava aos organizadores internacionais desta onda: a CIA e o Pentágono (SANTOS, 2018, p. 80).

Os casos de Santo Domingo em 1966, Argentina em 1976, Peru em 1968, Bolívia em 1971 e Chile em 1973 repetiram o mesmo processo ocorrido no Brasil anos antes: radicalização

política, acompanhada de uma interferência estrangeira que visou a manutenção do *status quo*. Ou seja, a manutenção das estruturas do capitalismo dependente. O caso chileno, emblemático para o autor que vivenciou de perto os acontecimentos, é outra clara demonstração da reação contrarrevolucionária diante da iminência de mudanças:

Por um lado, trabalhadores buscavam construir um poder popular que estabelecesse as bases organizativas para aprofundar as medidas implementadas e criar um novo tipo de Estado. Por outro, as forças conservadoras e um setor fascista cada vez mais organizado pressionavam a Democracia Cristã e as Forças Armadas para montar uma aliança contra a Unidade Popular. As mobilizações de massas, as ações terroristas, a desorganização da economia, o cerco parlamentar e jurídico, o terrorismo psicológico e a exacerbação da propaganda irracionalista nos inúmeros meios de comunicação da direita – assessorada, financiada e dirigida pela CIA – culminaram no golpe de Estado, apoiado diretamente pelo Pentágono e comandado (uma vez mais!) pelo Chefe do Estado-Maior do governo da Unidade Popular (SANTOS, 2018, p. 82).

Como percebemos, as conjunturas de diversos países latino-americanos, mostram que a ascensão do fascismo na região se encontra atrelado originalmente a uma reação contrarrevolucionária às mudanças sociais; sejam elas dentro da ordem ou contra a ordem. Desta forma, o terror generalizado “implementa uma política de repressão sistemática cujo fundamento ideológico e psicológico é o de restabelecer a ordem social perdida” (SANTOS, 2018, p. 84). Assim como Fernandes aponta, a origem do fascismo na região era contrarrevolucionária e estrutural pois significava “uma nova fase política na qual o capital internacional e os capitais locais se uniam para garantir um processo de modernização profundamente antipopular” (SANTOS, 2018, p. 17). Analisadas e comparadas as visões dos dois autores sobre o que leva à origem do fascismo na região, vale a pergunta: como se deu o desenvolvimento desse fenômeno na região?

Sua origem contrarrevolucionária e financiada por forças estrangeiras (especialmente norte-americanas), estão somadas a seu desenvolvimento atrelado e alinhado com as forças políticas liberais e conservadoras. Como já pontuado por Konder (2006), a aproximação entre fascismo e liberalismo é um fato ocorrido já na Europa. Após o contexto do pós-guerra, as forças nazifascistas se rearticularam no continente europeu e muitas foram atuar em partidos conservadores, como foi o caso da União Democrata-Cristã⁴ da República Federal da Alemanha. Ocorreu na Europa uma assimilação de aspectos fascistas por parte do conservadorismo tradicional. Segundo Konder:

Para ser efetivamente “assimilado”, o fascismo precisava deixar-se “transformar”, renunciando ao que nele se mostrava “superado”; e, para conseguir “assimilar”

4 A União Democrata-Cristã é um partido político alemão, fundado em junho de 1945. Tem como principal aliado a União Social-Cristã, partido político de orientação conservadora. Atualmente, a União Democrata-Cristã é o maior partido da Alemanha, congregando a maioria da direita no país. Por fim, é o partido da atual primeira-ministra alemã, Angela Merkel, no cargo desde novembro de 2005.

verdadeiramente as energias do fascismo, o conservadorismo tradicional era levado a se “fascistizar”, *dentro de certos limites* (KONDER, 2006, p. 162, grifos do autor).

Na América Latina, Fernandes coloca o fascismo como alinhado às forças conservadoras tradicionais, presentes na região. Inclusive, o autor aponta a existência de uma polarização entre o movimento fascista de inspiração europeia e as forças políticas tradicionais da região, aglutinadas no que ele cunhou de totalitarismo de classe. Segundo ele, “o fascismo tinha de competir com o totalitarismo de classe, um equivalente rudimentar mas eficaz e menos arriscado” (FERNANDES, 2015, p. 49). Diante dessa disputa entre essas forças políticas contrarrevolucionárias, o fascismo surgiria com mais força “quando esse tipo de polarização não pode ser resolvido por ‘acordos entre cavalheiros’ e ‘dentro da ordem’, *civilizadamente!*” (FERNANDES, 2015, p. 48-9, grifos do autor). Existe uma preferência das classes dominantes locais pelo totalitarismo de classe, sendo este um tipo de dominação mais comum, representando a realidade política normal da região. O objetivo desses setores dominantes era a manutenção das classes populares na inércia e impotência, sendo a mobilização de massas (cultivadas através de um nacionalismo, pseudossocialismo e pseudossindicalismo), incentivada pelos movimentos fascistas, a representação de um perigo potencial à manutenção dos privilégios. Esse acionamento do movimento fascista apenas em contextos de radicalização é assim analisado por Fernandes:

Todas essas ressalvas não escondem um ganho líquido dos setores mais conservadores e reacionários das classes dominantes. Foi graças aos movimentos fascistas que falharam e foram absorvidos ou superados que se deu a socialização política de várias figuras e grupos “inquietos”, “radicais” ou “rebeldes”. No presente, essas figuras e grupos voltam à cena política, preparadas para *guiar* a guinada contrarrevolucionária da burguesia (FERNANDES, 2015, p. 50).

Se levarmos essa socialização política para uma análise empírica, podemos dar o exemplo de figuras como Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), que não só esteve presente na frente parlamentar anticomunista que contribuiu para a deposição de João Goulart como, consolidado o golpe, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) onde encerrou sua vida pública atuando como Deputado Federal por dois mandatos consecutivos. Miguel Reale, outro militante integralista, atuou na esfera jurídica, sendo um dos principais redatores da Emenda Constitucional nº 1, consolidando juridicamente o golpe civil-militar de 1964. Para Theotônio, o fascismo é um movimento originalmente pequeno-burguês que só consegue alcançar o poder político em um determinado contexto de radicalização e, principalmente, por receber o apoio da burguesia na missão de preservação do sistema capitalista. E é por chegar ao poder graças à aliança com a burguesia que o fascismo não consegue realizar plenamente suas ideias. Sendo um produto do pragmatismo político, “Os regimes fascistas concretos são o resultado de um compromisso entre esses ideais e as condições objetivas” (SANTOS, 2018, p. 88). Tal compromisso torna,

segundo Santos, o fascismo diferente do liberalismo não em sua essência, mas em sua forma. Assim como Fernandes, ele enxerga uma contradição entre o movimento fascista e as forças de conservação tradicionais na região. Essa contradição acaba limitando a atuação fascista no terreno político e econômico. No terreno político, o Estado corporativo passa a ser rejeitado pelas classes dominantes locais, “dado o caráter altamente impopular das medidas econômicas adotadas para favorecer o grande capital” (SANTOS, 2018, p. 85). Já no âmbito econômico:

Se bem o fascismo é uma tendência viva no momento atual do país, existem outros fatores que o debilitam e aumentam as contradições internas que o dilaceram: são as dificuldades de conciliar os interesses econômicos da pequena burguesia e da classe média com o latifúndio, e de conciliar um mínimo de interesses nacionalistas da pequena burguesia e da classe média com a grande burguesia imperialista (SANTOS, 2018, p. 315).

Dessas reflexões, Santos cria o conceito de fascismo dependente para tratar do desenvolvimento desse fenômeno na América Latina. O movimento fascista latino-americano se mostra dependente de forças estrangeiras na sua origem e da classe dominante local no seu desenvolvimento. Diante dessas debilidades no desenvolvimento desse fenômeno, chegamos no debate sobre a expressão ideológica do fascismo na região. Neste quesito os dois autores em questão entram em mais uma concordância: a expressão fascista na realidade latino-americana sofre, intrinsecamente, de uma debilidade ideológica. Segundo Fernandes, “O baixo nível de autonomia da ordem política impede, em toda a parte, a eclosão das formas extremas do fascismo” (FERNANDES, 2015, p. 36), entretanto, esse mesmo baixo nível de autonomia representa “a raiz da extrema difusão de traços e tendências fascistóides e especificamente fascistas, em diferentes tipos de composições do poder” (FERNANDES, 2015, p. 36). Ao analisar três diferentes tipos de dominação na América Latina (despotismo no caso haitiano, oligarquia no caso paraguaio e a plutocracia no caso brasileiro), Fernandes acredita que essas tendências fascistóides e fascistas se expressam tanto de forma embrionária, quanto de forma mais madura. Porém, apesar de diferentes tipos de dominação, as tendências fascistas que elas podem apresentar caminham para o mesmo objetivo que é “garantir a continuidade ou o aperfeiçoamento dos privilégios e o controle estável do poder (em todas as suas formas) a partir de cima” (FERNANDES, 2015, p. 39). A manutenção desses privilégios se apresenta através do enfraquecimento e distorção da ordem institucional, do desenvolvimento de uma concepção totalitária do poder e, por último, o bloqueio de mudanças sociais. Para realizar tais tarefas o fascismo latino-americano não precisa, necessariamente, de uma sólida elaboração ideológica. Porém, essa inconsistência ideológica não significa ausência de fascismo. Desta maneira, “esses requisitos da fascistização das estruturas de poder, do Estado e do governo não necessitam seja uma intensa elaboração ideológica, seja uma tecnologia organizatória própria” (FERNANDES, 2015, p. 40).

Santos também constata a limitação ideológica do fascismo dependente. Como produto originário da intervenção estrangeira na região, o fascismo dependente recebe como missão em momentos de intensa radicalização política desencadear o reformismo econômico (garantida a monopolização do capital), reformismo político (burlando a ordem constitucional) e a repressão (representada por uma contrainsurgência e, se for preciso, a instauração de uma ditadura militar). Sobre o papel dos militares na expressão do fascismo na região, Santos afirma que eles foram considerados pelo imperialismo como uma elite da classe média contendo ideais modernizadores. Esses ideais estariam representados pela Doutrina de Segurança Nacional, expressão ideológica do fascismo dependente que busca o alcance dos objetivos traçados acima. Sobre a Doutrina de Segurança Nacional como expressão ideológica debilitada do fascismo dependente, afirma Santos:

A doutrina da “Segurança Nacional” foi a base ideológica que unificou politicamente a maioria dos militares. Seu conteúdo fascista guarda pouca semelhança com o fascismo clássico, porém é muito claro: esta ideologia substitui a figura do chefe por uma elite tecnocrática militar e civil; a do partido, pelo aparato burocrático nacional militar; em contrapartida, a ideia da repressão da ordem como fatores de desenvolvimento nacional e de uma nação forte é tipicamente fascista. O movimento fascista de base só é necessário para desestabilizar o governo popular que se quer derrotar (SANTOS, 2018, p. 94).

Essa fragilidade ideológica desemboca em características do fascismo dependente como: a) favorecimento do capital internacional, antes do nacional; b) separação entre o movimento fascista de base e o Estado fascista comandado pela elite empresarial, militar e tecnocrática; c) falta de legitimidade ideológica, que se expressa em uma interminável repressão que busca substituir pela força a ausência de bases ideológicas mais firmes. Sua ligação umbilical com o imperialismo, torna o fascismo dependente mais defensivo que ofensivo. Diferente do visto nas experiências alemãs e italianas, o fascismo na América Latina visa menos a expansão nacional e mais a contrarrevolução contra qualquer tipo de mudança social. Assim sendo, “Esse matrimônio espúrio tem um filho também espúrio: um regime fascista meramente repressivo e, portanto, incapaz de alcançar a unidade nacional que o fascismo europeu alcançou” (SANTOS, 2018, p. 314-5). Para os dois autores, todas as formas de uma maior elaboração teórica e ideológica do fascismo são rapidamente sufocadas pelas classes dominantes locais em aliança com as forças estrangeiras que só se utilizam desse fenômeno em momentos de crise e convulsão social. Analisando o fascismo dependente brasileiro após o Ato Institucional nº 5, Santos reafirma essa debilidade ideológica em outros termos:

O conteúdo ideológico do fascismo mostra-se bastante limitado e grotesco; a afirmação nacional ocorre através do futebol, do carnaval e da exploração de terras virgens no Amazonas (para entregá-las ao capital estrangeiro, o principal beneficiário desta expansão territorial); a política externa ganha certa independência relativa vinculando-se aos Estados mais repudiados do mundo, como Portugal e África do Sul; o crescimento

econômico que o regime apresenta é representativo de uma grande aventura econômica do que de um desenvolvimento sólido. É, portanto, um regime cuja euforia se sustenta em uma propaganda capaz de magnificar tudo o que seja inútil e grotesco, pisoteando um povo faminto, explorado e oprimido (SANTOS, 2018, p. 320).

Por último, os dois autores também entram em diálogo quando o quesito é propor uma solução ao fascismo dependente e ao capitalismo dependente. Diferenciando-se das interpretações da dependência associada e da contradição nacional-dependente, Fernandes e Santos propõem o socialismo como o único sistema político, econômico e social que pode romper com esse processo. Ao constatar que o fascismo na América Latina é um fenômeno atual e estrutural, recorrente em momentos de convulsão social, Fernandes enxerga que sua aparição pode se tornar ainda mais perigosa no contexto da terceira revolução tecnológica. Tal cenário leva à afirmação de que “o único caminho para salvar-se a autêntica revolução democrática seria o oferecido pelo socialismo puro e convicto – o socialismo que pretende eliminar o Estado através da democracia de toda a população para toda a população” (FERNANDES, 2015, p. 55). Podendo o fascismo se apresentar de forma ainda mais agressiva, o debate sobre sua eliminação se alarga. Logo,

a questão não se reduz à “sobrevivência com liberdade”. Trata-se de saber se o homem será senhor ou escravo da *civilização industrial moderna*, com todas as perspectivas que ela abre ou para a destruição da humanidade ou para a igualdade e a fraternidade entre todos os seres humanos (FERNANDES, 2015, p. 55).

Semelhante a Fernandes, Santos debate a questão da luta antifascista. Também enxergando a ascensão do fascismo na região como de âmbito estrutural, ele acredita ser necessário aliar à luta pela democracia a luta pelo socialismo, sendo este o “único sistema capaz de permitir a consolidação das transformações democráticas, anti-imperialistas e antilatifundiárias” (SANTOS, 2018, p. 96). Tratando o fascismo como uma solução desesperada e radical do grande capital na manutenção de seus privilégios, Santos enxerga as alternativas democrático-burguesas como fracassadas no enfrentamento a esse fenômeno. As alternativas democrático-burguesas instigam a mobilização das massas visando uma transformação dentro da ordem, mas por suas limitações ideológicas não conseguem aprofundar o processo e acabam instigando a contrarrevolução, capitaneada pelo imperialismo e seus aliados locais. Desta forma, a “garantia de vitória contra o fascismo e de abertura de condições para uma ofensiva revolucionária das massas é a independência política organizativa do proletariado, sua consciência socialista” (SANTOS, 2018, p. 97).

A discussão acima desenvolvida mostra a concordância, mesmo que por caminhos e reflexões diferentes, desses dois autores trabalhados no tocante a origem, desenvolvimento, expressão e superação do fascismo na América Latina. Sua origem se encontra atrelada a um contexto político específico, representado por uma radicalização da luta de classes, em que as forças estrangeiras creditam ao movimento fascista a missão de liderar a contrarrevolução impedindo

mudanças sociais; sejam elas dentro da ordem ou contra a ordem. Seu desenvolvimento é visto através de sua aliança com as forças políticas liberais e conservadoras locais, tornando o fascismo latino-americano duplamente dependente: primeiro ele é dependente das forças imperialistas que o patrocinam em sua gestação, assim como das classes dominantes locais que auxiliam no seu desenvolvimento, enquanto força política radical e contrarrevolucionária. Essa dependência do fascismo torna-o um fenômeno essencialmente debilitado em suas expressões ideológicas. Por fim, a alternativa política oferecida pelos autores é a construção da revolução socialista, estratégia que os colocam em oposição aos uspianos como Cardoso e também aos nacional-desenvolvimentistas da CEPAL e do ISEB. Com isso, o diálogo teórico entre Florestan Fernandes e a Teoria Marxista da Dependência não é só possível, como se faz urgente e necessário diante de mais um avanço fascista na região.

Considerações finais

O presente artigo buscou se debruçar sobre um possível diálogo entre Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos, focando em particular nas suas concepções sobre o capitalismo dependente e sobre o fascismo na América Latina. Apesar de tal diálogo não ter existido de forma direta entre os autores, as reflexões realizadas acima mostram que existe uma consonância entre Fernandes e o que chamamos de interpretação da superexploração; confirmando a tese defendida por Bresser-Pereira (2010). O estudo dessa aproximação se faz necessário, diante da permanência das mazelas sociais oriundas do capitalismo dependente e do recente avanço do fascismo na região. No início do século XXI, vários governos populares chegaram ao poder na América Latina, como foi o caso de Hugo Chávez na Venezuela, Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Rafael Corrêa no Equador etc. Uma nova onda desenvolvimentista, assim como ocorrida no século XX, varreu o continente que tinha recentemente superado ditaduras militares de tendências fascistas. Porém, assim como visto no século passado, a crença de um projeto nacional de desenvolvimento, sem uma perspectiva de rompimento com as classes dominantes locais, dificultou o avanço desses governos populares que acabaram caindo em seus países ou sobrevivendo sob forte pressão internacional, como é o caso particular da Venezuela. O avanço do conservadorismo e do fascismo em vários países latino-americanos mostra, mais uma vez, que ainda se apresenta como atual a tese, defendida por nossos autores, de que as classes dominantes locais estão comprometidas na manutenção do capitalismo dependente. O aprofundamento do estudo dos autores trabalhados, podem servir de reflexão do ponto de vista político.

Do ponto de vista acadêmico, o trabalho contribui para o Pensamento Social Brasileiro ao buscar um diálogo entre Florestan Fernandes (um autor consagrado) e teóricos como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini que apenas recentemente estão ganhando sua devida atenção no país. Primeiramente, vimos de uma maneira geral como se deram as trajetórias

políticas e intelectuais de Fernandes e Santos; sendo o primeiro formado na tradicional USP e o segundo na inovadora UnB. Também vimos como se deu as disputas ideológicas entre as interpretações da dependência (interpretação nacional-dependente, interpretação da dependência associada e a interpretação da superexploração), defendendo a tese de que Fernandes apesar de formado academicamente na USP se encontra mais próximo da interpretação da superexploração do que de seus colegas de universidade. Em seguida, começamos a mostrar essa aproximação com base nas visões dos autores sobre o capitalismo dependente. Vimos que Fernandes cria um diálogo com os três principais autores da Teoria Marxista da Dependência ao defender, entre outros pontos, a impotência das classes dominantes locais. Por último, discutimos especificamente a interpretação de Fernandes e Santos sobre o fenômeno fascista na América Latina. Sua origem ligada aos interesses estrangeiros, seu desenvolvimento alinhado às classes dominantes locais, sua debilidade ideológica e o caminho socialista como alternativa política foram pontos discutidos que mostraram a aproximação entre os dois autores. Ademais, o trabalho visa instigar outros pesquisadores e pesquisadoras a investigarem as aproximações (e também as diferenças), entre o centenário Florestan Fernandes e os teóricos da Teoria Marxista da Dependência. As reflexões feitas acima buscam contribuir, mesmo que minimamente, com tal objetivo.

Referências

- BAMBIRRA, Vânia. 2019. *O capitalismo dependente latino-americano*. 4. ed. Florianópolis: Insular. 224p.
- BRANDÃO, Octávio. 2006. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2. ed. São Paulo: A. Garibaldi. 196 p.
- BRASIL JÚNIOR, Antonio da Silveira. 2013. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec. 304p.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. 2010. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48.
- FERNANDES, Florestan. 1965. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. São Paulo: Dominus Editora. v. 1.
- _____. 1975. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1980. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 272p.
- _____. 2006. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo.

- _____. 2007. *Da Guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. 2008. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Globo.
- _____. 2015. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 152p.
- KONDER, Leandro. 2009. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 184p.
- LENIN, Vladimir Illitch. 2012. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. São Paulo: Expressão Popular. 176p.
- LIMONGI, Fernando. 2001. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (Org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Sumaré. v. 1.
- LUCE, Mathias Seibel. 2018. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular. 271p.
- MARINI, Ruy Mauro. 2013. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4. ed. Florianópolis: Insular. 272p.
- SANTOS, Theotônio dos. 2018. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência*. Florianópolis: Insular. 346p.
- SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.
- WASSERMAN, Claudia. 2017. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora. 236p.

Florestan Fernandes:

um precursor da política de promoção da igualdade racial no Brasil?

Tairine Ferreira Pimentel*

Resumo

Florestan Fernandes foi um autor que investigou profundamente a sociedade brasileira e produziu uma sociologia centrada na pesquisa e na interpretação das condições e possibilidades das transformações sociais. O presente artigo tem como finalidade analisar a questão das relações raciais em sua obra. O objetivo geral é investigar, durante sua trajetória enquanto intelectual e deputado federal, a defesa da integração do negro na sociedade brasileira como forma de compensação histórica. Nesse sentido, analisaremos especificamente a(s) contribuição(ões) de duas obras: A Integração do Negro na Sociedade de Classes e a Emenda Constitucional de 1994, proposta de Florestan para inserir na Constituição e auxiliar a formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a fim de atender as demandas da população negra, que, no decorrer da desagregação da ordem escravocrata, foi subalternizada pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Relações Raciais. Política de Promoção da Igualdade Racial. Integração do Negro na Sociedade de Classes.

Florestan Fernandes:

a precursor of racial equality promotion policy in Brazil?

Abstract

Florestan Fernandes was an author who deeply investigated Brazilian society and produced a sociology that focused on research and interpretation of the conditions and possibilities of social changes. The present article has as a criterion the question of race relations in the work of Florestan Fernandes. The general objective is to investigate during his trajectory as an intellectual and Federal Deputy the defense of the integration of black people in Brazilian society as a form of historical compensation. In this sense, we specifically analyzed the contribution (s) of two works: The Integration of the Negro in the Class Society and the 1994 Constitutional Amendment, Florestan's proposal to insert in the Constitution and assist the grouping of Policies for the Promotion of Racial Equality, an end to meet the demands of the black population, which does not occur in the disintegration of the slave order was subordinated by the Brazilian State.

Keywords: Race Relations. Policy for the Promotion of Racial Equality. Integration of the Negro into the Class Society.

*Formada em Ciências Sociais – Licenciatura pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. Atualmente é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mails: tairine_ferreira@hotmail.com ou tairineferreira@gmail.com.

Introdução

Dado o contexto em que vivemos no Brasil, de marcadas desigualdades econômicas, socioculturais e raciais, buscaremos neste trabalho compreender as bases estruturadoras das atuais políticas de promoção da igualdade racial. Nesse sentido, analisaremos especificamente a(s) contribuição(ões) de duas principais obras de Florestan Fernandes, importante nome nos estudos sobre raça do país, e, para além disso, sua relevância enquanto ator político. A justificativa de trabalhos como este se dá pela crença de uma ciência contextualizada com a realidade política em que vivemos. Ou seja, uma ciência que não só parte do real para o abstrato e teórico, mas se compromete, sobretudo, com a mudança dessa realidade tão desigual e injusta.

Nesse sentido, a contribuição das obras de Florestan Fernandes não se resume apenas ao campo das Ciências Sociais, apesar de ser onde o autor obteve destaque por meio da sua capacidade de compreensão teórica da realidade social, questionando muitos dos intérpretes que possibilitaram a construção de um pensamento social brasileiro¹. A partir do diálogo com esses autores e se contrapondo às leituras de Gilberto Freyre, Florestan introduziu uma nova compreensão social do Brasil, utilizando uma multiplicidade de métodos² e teorias que possibilitaram interpretar de uma maneira mais ampla a nossa história, frente às desigualdades sociais/raciais da população negra.

Dessa forma, analisaremos aqui a obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* e a Emenda Constitucional de 1994³, proposta de Florestan para inserir na Constituição e auxiliar a formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a fim de atender as demandas da população negra, que no decorrer da desagregação da ordem escravocrata foi subalternizada pelo Estado brasileiro. Nesse aspecto, a proposta deste trabalho é pensar numa construção da Política de Igualdade Racial no pensamento de Florestan Fernandes, a partir de dois principais objetivos: buscar vestígios de sua preocupação política nas suas obras acadêmicas e a Emenda Constitucional de 1994, bem como analisar a sua própria atuação no meio político e as implicações desta para as atuais políticas públicas.

1 Tais como Silvio Romero, Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda e, principalmente, Gilberto Freyre. Apesar disso, reconhecemos a importância desses autores e demais como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Antonio Cândido, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini e, sobretudo, Josué de Castro e Tobias Barreto, pensadores negros e nordestinos que merecem maior visibilidade e reconhecimento nos estudos sobre desigualdade e relações raciais no Brasil. Mesmo que Florestan tenha uma leitura distinta de alguns dos autores supracitados, suas obras foram essenciais para a proposta do presente trabalho, ainda que o presente artigo limite-se à obra e atuação de Florestan Fernandes, principalmente por sua perspectiva de mudança social e capacidade prática de mobilização política. Além disso, sabe-se que os intérpretes do Brasil sofreram influências múltiplas, entre seus contemporâneos ou antecessores.

2 Florestan, durante toda a sua trajetória, realizou pesquisas utilizando-se do método funcionalista, materialista-histórico, entre outros.

3 Essa Ementa Constitucional encontra-se no conjunto de textos do livro publicado pela editora Expressão Popular e também pela editora da Fundação Perseu Abramo, as quais reeditaram, em 2017, “*O Significado do Protesto Negro*”.

A escolha dessas duas obras justifica-se na medida em que podemos analisar nelas dois momentos distintos do sociólogo. Na *Integração do Negro na Sociedade de Classes*, pesquisa importantíssima, realizada em parceria com o sociólogo francês Roger Bastide, ainda no início da carreira, Florestan demonstra, desde os anos de 1950, a defesa da integração do negro como compensação histórica e única maneira de democratização da sociedade brasileira. Na Emenda Constitucional, ainda na fase final de suas atividades enquanto Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), podemos analisar sua defesa em favor da Emenda Constitucional que introduzisse um capítulo sobre “Os Negros” na Constituição do Brasil, ou seja, a partir desses dois textos podemos analisar a atuação do intelectual militante, que foi Florestan.

Aqui, dados os limites de um artigo, tentaremos responder a seguinte questão: como pensar uma Política de Promoção da Igualdade Racial no pensamento de Florestan Fernandes? Nesse aspecto, essa é a questão que tentaremos responder nas próximas páginas.

No primeiro momento realizaremos uma discussão sobre a participação do movimento negro na década de 1930 e a importância do projeto UNESCO em 1950, na criação de uma agenda científica e para investigar as relações raciais no Brasil. No segundo momento, analisaremos de forma a conectar o debate na obra de Florestan a questão da democracia e relações raciais no autor. Por último, e não menos importante, analisaremos minuciosamente as duas obras de Florestan Fernandes: *A integração do negro na sociedade de classes* e a Emenda Constitucional de 1994, proposta por Florestan Fernandes para inserir na Constituição Federal do Brasil e auxiliar na formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a fim de atender às demandas da população negra, que no decorrer da desagregação da ordem escravocrata foi subalternizada pelo Estado brasileiro.

1. Movimento Social Negro no Brasil nos anos 1930 e a agenda do projeto Unesco em 1950

No pensamento social brasileiro muito se tem discutido sobre relações étnico-raciais no contexto do Brasil. Diversos autores com os múltiplos posicionamentos conservadores ou progressistas contribuíram para esse debate intelectual e político. Contudo, tendo em vista a importância do assunto e as limitações de um artigo, aqui tentaremos traçar uma linha de argumentação alicerçada nas profundas reflexões que o sociólogo Florestan Fernandes desenvolveu no decorrer da sua vida intelectual e política a partir da temática das relações raciais no Brasil.

Em 1950, Florestan Fernandes desenvolveu uma pesquisa orientado pelo prof. Roger Bastide⁴, cuja sistematização encontra-se na obra *Branços e Negros na Cidade de São Paulo*. Em 1960, escreveu sua tese: *A integração do negro na sociedade de classes*, onde buscou analisar como o povo emerge na história, propondo-se em investigar as transformações histórico-sociais, que alteraram

4 Roger Bastide foi um sociólogo francês que, em 1938, junto com outros professores europeus, foi responsável pelo ensino e pesquisa da recém-criada Universidade de São Paulo (USP). Aqui, desenvolveu pesquisas por muitos anos sobre as religiões afro-brasileiras, contribuindo, assim, para as ciências sociais em geral.

as estruturas e o funcionamento da sociedade estamental para uma sociedade emergente de classe. Pois, nesse processo de transição de uma sociedade colonial para republicana⁵, percebemos que não houve uma mudança na estrutura das relações raciais, herdadas do antigo regime, o que ele vai denominar conceitualmente de demora cultural – que pode ser entendida como uma “cultura dura”, isto é, há mudanças de regimes e organização social, mas não se modifica a superestrutura da sociedade. Vejamos:

Ele evidencia, com vigorosa comprovação empírica, que a situação de raça da “população de cor” ainda não corresponde, estrutural e funcionalmente, às possíveis situações de classe segundo as quais se configura, morfológica e dinamicamente, a ordem social competitiva, tal como ela se manifesta em São Paulo. A explicação desse fenômeno de demora cultural foi fornecida ao longo de minucioso esforço de descrição e de interpretação, que combina a análise sincrônica com a análise diacrônica da realidade racial (FERNANDES, 2008, p. 567).

Repercutindo diretamente na situação de vulnerabilidade social no qual esses grupos estavam imersos após o processo de desestruturação da ordem e das relações escravocratas dos séculos anteriores. Esses movimentos foram importantes, pois, na medida em que discutiam a situação do negro e mulato, proporcionaram autoafirmação desses sujeitos individuais e coletivos, ou seja, a partir do espaço interno do sujeito (afeto, desejo, paixão e cognição) e espaço externo (história, vida material e participação política em sociedade) esses movimentos foram primordiais para projetar as reivindicações econômicas, sociais e políticas próprias (FERNANDES, 2008).

Contudo, é preciso esclarecer que a história do movimento negro no período republicano modificou-se a cada momento a partir das circunstâncias históricas nacional e internacional, como bem demonstra o historiador Petrônio Domingues no artigo *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*.

Nesse sentido, o significado dessas demandas que esses grupos traziam são bem conhecidos, correspondendo avidamente às expectativas assimilacionistas da sociedade capitalista segundo Florestan Fernandes (2008). Essas inquietações e os movimentos sociais sustentaram-se sob uma perspectiva moral da sociedade emergente, ou seja, eles não estavam preocupados em ir contra a ordem econômica, social e política estabelecida, mas contra a exclusão deles na ordem vigente dos brancos. Vejamos o que diz Florestan Fernandes:

Os negros e os mulatos não ameaçavam a ordem social instituída pela Abolição e pela República, pois nem chegavam a pôr em causa os fundamentos materiais e morais em que ela repousava. Existiam dois pressupostos: 1º que essa questão fora resolvida no

5 Para os negros, a proclamação da República não modificou a condição de miséria social em que se encontrava esse grupo, aliás, tornou essa fração de classe ainda mais miserável, justamente por causa que a lei áurea libertou os senhores dos engenhos das responsabilidades para com o antigo agente de trabalho do antigo regime e responsabilizou essa população pela sua própria existência no novo regime.

âmbito da situação de interesses e dos valores da “raça dominante” 2º que uma minoria desorganizada e impotente, como a “população de cor”, devia se concentrar na luta pela conquista efetiva das oportunidades e garantias sociais legalmente consagradas pelo regime vigente (FERNANDES, 2008, p. 11).

Ou seja, a Frente Negra Brasileira no meio acadêmico foi compreendida como organização assimilacionista, porém, essa perspectiva pode ser questionada já que as reivindicações dessa organização mobilizaram outras pautas do movimento negro posteriormente. Na década de 1930⁶, podemos observar a formação da Frente Negra Brasileira, organização essa que o próprio Florestan Fernandes considerava desprovida de força transformadora, já que a Frente não se prestou a tomar uma posição dogmática e utópica diante do preconceito que os negros e mulatos sofriam (BARBOSA, 1998). No meio acadêmico, essa organização durante muito tempo foi considerada correspondendo aos valores da direita, justamente por conta da conexão de um dos seus líderes, sr. Arlindo Veiga dos Santos, um dos líderes carismáticos e militante monarquista (BARBOSA, 1998).

Já na década de 1950, o contexto das relações raciais no Brasil se modificou consideravelmente. Nesse aspecto, gostaria de mencionar aqui a importância do Projeto Unesco no cenário da agenda das ciências sociais no país na época e os resultados dessa pesquisa para a organização da população negra naquele momento. O antropólogo Arthur Ramos, ao assumir a direção do Departamento de Ciências Sociais da Unesco acreditava ser necessário realizar um projeto visando compreender antropológica e socialmente as relações raciais no Brasil, tendo como preocupação solucionar um problema internacional que o mundo estava vivenciando em relação às questões das relações raciais, principalmente depois das duas grandes guerras mundiais e o processo do holocausto nazista (MAIO, 1999).

No século XX, estávamos vivendo no cenário geopolítico mundial guerras e conflitos inerentes dos países europeus, que não conseguiam lidar com questões internas advindas das relações raciais. Nesse sentido, a obra *Casa Grande e Senzala*, do sociólogo pernambucano, Gilberto Freyre prestou-se como referência externa e interna para mostrar como o Brasil lidava com as relações raciais internamente. Porém, do ponto de vista interno, a obra de Freyre mascarava a realidade das relações raciais existentes no Brasil e contribuiu para a criação do “mito da democracia racial”, que predominou por muito tempo na sociedade brasileira e que Florestan Fernandes, por meio das suas pesquisas com a população negra, se contrapõe ao legado de Gilberto Freyre.

Nessa perspectiva, a agência internacional criada logo após a segunda Guerra Mundial, a fim de buscar atenuar as violações causadas pela Alemanha nazista de Hitler a partir da legitimação da concepção da ideologia da raça ariana, isto é, superioridade racial diante dos judeus, homossexuais, latinos, ciganos e etc.; observou-se no Brasil um país que, a partir da sua diversidade étnica,

6 Aqui não temos espaço para traçar detalhadamente como merece a trajetória do movimento negro no Brasil, tendo em vista sua complexidade e características não homogêneas.

consequência do processo de sua colonização, isto é, relação do português com o indígena, negro e outros povos europeus, tinha um efeito de harmonização no que diz respeito às relações internas. Isso era um exemplo que a nação poderia oferecer ao mundo que vivia uma crise civilizacional (MAIO, 1999).

Esse projeto inicialmente contemplaria apenas a Bahia em decorrência da tradição dos estudos sobre os negros no estado e uma presença importante de pesquisadores estrangeiros na região, principalmente franceses, nas décadas anteriores. Contudo, com a intenção de ampliar a agenda das investigações das relações raciais no Brasil, outros pesquisadores conseguiram desenvolver pesquisas em outras regiões. No Recife, o principal responsável foi o antropólogo René Ribeiro; Rio de Janeiro, Costa Pinto e em São Paulo os sociólogos Roger Bastide e Florestan Fernandes.

Neste trabalho, coordenado pelo prof. Roger Bastide, Florestan Fernandes se integrou ao estudo a partir da supervisão do seu professor. Embora ambos os sociólogos integrassem esse mesmo estudo, não havia um consenso teórico em relação às relações raciais para eles. Bastide, enquanto pesquisador estrangeiro e leitor voraz de Gilberto Freyre, acreditava que o preconceito racial poderia ser um mecanismo de defesa dos negros para se proteger de suas próprias dificuldades sociais de integração. Para Florestan Fernandes, que já tinha um certo acúmulo teórico e socialização primária em cortiços e de origem paupérrima, sofreu na própria pele as agruras das desigualdades sociais que estava investigando. Vejamos:

Vivi em cortiços, em vários bairros de São Paulo, e sabia muita coisa sobre as condições reais de vida do negro entre nós. [...] Por isso, logo de cara, tive um grande problema com o professor Bastide. Ele não tinha posição firme com relação a se havia ou não preconceito, se havia ou não democracia racial. Ele dominava igualmente o campo da antropologia, da sociologia, da psicologia (SOARES et al., 2004, p. 37).

Nesse aspecto, é importante analisarmos a preocupação do autor com a questão das relações raciais desde sua pesquisa sobre *Negros e Brancos em São Paulo* até outros textos da sua atuação enquanto deputado federal (FERNANDES, 2007). Aqui, quero recuperar essa continuidade da temática das relações raciais em Florestan Fernandes, justamente para embasar o problema de pesquisa que me proponho responder neste artigo. E, conseqüentemente, me contrapor à leitura residual que alguns autores realizam sobre Florestan Fernandes. Vejamos o que diz Fernando Henrique Cardoso:

O leitor atual talvez se espante ao ver essas declarações. Mas é preciso não perder de vista o fio da meada, o fio condutor da análise, como chamei acima, que era a passagem da ordem escravocrata à sociedade capitalista de classes. A superioridade desta última sobre a anterior não se esconde nas análises de Florestan, o que não o leva a endeusá-la nem a imaginar que havendo competição mais livre no mercado e, quebrada a rigidez do sistema de castas que a escravidão impunha, desapareciam de repente a discriminação e o preconceito. Não desapareceram, mas mudaram sua função (CARDOSO apud

BASTIDE e FERNANDES, 2008, p. 12).

Florestan ressaltou, pelo contrário, que na nova sociedade, apesar de a cor deixar de ter automaticamente a antiga significação classificatória, pois a identidade imediata entre branco e livre em contraposição a de negro e escravo deixava de ter equivalência em uma sociedade na qual patrões, empregados e operários não se distinguiam racialmente como os senhores dos escravos e libertos, tanto o preconceito quanto a discriminação continuavam a existir (FLORESTAN e BASTIDE, 2008, p. 13).

Levando-se em consideração esses aspectos, é preciso ressaltar a importância e a influência a partir do Projeto da Unesco, pois possibilitou que Florestan Fernandes entrasse em contato direto com a população negra e, conseqüentemente, com militantes da Frente Nacional Brasileira, organização primordial para época.

2. Democracia e relações raciais em Florestan Fernandes

Florestan Fernandes é um autor que durante sua trajetória intelectual colaborou com um vasto campo do conhecimento, a saber: Educação, Relações Raciais, Democracia, Sociologia Política etc. Aqui, gostaríamos de mobilizar para dar continuidade ao debate posto no tópico anterior a reflexão sobre relações raciais, democracia e educação no autor já que essas temáticas estão entrelaçadas no pensamento de Florestan. Durante as leituras das suas obras, percebemos que as temáticas trabalhadas pelo autor seguem conexões de sentido que durante sua vida enquanto intelectual e deputado federal ele tentou buscar conectar.

Quando analisamos algumas propostas defendidas pelo autor sobre a defesa da educação pública de base (SOARES, 1997), análise da Universidade Pública (FERNANDES, 1975), democracia e relações raciais (FERNANDES, 1979), constatamos que esses temas foram bastante relevantes para o projeto político e intelectual, o qual o ele buscava concretizar. No entanto, pensando na convicção que Florestan Fernandes tinha em relação à educação, podemos analisar o porquê disso a partir da sua trajetória enquanto criança e jovem que desde muito cedo precisou largar os estudos para trabalhar e prover o sustento da sua família.

Florestan Fernandes no título de um dos capítulos do seu livro sobre *Mudança Social no Brasil* desenvolveu argumentos para responder à questão sobre se existe uma crise da democracia no Brasil? E apresenta que uma das causas que afetam o desenvolvimento da democracia no país será justamente a permanência de uma intelectualidade política arcaica, imprópria para possibilitar ajustamentos dinâmicos não só a contextos que se modificam socialmente, mas que estão em movimentação permanente no presente.

Assim sendo, a democratização da educação alcançaria a população negra marginalizada pelas estruturas, que perpetuam as desigualdades raciais, mas que poderia ser revertida por meio das oportunidades sociais. Nesse caso, os problemas poderiam ser enfrentados de outras maneiras,

como as preferências das classes sociais, as associações partidárias, os conflitos sociais em uma sociedade em mudança para uma nova forma de organização social, econômica e de justiça social.

A crise da democracia brasileira não constitui um debate recente na vida política do país, logo em seguida à proclamação da República, com as frustrações e incapacidade de atenuar os problemas estruturais herdados da antiga ordem social, percebemos que ainda hoje enfrentamos problemas na concretização da democracia e consolidação da cidadania no Brasil, principalmente no que se refere em garantir os direitos da população negra no âmbito do Estado.

No cenário nacional, a partir da constituição de 1988, uma série de exigências dos movimentos sociais dos anos anteriores foram atendidas no âmbito institucional. Com a instauração da ditadura civil militar no Brasil, em 1964, o Estado utilizou exclusivamente do autoritarismo e técnicas de torturas como “diálogo” com a sociedade civil, censurando qualquer manifestação contrária ao regime e o movimento negro não ficou isento disso.

Ainda nos anos de 1970/80, os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores urbanos, movimentos de bairros, clube de mães, movimento religioso, Movimento de Negro Unificado - MNU etc., exigiam em suas agendas políticas uma abertura de diálogo entre Estado e sociedade civil, por meio da participação social que só obteve conquista na década de 1990, a partir de um contexto de reorganização do Estado e globalização do capital. Vejamos:

Nos anos 80 a temática da participação social era um ponto de pauta na agenda política das elites políticas, denotando dois fenômenos: de um lado a crise de governabilidade das estruturas de poder do Estado desgasta e se legitimadas pelo autoritarismo; de outro, a legitimidade das demandas expressas pelos movimentos sociais –novos ou velhos –e a conquista de espaços institucionais como interlocutores válidos (GOHN, 1997, p. 310).

Quando analisamos a trajetória da cidadania no contexto brasileiro percebemos continuidades e rupturas na sua história. Ao produzimos uma sociologia jurídica que esteja interessada em investigar a cidadania no Brasil a partir da nossa trajetória constitucional iremos compreender melhor a complexidade social do país, que historicamente foi marcado por avanços e retrocessos na implantação da democracia. Durante sua história o Brasil promulgou sete constituições, apesar disso, apenas uma delas conseguiu atender às exigências dos movimentos sociais: a Carta Magna de 1988.

Uma conquista importante diretamente relacionada à participação social foi na área da educação, pois segundo o cientista político José Murilo de Carvalho, obtivemos um crescimento importante na educação fundamental e anexamos as taxas do analfabetismo entre os jovens de 15 anos ou mais (CARVALHO, 2002, p. 206).

Florestan Fernandes ao colocar o ator negro como figura revolucionária para a concretização da democracia no Brasil, na sua justificativa à Emenda Constitucional afirma o seguinte:

Cumpre assinalar, sobre toda e qualquer outra reflexão: os que foram lançados nos patamares mais inferiorizados da sociedade democrática são os que precisam e merecem um suporte ativo à sua formação humana –psicossocial, cultural e política. Não se trata de um “protecionismo especioso”. Mas de corrigir uma injustiça que desgraça as pessoas e as comunidades negras. Para nivelá-los aos brancos, é imperativo conceder-lhes uma espécie de suplementação da condição humana e da posição social. Só assim as elites das classes dominantes se desobrigam de um crime histórico que sobrecarrega e degrada a consciência crítica dos cidadãos bem formados e emancipado o Estado de sua intervenção nas páginas mais negativas de nossa perspectiva de Nação Emergente. Ou liberamos o negro por todos os meios possíveis ou persistiremos escravos de um passado nefando que encurrala o presente e o futuro a uma abjeção singular (FLORESTAN, 2017, p. 157).

3. Política de promoção da igualdade racial em Florestan Fernandes

Antes de adentrar propriamente o conteúdo das obras, é necessário realizar uma breve introdução sobre o contexto delas. A temática das relações raciais na obra de Florestan Fernandes é inaugurada a partir dos anos 1950, tendo início com a pesquisa da Unesco realizada pelo prof. Roger Bastide sobre o negro em São Paulo. As obras propriamente que analisaremos foram escritas para ser submetidas como tese para concurso de professor titular de Sociologia da Universidade de São Paulo —USP na década de 1960 e a outra como manifesto político dentro do Congresso Nacional na condição de Deputado.

Aqui, podemos encontrar um Florestan Fernandes mais maduro do ponto de vista do domínio das teorias sociológicas e politicamente engajado em transformar a sociedade brasileira. Quando Florestan Fernandes escreveu *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, ele já era conhecimento conhecido internacionalmente, e essa obra obteve um lugar importante entre os legados deixados pelo autor.

A obra é composta por dois volumes. No primeiro volume o autor buscou traçar uma análise sobre “O legado da raça branca” e dividiu-o em três capítulos, mais uma nota explicativa, são eles: “I -O Negro na Emergência da sociedade de Classes”; “II —*Pauperização e Anomia Social*”; “III — *Heteronomia racial sociedade de Classes*” (FERNANDES, 2008B). Nessa parte podemos encontrar uma preocupação do autor em analisar as condições em que a população negra estava submetida após o período da abolição da escravatura. A posição do negro na nova ordem social competitiva, contudo, perpassará toda a obra.

Já no segundo volume, encontramos uma parte importante do trabalho de campo que Florestan Fernandes realizou na construção de sua tese. Aqui, ele estava preocupado em reconstruir o contexto histórico por intermédio das fontes secundárias como livros, artigos, jornais e relatórios disponíveis para consulta. A obra também é constituída por três capítulos: I — *Os movimentos sociais no “meio negro”*; II — *Impulsões Igualitárias de Integração social*; III — *O problema do negro na sociedade de*

classes” (FERNANDES, 2008C).

A Emenda Constitucional de 1994 foi um texto escrito por Florestan Fernandes e lido no Congresso Nacional, onde o autor defendeu publicamente a inserção de um capítulo na Constituição Federal do Brasil a favor da população negra, dadas as condições de desigualdades daquele momento. A escolha desses dois trabalhos deu-se a partir da constatação de que eles representam uma continuidade no pensamento de Florestan Fernandes, no que diz respeito à contribuição para mudança social que ele defendia na sociedade brasileira. Dito isto, passaremos a examinar essas duas obras.

Por décadas predominou no Brasil o sistema escravocrata, no qual as relações sociais existentes entre os escravos e os senhores de engenho eram baseadas unicamente na exploração. Após a abolição desse sistema servil, as elites nacionais e os entusiastas do movimento abolicionista (NABUCO, 2003) promoveram campanhas de incentivo à imigração de diversos povos vindos principalmente do continente europeu.

Esses indivíduos vieram em busca de trabalho e melhores condições de vida, num contexto de maior incentivo à industrialização, de estruturação de um sistema econômico capitalista e da passagem de uma sociedade escravocrata para uma sociedade de classes. Nesse período, esses imigrantes gozaram de maiores incentivos e tiveram disposições culturais para desenvolver o trabalho livre e assalariado, diferentemente dos negros e “mulatos” recém libertos, visto que, segundo Florestan Fernandes (2008a, 2008b), esses não dispunham de mecanismos psicossociais, culturais e técnicas para enfrentar a nova ordem social competitiva emergente, sendo excluídos durante muitos anos dessa estrutura, o que causou consequências profundas, perpetuadas até hoje.

Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da ordem capitalista criou competitividade entre os trabalhadores livres, por meio da busca por empregos e ascensão social, os negros recém-libertos não tiveram êxito na inserção à essa ordem, pois ainda predominava nessa nova sociedade resquícios de uma cultura escravocrata, por meio da discriminação de cor. A respeito do dilema racial brasileiro. Vejamos o que diz Florestan:

Caracterizando-se o dilema racial brasileiro deste ângulo, ele aparece como um fenômeno estrutural de natureza dinâmica. Ele se objetiva nos diferentes níveis das relações raciais. Por isso, seria fácil reconhecê-lo nos lapsos das ações dos indivíduos que acreditam “não ter preconceito de cor”; nas inconsistências das atitudes, normas e padrões de comportamento interracial; nos contrastes entre a estereotipação negativa, as normas ideais de comportamento e os comportamentos efetivos nos ajustamentos raciais; nos conflitos entre padrões ideais da cultura, que fazem parte do sistema axiológico da civilização brasileira; nas contradições entre os tipos ideais de personalidade e os tipos personalidade básica modelados através dessa civilização etc. (FERNANDES, 2008, p. 571).

No final do volume 2 do livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan constata

o processo de exclusão persistente e as profundas pressões assimilacionistas às quais a população negra foi submetida no Brasil. Nesse aspecto, ele coloca o negro na perspectiva histórica de “pedra de toque” da democracia, afirmando que a concretização desta última só será possível quando superarmos as desigualdades raciais, marca da condição histórica que não foi diluída na passagem da ordem escravocrata para republicana. Com base nisso, o autor defende que o Estado brasileiro deveria oferecer serviços especiais, de âmbito nacional, regional e local, para população negra. Isto é, Florestan defenderá técnicas racionais de controle a fim de compensar toda a privação a qual foi exposta esse contingente populacional da sociedade brasileira.

Com base nisso, seria, portanto, Florestan Fernandes um precursor da política de promoção da igualdade racial como sugere o título deste trabalho? No final do seu estudo que foi patrocinado pela UNESCO, ao defender as técnicas racionais de controle, o autor já demonstrava preocupação com uma reparação histórica para a população negra e isso é bastante evidente em suas futuras obras⁷. Em 1994, em decorrência de sua atuação enquanto parlamentar na Câmara dos Deputados, novamente realizou um discurso consistente do ponto de vista teórico e propositivo politicamente, ressaltando o ator negro como figura importante para a concretização da democracia no país. Florestan pontuou isso em um pronunciamento público e de uma Emenda Constitucional que defendia políticas exclusivamente para a população negra. No final do seu pronunciamento ele defendia que o parlamentar poderia estimular a convergência de processos que exigem imaginação política e éticas na defesa da democracia racial (FERNANDES, 1994).

3.1 Política de promoção da igualdade racial e análise da Emenda Constitucional proposta por Florestan Fernandes

Diante da ausência de consenso nas ciências sociais e no senso comum sobre as políticas de ações afirmativas e políticas de promoção da igualdade racial, aqui tentaremos distinguir ambas para melhor compreensão e situar a proposta da Emenda Constitucional proposta por Florestan Fernandes. Ainda que haja uma relação recíproca entre os dois termos, não podemos considerá-los sinônimos, tendo em vista que implicam diferentes concepções. As políticas de igualdade racial seriam muito mais amplas e requer uma maior abrangência, já às políticas de ações afirmativas estaria dentro da primeira (SANTOS, 2012).

Analisando a Emenda Constitucional que Florestan Fernandes propôs enquanto capítulo IX da Constituição Federal, ele acreditava que a nossa Carta Magna deveria conter um capítulo sobre o negro, justamente pela contribuição humana, cultural e histórica que esse contingente populacional prestou ao desenvolvimento do país nos mais variados aspectos da vida social do Brasil. Nos outros

⁷ Para justificar nossa afirmação sobre a continuidade da preocupação de Florestan Fernandes em relação às políticas compensatórias nos seus estudos de 1950 a 1994, ver a relação que o autor/deputado estabeleceu com o Movimento de Negros Unificados – MNU.

incisos, ele acrescenta que os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão desenvolver planos para garantir a população negra o direito das suas posses territoriais. Assim, como defende a reparação histórica, tal como é possível verificar abaixo:

§ 5º A escravidão e a subalternização extrema do “liberto” encontraram no preconceito racial a racionalização para justificar a sua existência e “necessidade” em um país católico. A exclusão do trabalho livre, variável conforme as regiões do país, o aproveitamento da força de trabalho negra como mão de obra barata ou a sua exclusão predominante do mercado de trabalho reforçaram as manifestações do “preconceito de cor”, da estigmatização e da discriminação raciais. Hoje, o dilema racial do Brasil perpetua-se de modo complexo. O negro é excluído porque não estaria preparado como “trabalhador livre”; e não se converte em “trabalhador livre”, porque lhe são negadas as condições de aprendizagem e de socialização. O Poder Público intervirá crescentemente nessa esfera, para acabar com o paradoxo.

§ 6 A oferta de ensino público gratuito não é suficiente para integrar e reter estratos da população negra nas escolas. O Poder Público corrigirá essa contradição oferecendo às crianças, jovens e adultos negros oportunidades escolares persistentes e em constante aumento através de bolsas escolares, destinadas à manutenção pessoal dos estudantes enquanto durar sua escolarização.

É interessante analisar essa emenda justamente porque aqui Florestan Fernandes chama a atenção do branco e, particularmente, de seu partido político — Partido dos Trabalhadores (PT), para que eles se conscientizem dos comportamentos preconceituosos diante da situação de desfavorecimento social que os negros sofreram nessa sociedade, que jamais conseguiu realizar a segunda abolição. Nesse sentido, aqui percebemos que a proposta constitucional do sociólogo e deputado federal é semelhante às ações de políticas afirmativas com recorte racial.

4. Considerações finais

Em vista dos argumentos apresentados, entendemos que os movimentos sociais negros na década de 1930 marcaram o início da participação do negro e mulato em São Paulo no período republicano, já que antes também existiam movimentos de resistências interferindo diretamente na condição de vulnerabilidade social na qual esses grupos estavam imersos após as transformações da antiga ordem social. Em 1950, com o incentivo do projeto de pesquisa da UNESCO, a ciência é responsável em investigar cientificamente a realidade concreta da situação desse contingente populacional.

A crença no mito da democracia racial no país, durante muitos anos, impossibilitou que o governo brasileiro, desde a República, pensasse em políticas de reparação social para a população negra. Fernandes caracteriza essa ação como o dilema racial brasileiro e acredita que a concretização da democracia no país só será possível a partir da superação desse impasse, e por esse motivo o

autor defendia a necessidade de se valer de técnicas racionais de controle. Nesse aspecto, durante sua trajetória intelectual e política, observamos que, desde sua obra de 1950 à Emenda Constitucional, o autor já tinha antecipado o debate sobre ações afirmativas com recorte racial como trouxemos para discussão nos tópicos anteriores.

Pelo que foi analisado, consideramos que a obra sobre relações raciais de Florestan Fernandes, de 1950 a 1994, demonstra a preocupação do intelectual e militante em investigar e propor mudanças substanciais na dinâmica social da sociedade brasileira a fim de inserir os negros como contingente importantíssimo para democratização da democracia no país.

Referências

- CARVALHO, J. 2002. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DOMINGUES, P. 2007. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122.
- FRENTE Negra Brasileira. 1998. *Depoimento/Entrevista e Textos: Marcio Barbosa*. Organizador Quilombo Hoje. São Paulo: Quilombo Hoje.
- FERNANDES, H. 2009. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. in: *Cadernos De Estudos ENFF*. vol. 4. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, p. 56-68.
- _____. , 1994. Consciência Negra e Transformação da Realidade. *Brasília: Câmara dos Deputados/ Centro de Documentação e Informação*. [pronunciamento e emenda constitucional do deputado Florestan Fernandes, abordando as desigualdades raciais e a consciência negra].
- _____. [1965] 2008b. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes, vol. 1: o legado da “raça branca”*. São Paulo: Globo
- _____. [1965] 2008C. *A Integração do Negro na Sociedade de classes, vol. 2: no limiar de uma nova era*. São Paulo: Globo.
- _____. 2017. *O Significado Do Protesto Negro*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. 1979. *Existe uma crise da democracia no Brasil?* In: Fernandes, F. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Global, P. 93-116
- GOHN M. G. 1997. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.
- MAIO, M. C. 1999. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41.

NABUCO, J. 2003. 1849-1910. O Abolicionismo / Joaquim Nabuco. *Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial*, P. –Edições Do Senado Federal, v.7.

SOARES, E. V. 1997. Florestan Fernandes: o militante solitário. São Paulo: Cortez.

SOARES, E., BRAGA, M.L.S. E COSTA, D. V. A. 2004. “O dilema racial brasileiro”: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. *Sociedade e Cultura*, 5 (1), 35-52.

SANTOS, S. 2012. Ações afirmativas nos governos FHC e Lula: um balanço. In: *TOMO*, n. 24, pp. 37-84.

O paradoxo da democracia nas relações raciais:
uma leitura de “A integração do negro na sociedade de classes”

Lara Maria Alves Falcão*

Resumo

Este artigo consiste em um estudo temático da obra *A integração do negro na sociedade de classes*, com o objetivo de mapear os depoimentos dos informantes de Fernandes acerca da contradição entre a nova ordem social competitiva e o padrão de relações raciais vigente. Observou-se, ainda, se tais informantes faziam menção a leis ou direitos quanto tratando do tema em seus depoimentos. Sugerimos que a percepção sobre esse descompasso, mesmo que sempre heterogênea, variava de acordo com a raça, classe e o envolvimento militante ou intelectual; além disso, em alguns momentos, leis específicas ganham destaque nas manifestações, enquanto em outros o enfoque é sobre a atuação das instituições republicanas. Nas conclusões, apontamos que Florestan Fernandes oferece elementos teóricos importantes para pensar a sensibilidade diferencial de grupos sociais às contradições entre uma ordem social que promete igualdade e os padrões desiguais de relações raciais.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; ordem social; relações raciais; democracia.

The paradox of democracy in race relations:
a reading of “The integration of blacks in class society”

Abstract

This article consists of a directed reading of *A integração do negro na sociedade de classes*, with the objective of recording Fernandes “informants” perceptions about the contradiction between the social order and the current pattern of race relations, observing if they mentioned, in such perceptions, laws and rights. Overall, we suggest that the perception of this mismatch varied according to the informant’s race, class and militant or intellectual involvement. We have found that at sometimes specific laws gain prominence in the manifestations, while at others the focus is on republican institutions practices. We suggest that Florestan Fernandes offers important theoretical elements to think about the differential sensitivity of social groups to the contradictions between the social order and the patterns of race relations.

Keywords: Florestan Fernandes; social order; race relations; democracy.

*Mestranda em Sociologia pelo PPGS/UFPE. Graduada em Direito pela UFPE. E-mail: laramarfalcao@gmail.com.

Nota de Agradecimento: Agradeço às professoras Eliane Veras e Ana Rodrigues e ao professor Aristeu Portela por orientarem as leituras e discussões a partir das quais este artigo foi escrito. À professora Eliane Veras, mais uma vez, pelos apontamentos e incentivo à publicação.

1. Introdução

Em 1950, Florestan Fernandes foi convidado a participar do Projeto Unesco. Esse empreendimento, que financiou pesquisas sobre relações raciais em quatro cidades do Brasil, tinha como objetivo descobrir a “fórmula brasileira” da “harmonia racial” (SOARES; BRAGA; COSTA, 2002, p.36). A ideia de fundo é a de que o Brasil teria algo a ensinar, ao mundo do pós-Segunda Guerra Mundial, sobre como entender e superar um passado de conflito racial. No núcleo de São Paulo, o resultado imediato foi a publicação do livro *Branços e negros em São Paulo*, em 1955, em coautoria com Roger Bastide. Apesar do tema dessa obra ter decorrido de uma demanda inicial externa, o mesmo não pode ser dito sobre a metodologia utilizada. Um minucioso projeto de estudo foi elaborado por Florestan em 1951 para guiar a pesquisa que empreenderia com Bastide. Intitulado *O preconceito racial em São Paulo*, o referido projeto prevê uma diversidade de métodos e fontes de pesquisa social.

À época, um aspecto inovador da metodologia prevista foi a participação de movimentos negros nas discussões e nas interpretações do material colhido. Representantes da intelectualidade negra de São Paulo integravam comissões que se encontravam com os pesquisadores para estudar as relações entre brancos e negros na capital paulista (BASTIDE, FERNANDES, 2008, p.21-22). Também havia reuniões exclusivas de mulheres negras e debates com um “grande grupo” dos movimentos sociais negros de São Paulo (SOARES; BRAGA; COSTA; 2002, p.38). Além disso, estavam previstas, no projeto de estudo, a realização de entrevistas (formais e mediante conversas ocasionais), a coleta de histórias de vida (considerando, na época, a existência de fontes vivas da escravidão no país), a análise de letras de músicas populares, de livros escolares, de dados estatísticos, a aplicação de questionários, a observação direta, a observação participante, o estudo de casos, dentre outros. Esse aporte metodológico torna o material que fundamenta *A integração do negro na sociedade de classes* particularmente interessante, justificando a escolha aqui realizada de observar as fontes, em especial os depoimentos dos informantes, utilizadas por Fernandes.

O objetivo do projeto de estudo era, nesse sentido, proporcionar a reconstrução histórica mais completa possível, necessária à compreensão de um tema complexo: a formação e manifestações do preconceito de cor em São Paulo. O material coletado na década de 50 seria utilizado novamente por Fernandes para a escrita de *A integração do negro na sociedade de classes*, tese que apresentou à obtenção da Cátedra na cadeira de Sociologia 1 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e publicada em 1964. Trata-se de uma obra de suma importância, responsável por reposicionar, à época, a compreensão do racismo brasileiro. Sua substância:

No conjunto, a análise permite considerar os aspectos psicodinâmicos e sociodinâmicos da mobilização do homem da plebe para os papéis sociais e as situações de vida da ordem social competitiva. Doutro lado, como o comportamento social de “negros” e “brancos” constitui o foco direto das descrições e interpretações, ela nos diz como o nosso sistema

de relações raciais respondeu às transformações da estrutura da sociedade inclusiva. [...] . [...] Por conseguinte, a análise se converte em *um estudo da formação, consolidação e expansão do regime de classes sociais no Brasil do ângulo das relações raciais* e, em particular, da absorção do negro e do mulato (FERNANDES, 2008a, p. 22, grifos nossos).

Os dois volumes de *A integração* constituem, assim, um conjunto privilegiado de fontes, abordando um período que vai de 1880 até 1948 (fim da circulação do *Jornal Alvorada*, pertencente à Associação dos Negros Brasileiros). As menções à lei e ao ordenamento jurídico, por sua vez, estão presentes ao longo de toda a obra. Afinal, trata-se do estudo, sob o ângulo das relações raciais, da transição de um regime escravista para uma sociedade de classes que possui seu regime jurídico próprio. A novidade nas leis e na estrutura socioeconômica, contudo, convive com um acomodamento de padrões tradicionalistas de relações raciais. Esta situação gera o que Fernandes chama de “assintonia” entre a ordem racial e a ordem social (2008b, p.427). Tal assintonia irá configurar, segundo a concepção do autor, o paradoxo da democracia brasileira - a qual, para efetivamente sê-lo, precisaria antes lidar com a ausência de democracia no campo das relações raciais:

O “dilema do negro” se confundia, assim, com o dilema da democracia no Brasil. Optando por ela e se preparando para dela participar, o grau de aceitação ou de rejeição do ‘negro’ diria, por si mesmo, até onde chega a lealdade dos “brancos” para com os fundamentos axiológicos da ordem social democrática (FERNANDES, 2008b, p.119).

Ocorre que, ao escrever sobre tal tema a partir da metodologia descrita, Fernandes nos oferece não apenas uma interpretação sobre as contradições entre ordem social e padrões de relações raciais na cidade de São Paulo de 1880 a 1948 – suas causas, condições, efeitos -, mas as próprias fontes – depoimentos de informantes, trechos de jornais, letras de músicas – que encontrou a respeito desse paradoxo. É interessante registrar que a opção do autor por expor largamente o material empírico que alimentou a interpretação tenha se baseado na constatação de que o tema se referia a uma “realidade muito controvertida”, tendo Fernandes avaliado que o confronto do leitor com as fontes diminuía o espaço disponível para o apelo emocional das “avaliações etnocêntricas” (FERNANDES, 2008a, p.25). As opiniões que essas fontes veiculavam, por sua vez, variavam enormemente e, ao mesmo tempo em que eram efeito, também conformavam continuamente o fenômeno sobre o qual refletiam; contribuía, elas próprias, para seu aprofundamento, permanência, crítica, alteração. A partir dessa perspectiva, o presente artigo busca rastrear, ao longo das quase mil páginas dos dois volumes, essa miríade de opiniões.

O artigo deve ser lido, portanto, como espécie de mapa que busca localizar essa discussão no livro de Fernandes, relacionando o conteúdo dos depoimentos de seus entrevistados¹ com

¹ Eventualmente será feita referência, também, a trechos de jornais publicados à época. O tipo de fonte social será especificado em cada citação.

os conceitos que o autor usa para analisá-los. Assim, se por um lado se buscou conferir alguma autonomia aos depoimentos dos informantes, por outro nossa leitura está delimitada pelo trabalho do sociólogo do início ao fim: desde a coleta dos dados por ele realizada até à interpretação que por vezes neles se entremeia de forma inseparável. Não foi o objetivo, aqui, tecer críticas aos pressupostos, métodos ou conclusões do autor, mas realizar este trabalho de estudo inicial necessário a um contato mais profundo com um clássico e à posterior discussão crítica. Certamente, inclusive em face das diferenças de espaço, o que se traz aqui não faz jus à complexidade da análise contida na obra; mas pode servir como chamariz e introdução para aqueles que busquem lê-la sob o ângulo jurídico da contradição entre a nova ordem social competitiva e o padrão de relações raciais vigente.

Portanto, o presente artigo consiste num estudo da obra guiada pelos seguintes móveis: buscamos identificar se os informantes de Fernandes 1) manifestavam perceber a contradição entre a ordem social e o padrão de relações raciais vigente. Se sim, pretendemos 2) sempre que possível, observar a quais fatores eles atribuíam a responsabilidade pela existência dessa contradição. Além disso, nos perguntamos 3) se, ao apresentar suas percepções, os informantes se referiram a uma concepção geral de leis e direitos ou a leis específicas. Por fim, buscamos 4) identificar como essas questões variavam de acordo com a raça² e classe dos informantes, sempre que tais informações estavam disponíveis no texto.

Para dar efetividade à leitura, foi realizada uma análise de conteúdo manual a partir das categorias “descompasso entre ordem social e padrão de relações raciais” e “leis”. Os trechos do livro correspondentes às categorias foram transcritos, compondo dois arquivos de leitura correspondentes aos seus dois volumes. A análise e interpretação de tais arquivos fundamentou a escrita do presente trabalho. Diante da impossibilidade de mencionar todos os resultados encontrados, privilegiou-se por elencar aquelas percepções dos informantes discutidas de forma mais frequente por Florestan Fernandes em *A interação*. Os resultados estão apresentados em três partes, seguindo a categorização utilizada pelo autor: de 1880 a 1900, de 1900 a 1930 e de 1930 a 1948.

2 O termo raça é empregado aqui como conceito analítico próprio da sociologia. Nesse sentido, raça é uma construção social “que se refere a algo que ordena e orienta o discurso sobre a vida social” (GUIMARÃES, 2003, p.104) – sem correspondência, portanto, com o conceito de raça reivindicado pela biologia genética, o qual fundamentou doutrinas como o racismo científico. No Prefácio ao primeiro volume de *A Integração*, Fernandes informa os leitores que irá aspear os termos designativos de raça, como “preto” e “branco”. É necessário contextualizar sua escolha no momento histórico de escrita da tese, na década de 1960. Ali, o autor estava preocupado em “evitar suscetibilidades ou recriminações” (FERNANDES, 2008a, p. 26), pois o emprego dos termos era visto como estereotipação pelos grupos sociais em questão. Assim, ele apenas não os aspeou quando pôde presencialmente identificar o tom da pele dos informantes. Essa discussão, hoje, foi ressignificada, e o termo raça, bem como seus designativos, como branco e negro, são usados sem aspeamento pelos artigos sociológicos que tratam do tema, opção que iremos manter neste artigo.

2. Ordem jurídica e padrões de relações raciais no fim do século XIX

Num primeiro momento, Fernandes analisa a transição rumo à ordem competitiva no período que vai de 1880 a 1900 na cidade de São Paulo. Como afirma o sociólogo (FERNANDES, 2008a, p.30), o destino dos antigos escravizados deixou de interessar às camadas dominantes após a fórmula da Abolição, dando forma à inércia e indiferença gerais da classe política a respeito das condições de vida, trabalho e integração dos negros à nova ordem. Para o autor, a ausência de um *ethos* próprio à classificação social na sociedade competitiva seria um motivo central para a dificuldade de integração dos negros à sociedade de classes. A ausência de disposições adquiridas e o meio inóspito de competição faziam com que o sustento fosse uma preocupação constante para os negros. Um ciclo (FERNANDES, 2008a, p. 165) se instalava: sem conseguir ocupar as profissões para as quais não tinham preparação, não podiam adquirir as disposições para ‘ganhar a vida’ no meio urbano. Como os informantes de Florestan Fernandes retratavam o descompasso entre a ordem social e os padrões de interação racial nos últimos vinte anos do século XIX?

Entre a população branca, a representação geral se dividia de acordo com o apoio ou não ao escravismo. “Os que apoiavam a perpetuação indefinida do escravismo encaravam com rancor as ocorrências que envolvessem os antigos agentes do trabalho escravo” (FERNANDES, 2008a, p. 44). Por “ocorrências”, leia-se atividades por eles consideradas como “perturbação da ordem”. O rancor se nutria de uma interpretação naturalizante da marginalização dos negros: se eles não se integravam na nova sociedade, é porque “não tinham ambição” (FERNANDES, 2008a, p. 72). Uma publicação de 1940 no jornal O Estado de São Paulo, retratando as opiniões de Antônio da Silva Prado, membro da aristocracia cafeeira paulista que chegou a ocupar importantes cargos políticos e administrativos em São Paulo no fim do século XIX, ilustra como essa interpretação se relaciona à visão da Lei da Abolição:

“[...] decretada de afogadilho a ‘Lei 13 de Maio’, seus efeitos foram os mais desastrosos. Os ex-escravos, habituados à tutela e à curatela de seus ex-senhores, debandaram em grande parte das fazendas e foram ‘tentar a vida’ nas cidades; tentame aquele que consistia em: aguardente aos litros, miséria, crime, enfermidade e morte prematura. Dois anos depois do decreto da lei, talvez metade do nosso elemento livre havia já desaparecido!” (SOUZA, 1940, apud FERNANDES, 2008a, p.411).

O movimento de migração das lavouras para as cidades, comum no período, é descrito pelo depoimento como uma fuga do trabalho; uma “debandada”. O direito de ir e vir dos “ex-escravos” é deslegitimado por sua associação com toda espécie de situação negativa – o mesmo tipo de “ocorrência” que mobilizava, pelos centros urbanos do país, a atuação das forças policiais no controle de comportamentos da população negra³. A Lei 13 de Maio, por sua vez, é apresentada

³ Para estudos sobre esse fenômeno na cidade do Recife entre o fim do século XIX e início do século XX, ver SILVA, 2019 e VALENÇA, 2017.

como sendo decretada “de afogadilho”⁴ e seria dessa precipitação a responsabilidade pelos “efeitos desastrosos” em termos de integração social. “Habitados à tutela e curatela dos seus ex-senhores”, o “elemento livre” não teria sabido o que fazer para “tentar a vida”, provocando a própria “morte prematura”. A fonte é relevante porque condensa a relação que essa categoria de atores sociais tecia entre a não efetivação dos direitos dos negros e uma ideia de ‘perturbação da ordem/paz social’: suas condutas “desordeiras” seriam um manifesto de sua inaptidão para exercerem seus direitos, a evidência de que a abolição se dera prematuramente.

Com efeito, a não aceitação da democratização dos direitos se estendia também do campo da representação para o da ação. Uma série de casos citados por Fernandes (2008a, p.414) mostra que os brancos da camada dominante que apoiavam a escravidão se engajaram, em especial no interior do estado de São Paulo, em atos de violência e perseguição à população negra. Tais atos eram perpetrados também por agentes da segurança pública. O seguinte, por exemplo, ocorreu em 13 de maio de 1897: “A Redenção⁵ [...] denunciou o que fez um delegado em Itu: prendia as negras que andassem bem vestidas e penteadas, levava-as à cadeia para lhes raspar a cabeça e depois lhes aplicava bolos. Também sumaria quatro casos de linchamento.” Outro caso, narrado pelo jornal A Província de São Paulo, de 2 de junho de 1888, fala de autoridades da Vila de São Pedro (Piracicaba) que deram ordens às praças de polícia para que “não consentissem “pretos” à noite pelas ruas da vila e que aos domingos só fossem consentidos na vila até o meio-dia”. Vê-se, assim, que pessoas responsáveis pela aplicação da lei estavam não só inertes como também engajadas na perseguição aos negros e ao exercício de direitos como o de ir e vir.

Já os estratos brancos favoráveis à Abolição tendiam a destacar uma omissão ampla (dos poderes públicos, dos poderosos e da sociedade em geral) para com o drama dos negros, responsabilizando as camadas dominantes e agentes estatais pela situação. Há menção a um estado geral de injustiça e não acesso à efetivação dos direitos dos negros, em contraposição à situação do imigrante europeu. Diferente é a avaliação de certo estrato de “brancos envolvidos militantemente no processo abolicionista” (FERNANDES, 2008a, p.101). Muito embora possuíssem opiniões mais realistas do que os “brancos aristocráticos”, o desencantamento político teria levado esse estrato, de acordo com o autor, a um “estado de espírito de cunho reacionário”, resultando na promoção de campanhas contra instituições republicanas e suas autoridades. Sua frustração foi canalizada em uma insatisfação generalizada com os próprios mecanismos que deveriam assegurar a democratização dos direitos.

Quanto à população negra, Fernandes afirma que cabia aos “negros letrados” a elaboração e difusão das interpretações negras acerca da realidade social da época⁶. De acordo com Fernandes,

4 Expressão que significa “às pressas” e “precipitadamente”.

5 Um jornal da época.

6 O autor afirma que os negros pobres, “submergidos no mundo da ralé urbana, aguardavam a Segunda Abolição” (Fernandes, 2008a, p.102).

eles “focalizavam melhor [do que os brancos] o problema da transição e o que se poderia esperar do confronto do ex-escravo com o branco nas ‘condições de igualdade’ com que contavam” (2008a, p.104). Assim, “em entrevistas feitas para focalizar o assunto” (FERNANDES, 2008a, p.72), Fernandes avalia ter ficado patente que, em oposição aos informantes brancos que interpretavam a situação em termos naturalizantes, os informantes negros “revelavam maior realismo, mostrando-se convictos de que não tinham meios para se inserir no referido processo, competindo quer com os brancos nacionais, quer com os imigrantes” (FERNANDES, 2008a, p. 72).

Um fator causal frequentemente ressaltado em seus depoimentos para explicar a ausência de meios de integração é a falta de amparo oficial ou particular ao negro na empreitada da liberdade, contrastando com as atenções e recursos dirigidos à empreitada do imigrante europeu (FERNANDES, 2008a, p.104). Assim, um informante⁷ afirma que a responsabilidade pela situação econômica do negro, “sem excluir a responsabilidade moral da sociedade brasileira”, seria duplamente do Estado. Primeiro por permitir que a escravidão fosse o meio de enriquecimento da sociedade brasileira e, segundo, por deixar os agentes do trabalho desse enriquecimento à deriva depois da abolição, “situação que em nada condiz com os princípios de igualdade jurídica inscritos em nossa Constituição” (FERNANDES, 2008a, p.108).

No fim do capítulo, Fernandes reproduz uma série de trechos de entrevistas⁸ ou depoimentos escritos que permitem acessar as interpretações dos informantes negros sobre o descompasso entre os padrões de relações raciais e o arcabouço jurídico da República. Nelas, a referência à Lei de 13 de Maio de 1888 é frequente.

O que acontece com os escravos negros? [...] postados à margem da sociedade, vendolhes muitas vezes barradas todas as estradas, passaram a palmilhar o caminho do vício, do declínio, relaxaram-se, entregaram-se a um conformismo fatal e pernicioso [...] E daí muitos negros encontraram a morte pelo excesso da bebida, pela falta de conforto dos mais comezinhos, pela fome e por outras misérias, oriundas da Abolição mal aplicada (FERNANDES, 2008a, p.107, grifos nossos).

No mesmo sentido, outro informante, “baseado nas experiências da infância e nas lembranças das conversas com o pai”, afirma que “ouvira dos próprios abolicionistas negros que a lei de 13 de maio fora precipitada e que se devia, antes de promulgá-la, ‘primeiro educar o preto para viver em liberdade. Este não sabia viver em liberdade, nem conhecia o dinheiro’” (FERNANDES, 2008a, p. 107). É interessante perceber que, em tais depoimentos, mesmo quando a Abolição é

7 O informante em questão é o Sr. Nestor Borges, em declaração feita em público, conforme Fernandes nos expõe na nota 113. O autor não dá maiores descrições sobre tal informante, apenas caracterizando sua fala como “diagnósticos retrospectivos, feitos por informantes ou colhidos na documentação escrita do ‘meio negro’” (2008a, p.107).

8 Florestan afirma, na nota nº 110 que “todos os autores dos depoimentos registrados a seguir tiveram oportunidade de conhecer, no mínimo pelo convívio direto com os mais velhos, as condições da transição enfrentadas pelos ‘libertos’ em São Paulo” (2008a, p. 415).

descrita como “precipitada” ou “mal aplicada”, isso é feito para ressaltar que não foram oferecidos instrumentos de integração à população negra, isto é, que ela não foi “educada” para viver em liberdade ou para “conhecer o dinheiro”. Os elementos do que poderíamos entender como uma categoria de “desordem”, como o excesso de bebida, aparecem como decorrência das margens e barreiras (FERNANDES, 2008a, p. 107) impostas aos negros, e não como consequência de uma “inabilidade” de gerir a própria vida.

Com essa diferenciação, pretendo ressaltar que a avaliação de que havia uma dificuldade de classificação social dos negros na sociedade de classes possui diferentes fundamentos, ora naturalizantes, responsabilizando por essa dificuldade uma suposta “natureza” dos negros⁹, ora apontando barreiras externas a eles impostas, como a ausência de fornecimento de educação para lidar com o dinheiro. A obra de Fernandes, por sua vez, permite perceber como tais fundamentos são mobilizados diferencialmente pelos grupos raciais. Nesse sentido, mesmo quando destacam tais elementos – desordem, má aplicação da Abolição – os informantes negros o faziam de maneira bastante diferente do que ocorre no discurso dos brancos das camadas dominantes. A Lei de 13 de Maio aparece frequentemente como o início de um “drama insolvido” na medida em que o drama consiste justamente na contradição entre os direitos que a nova ordem social concede e os que ela deixa de efetivar: o estar “sem luz e sem ar, embora com a liberdade” (FERNANDES, 2008a, p.108).

Outros informantes negros, por sua vez, fazem um elogio à Lei da Abolição, retratada como “magnífica parada de civismo” (FERNANDES, 2008a, p. 109), mas repreendida em suas insuficiências. Fernandes relata ainda que certos grupos da população negra adotaram um posicionamento semelhante ao daqueles brancos que se revoltaram difusamente contra as instituições da República. Tais críticas seriam mais perceptíveis em algumas manifestações da Frente Negra Brasileira, que condensavam a insatisfação relativa à não democratização dos direitos para uma insatisfação generalizada com a orientação política da Primeira República. Em manifesto escrito em 1931 pelo então presidente-geral da Frente Negra Brasileira, por exemplo, caracteriza-se “o advento da República como uma vingança dos senhores de escravos” (2008a, p.110), compartilhando da concepção difundida segundo a qual o “negro” havia saído “da escravidão física para entrar na escravidão moral” (2008a, p.109).

O que se vê, em suma, é que a Lei 13 de Maio estava muito presente nos depoimentos dos informantes negros acerca do período, sendo, no entanto, representada de diferentes maneiras. Como afirma Walter Fraga, “o Treze de Maio estaria para sempre fadado às disputas sobre sua representatividade simbólica para as lutas por liberdade e cidadania no país” (2018, p. 351). Não

9 O depoimento de uma informante branca de Florestan, “anciã de família ilustre”, resume bem esta posição e o papel que nele desempenha o elemento do paternalismo branco: “Eu acho que os negros eram mais felizes no tempo da escravidão, especialmente quando tinham senhores bons. [...] Porque em geral os negros não têm cabeça para se dirigir sozinhos na vida. Veja por aí como eles estão!” (2008a, p.100, grifos nossos).

obstante, um ponto comum dos seus depoimentos é o entendimento de que a simples equiparação jurídica foi insuficiente, somada a uma denúncia do descompasso entre as previsões do ordenamento jurídico e a situação da população negra. Tal compreensão, de maior alcance estrutural, nem sempre está presente nos depoimentos dos informantes brancos, cuja camada superior tendia às avaliações psicológicas e naturalizantes da desigualdade racial (FERNANDES, 2008a, p.72).

3. O descompasso adentra o século XX

3.1. 1900 a 1930

Os primeiros 30 anos do século XX são abarcados por Fernandes em dois capítulos, sob duas óticas distintas. A primeira delas, tratada no segundo capítulo do primeiro volume, enfoca o chamado “meio negro” na capital paulista. A segunda ótica, por outro lado, é desenvolvida no terceiro e último capítulo do volume e se volta para a análise do “branco”. No que tange aos informantes negros, as maiores referências ao descompasso entre a ordem social e o padrão de relações raciais nesse período são consubstanciadas em críticas ao funcionamento das instituições republicanas. Ao falar sobre o problema social do abandono de crianças, adolescentes, velhos e doentes, por exemplo, os informantes negros revelavam “maior empenho em dar vazão às críticas ao Governo, à política e aos órgãos assistenciais públicos” (FERNANDES, 2008a, p.207).

Nesse âmbito, a atuação discriminatória do Juizado de Menores foi expressamente mencionada¹⁰: destacava-se que, enquanto cuidava do “namoro das adolescentes brancas” com “zelo provinciano”, “chamando os pais à responsabilidade e forçando as famílias a zelarem pelo recato de suas filhas”, o Juizado de Menores agia de maneira diferente em relação às adolescentes negras: sua presença em bares, bailes ou nas ruas até “altas horas” não preocupava os agentes públicos. Afirma Fernandes que “Diversos informantes idôneos asseveravam que os próprios agentes policiais toleravam abertamente essas ocorrências, porque esperavam a sua vez para tirar proveito do desencaminhamento das jovens” (FERNANDES, 2008a, p.212). O tratamento conferido aos cidadãos negros pela polícia também é alvo de críticas específicas, sob a constatação de que “o negro” ainda “*encarnava um perigo público*”. Fernandes relata como essa situação alterava as rotinas das pessoas negras nas cidades, na medida em que andar sozinho pelas ruas implicava ser alvo de desconfiança, correr o “risco de ‘ser recolhido pela carrocinha’ e até ‘trancafiado no xilindró’”, com “um dos informantes do grupo de pesquisa” afirmando, inclusive, que “se fizera policial, nessa época, para escapar a esses vexames e salientou que o negro queria ser policial ‘para não ser preso’” (FERNANDES, 2008a, p. 213).

10 Infelizmente, nesse trecho do livro não há referências diretas às falas dos informantes. Fernandes assume um tom mais analítico, e as citações tomam forma indireta, impossibilitando a transcrição de trechos dessas falas.

Sob esse ângulo, vê-se que na percepção desses informantes os órgãos do Poder Público contribuíam para aprofundar o descompasso entre as previsões legais e a realidade da população negra. Perpetuava-se, inclusive através da atuação institucional, um padrão assimétrico de relações raciais que não só obstava a efetivação dos direitos como os violava, na medida em que os cidadãos eram tratados diferencialmente em função do seu pertencimento racial¹¹. Toda essa situação repercutia em uma reputação negativa do sistema institucional republicano para os negros, processo que esteve associado à percepção de que os direitos e garantias eram, na verdade, privilégios dos brancos. A “sociedade inclusiva” “se revelou também ‘insensível’ aos problemas sociais do ‘meio negro’, em todas as questões que transcendiam ao equilíbrio imediato da ordem legal (ou seja, que não fossem problemas de ‘polícia’ ou de ‘assistência’)” (FERNANDES, 2008a, p.294). As avaliações que atribuíam à “natureza do homem negro” as raízes de seus problemas sociais continuavam a imperar, sem que pudessem ser neutralizadas pelos fundamentos legais da República. Sob o ponto de vista dos informantes negros, a sociedade de classes “inclusiva” pode ser representada como uma espécie de esfinge diante da qual, sob o lema “decifra-me ou devoro-te”, se deparassem: ela “abriu as suas portas aos ‘homens de cor’, sob a condição de que se mostrassem capazes de enfrentar e de resolver os seus problemas de acordo com o código ético-jurídico que ela instituíra” (FERNANDES, 2008a, p.298).

Em comparação com as falas dos informantes negros referentes ao período de 1880-1900, pudemos perceber que a efetivação dos direitos já adquiridos, mais do que a reflexão acerca dos acertos e erros da Abolição, assumem aqui (1900-1930) a centralidade. Em paralelo à denúncia do tratamento discriminatório conferido pelos órgãos estatais, é frequente na análise de Fernandes sobre as opiniões do “meio negro” o desejo de se verem reconhecidos como cidadãos. Assim, um informante da classe média negra afirma: “O que queremos é que se reconheça que somos cidadãos como os outros e que temos direito à educação; integrarmo-nos à sociedade e não o nosso abandono voluntário, à espera que desapareçamos” (FERNANDES, 2008a, p. 135). A reivindicação não é, contudo, pelo reconhecimento jurídico da cidadania, mas pelo agir - nas palavras do mesmo informante, da “política da polícia para fazer degradar o negro”, dos responsáveis pela “política de miscigenação imposta”, daqueles “à espera de que desapareçamos” (FERNANDES, 2008a, p. 135) – coerente com esse *status*.

O processo de identificação dos direitos e garantias da ordem democrática com privilégios e distinções dos brancos esteve associado, portanto, à permanência de padrões de comportamento estamentais no campo das relações raciais. Para Fernandes (2008a, p.305), a responsabilidade da

11 Trata-se da “identificação diferenciadora”, um dos “efeitos psicossociais” que decorrem do padrão assimétrico de relações raciais. O conceito é desenvolvido por Fernandes da seguinte forma: “A indigitada associação entre raças (expressamente identificada pelas tonalidades da cor da pele) e posição social excluía os portadores dos traços somáticos da raça subordinada dos direitos e garantias sociais das elites (e, por extensão da massa) da raça dominante, convertendo tais direitos e garantias sociais em prerrogativas e privilégios desta raça” (2008a, p. 382).

população branca por essa permanência estaria mais associada à sua omissão, uma vez que tal estrato se demonstrou indiferente tanto em fornecer à população negra os mecanismos necessários à sua integração à ordem competitiva como em agir, ele próprio, de acordo com essa ordem. Nesse sentido, a permanência da lógica estamental, com a negação de direitos para uns e a manutenção de privilégios para outros, afetava tanto a cidadania do “ex-escravo” como a do “ex-senhor” (CARVALHO, 2018, p.58).

Quanto aos brancos pobres ou dos estratos médios da sociedade, tanto nacionais como imigrantes, Fernandes afirma que sua atenção estava voltada para a própria ascensão social, para o “fazer a vida”. O envolvimento de tais setores com assuntos políticos se dava muito parcamente, e em geral apenas quando interesses econômicos próprios estivessem envolvidos. A inexistência de mecanismos de solidariedade racial ou interracial, a eficácia das formas de dissuasão/controle das elites e o alheamento político dessas camadas fazia com que tanto suas atitudes de intolerância racial como de simpatia racial não surtiram efeitos ‘dinâmicos’, seja para agravar as tensões raciais, seja para acelerar a integração do negro (2008a, p.323). Não obstante, é importante ressaltar que, de acordo com Fernandes, a ideologia racial da elite branca era difundida, atingindo indivíduos de todos os estratos e raças.

Não obstante, a desconfiança das elites brancas relativamente à democratização das garantias sociais dos negros é trazida por Fernandes como sendo o elemento de “tenacidade específica” nesse contexto. A lógica da “prevenção”¹² fazia com que essa camada dominante visse a mobilização em torno da efetivação dos direitos dos negros como se “ocultassem os germes de uma inquietação social suscetível de se converter, com o tempo, em conflito racial” (FERNANDES, 2008a, p. 307). A reivindicação negra de ser “cidadão como os outros” se traduzia para a elite branca como um “prurido”, uma “coceira de ser gente” da qual os negros precisassem ser dissuadidos. Quanto mais reivindicassem seus direitos, mais eram vistos como “íngrats” e/ou “abusados” por essa elite. A eloquente expressão “não saber o seu lugar” é trazida por uma informante branca de Fernandes (2008a, p. 337), “matrona de importante família tradicional”, como uma inconveniência que estaria sendo estimulada pela legislação trabalhista de Getúlio Vargas¹³: “Mas os pretos, quando a gente trata bem, pensam que são iguais, que podem fazer tudo que querem! [...] O resultado é esta

12 Aqui se vislumbra alguma semelhança com o conceito de “contrarrevolução” desenvolvido posteriormente por Fernandes, no estudo das rupturas democráticas latino-americanas. O exagero da ameaça representada pelo “outro polo” aparece, também no campo racial, como uma estratégia da camada dominante – aqui, a elite branca paulistana.

13 A boa reputação de Vargas entre a população negra também é destacada por um informante branco, operário qualificado, que possui uma avaliação diferente do impacto da legislação trabalhista de Vargas: “Os pretos gostam todos do Getúlio porque pensam que foi ele que acabou com o preconceito. Mas não foi. É que faltou mão de obra. Se não houvesse falta de mão de obra, os pretos nunca conseguiriam entrar nas fábricas. Ficava tudo como antes. Se continuassem a entrar imigrantes, os patrões preferiam a mão de obra estrangeira, deixando a nacional” (FERNANDES, 2008a, p.186).

absoluta falta de conhecimento de seus lugares que se nota hoje em dia” (FERNANDES, 2008a, p. 337).

Como afirma Fernandes, um dos efeitos dinâmicos do apego ao padrão tradicionalista de relações raciais era anular os efeitos práticos da Abolição e da implantação da República. Nesse sentido, os negros que reivindicavam a aplicação desses dois marcos legais e sociais no campo das relações raciais eram malvistas pelos brancos.

Quanto mais o negro e o mulato se identifiquem com os ideais da personalidade democrática, concatenados em torno da figura do *cidadão* e dos direitos fundamentais da pessoa, tanto mais eles são incompreendidos, avaliados etnocentricamente e depreciados. Ao inverso, quanto mais se prender ao modelo do criado fiel e devotado ou fizer jus aos atributos correlatos (mesmos sem ser empregado ou dependente), mais o “negro” encontra correspondência afetiva, compreensão e consideração no ânimo do “branco” (FERNANDES, 2008a, p.354).

Assim, a própria avaliação negativa que os negros faziam do descompasso entre o ordenamento jurídico e o padrão de relações raciais, reivindicando a democratização dos direitos e exigindo a quebra da etiqueta assimétrica de relações raciais, influenciava a visão que os brancos possuíam deles e podia limitar sua ascensão social vertical. Um exemplo dado por Fernandes é o de “um jovem mulato, filho natural de um branco de família importante” que, na intenção de criar um jornal a serviço da causa negra, obteve a negativa do pai em lhe adquirir uma máquina de escrever. Nas palavras do informante, “Ele [seu pai] condenou, então, a participação em movimentos dessa natureza, pois, no Brasil, não havia necessidade deles” (FERNANDES, 2008a, p. 317).

O autor argumenta que tal resistência à democratização dos direitos sociais correspondia à necessidade de continuidade da diferenciação estamental que vigorava no período da escravidão. A restrição dos direitos dos negros na esfera racial representava, para os brancos da elite, a prova de que foram um dia “senhores”. Nessa lógica, o nivelamento dos direitos constituía uma espécie de “ofensa” à “casta dominante”, que gostaria de resguardar a distância social própria do antigo regime. Como se depreende de histórias de vida citadas pelo autor, as elites brancas se opunham às manifestações de solidariedade ao negro que fugissem à lógica do paternalismo tradicionalista, em que a superioridade do branco era resguardada. O resultado era uma diretriz ambivalente no que concerne ao tratamento conferido aos negros, que imperava *apesar* da condição jurídica igualitária:

Este não era repellido frontalmente, mas também não era aceito sem restrições, abertamente, de acordo com as prerrogativas sociais que decorriam de sua nova condição jurídico-política. Persistia uma *diretriz ambivalente*, de repulsa às impulsões de tratamento igualitário do negro e de acatamento aparente dos requisitos do novo regime “democrático”. Na prática, tal ambivalência não favoreceu o negro e o mulato (FERNANDES, 2008a, p. 307, grifos nossos).

As ideologias de defesa social e de absorção gradativa (assimilação), por sua vez, possuíam relação, no discurso dos informantes brancos, com a não democratização dos direitos e garantias sociais dos negros. Esses argumentavam que era necessária a plena preparação cívica e profissional do “homem negro” antes de sua integração, pois esse seria “o caminho mais seguro, ao mesmo tempo, para ‘proteger o negro’ e para ‘resguardar os interesses da sociedade’” (FERNANDES, 2008a, p.308). Através dessas ideologias, os brancos reafirmavam o seu papel equivalente, no campo racial, ao do “pátrio poder”, cuja posse confere àquele que o detém a prerrogativa de sempre escolher e decidir em nome do bem do outro, sem consultá-lo. “Em nome de uma igualdade perfeita no futuro” (FERNANDES, 2008a, p.309), negava-se a democratização dos direitos da população negra.

Para Fernandes, a ideia de democracia racial surge como “fruto espúrio” dessa orientação ideológica. A noção de que o padrão de relações raciais no Brasil era compatível com os fundamentos do regime jurídico republicano, cristalizada na expressão “democracia racial”, vai ganhar, pelas palavras de Fernandes nesta obra, a caracterização de “mito”. Ironicamente, o material colhido em função do Projeto Unesco, cujo objetivo era desvendar o segredo da “harmonia racial” no Brasil, serve, com A integração do negro na sociedade de classes, para desvendar justamente essa falsa consciência (SOARES; BRAGA; COSTA, 2002, p.36). Decorrencia da “reelaboração interpretativa de velhas racionalizações” (FERNANDES, 2008b, p.309) estamentais, mas agora de forma condizente com o referencial republicano, o mito da democracia racial possui uma função importante no que toca ao objeto deste estudo, isto é, o descompasso entre a ordem social e o padrão de relações raciais.

De acordo com Fernandes, ele contribuiu para promover um generalizado “estado de espírito farisaico” nos brancos, “que permitia atribuir à incapacidade ou à irresponsabilidade do negro os dramas humanos da população de cor da cidade” (2008a, p.311). Além disso, permitiu isentar os brancos da responsabilidade ou solidariedade perante a deterioração da situação socioeconômica da população negra. Por fim, “revitalizou a técnica de focalizar e avaliar as relações entre negros e brancos através de exterioridades ou aparências dos ajustamentos raciais, forjando uma consciência falsa da realidade racial brasileira” (FERNANDES, 2008b, p.311). Nesse sentido, no que tange ao tema deste trabalho a ideia de democracia racial serviu tanto para 1) obstar a percepção do descompasso entre o ordenamento jurídico da social competitiva e o padrão de relações raciais vigente 2) como para facilitar a atribuição das causas desse descompasso à “natureza do homem negro” ou à supostas “incapacidades” e “irresponsabilidades” suas. O resultado é uma supervalorização do elemento legal em detrimento da percepção da realidade contraditória, gerando a “convicção etnocêntrica” de que os “problemas do negro” findaram com a superação legal do

status jurídico de escravo: “a idéia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com referência ao “negro”, excetuando-se o que foi resolvido pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania” (FERNANDES, 2008a, p.312).

3.2 1930 a 1948

Este período é tratado por Florestan Fernandes no segundo volume da obra aqui analisada. Aqui, o destino do “ex-agente do trabalho escravo” já é claramente identificado pelo autor com o destino da própria democracia brasileira. Nesse contexto, os movimentos negros são apontados como a reação societária por excelência a esse estado de coisas, encarnando a reivindicação histórica pela dissolução do descompasso entre ordem social competitiva e padrão de relações raciais vigente. São “as primeiras grandes tentativas coletivas de correção substancial das contradições existentes entre o substrato legal e a realidade social implantados através do abolicionismo e da experiência republicana” (FERNANDES, 2008b, p.9-10).

Assim, a análise dos referidos movimentos sociais¹⁴ ocupa grande parte da atenção do sociólogo. De uma forma geral, Fernandes constata que os movimentos negros por ele observados assumiram a estratégia de exigir uma “revolução dentro da ordem”, isto é: sua revolução consistia em demandar a ampliação da ordem social vigente, de modo que ela atendesse a todos os “estoques raciais”. Tal demanda partia do pressuposto de que a questão da ordem social competitiva havia sido resolvida no âmbito de interesses da raça dominante, cabendo aos negros se concentrar na reivindicação da efetivação dos direitos que aquela ordem implantada já lhes garantia legalmente. Ao mesmo tempo, essa demanda partia da compreensão de que o preconceito e discriminação raciais são problemas sociais - sendo deles a causa da discrepância entre os direitos conferidos pelo ordenamento jurídico e as dificuldades encontradas pelos negros para gozarem de tais direitos (FERNANDES, 2008b, p. 32). Com isso, os movimentos negros se convertiam em “agentes diretos da democratização dos direitos e garantias sociais, estabelecidos pela ordem legal vigente” (FERNANDES, 2008b, p. 23). Nesse sentido, o programa da Frente Negra Brasileira afirmava como um de seus objetivos a orientação para que ele [o negro] pudesse gozar da mais ampla regalia que a lei lhe concede (FERNANDES, 2008b). Assim, a organização atuava para diluir a dissociação entre a ordem jurídica e os padrões de relações raciais.

É certo que tal nível de compreensão não era universal entre a população negra, permanecendo um grau relevante de heterogeneidade acerca dos motivos percebidos para o descompasso entre

14 Florestan Fernandes escolheu a associação Frente Negra Brasileira, dentre várias associações e movimentos reivindicativos do “meio negro” na cidade de São Paulo, como sua unidade de investigação. A FNB durou de 1931 e 1937, ano em que, após ter se transformado em partido político, foi fechada pela ditadura do Estado Novo. Continuou funcionando ainda por um período (até o aniversário de 50 anos da Abolição) sob outro nome, para depois fechar definitivamente.

ordem social e padrão de relações raciais (FERNANDES, 2008b, p. 46). De toda forma, começava a se firmar uma contra ideologia a respeito da questão racial, a qual servia sobremaneira para:

condenar literalmente a perpetuação indefinida dos padrões brasileiros de integração racial, que mantinham uma dualidade indesejável: uma situação praticamente de castas sob o manto da ‘sociedade aberta’ e da ‘democracia racial’[...] De ângulo positivo, ela representa o produto dinâmico da absorção dos valores em que se assentava a ordem legal (e, por conseguinte, o próprio estilo de vida dos ‘brancos’) pelo negro. Na polarização negativa, ela traduz a repulsa do negro à duplicidade de uma ordem social, que lhe parecia aberta num plano, mas fechada no outro. (FERNANDES, 2008b, p. 111).

O desmascaramento posto em ação pela contra ideologia negra atuava, portanto, incisivamente sobre o descompasso entre ordem social e padrão de relações raciais: num primeiro momento o denunciava, expondo a inocuidade das leis igualitárias, com enfoque nas promessas da Carta Constitucional. Posteriormente, questionava suas bases filosóficas, consubstanciadas na noção de democracia racial. Por fim, promovia o desmascaramento de símbolos e valores fundantes para a ideia de democracia racial. O desmascaramento de datas históricas, que Fernandes (2008b, p. 117) destaca, implica também o desmascaramento das leis que as pontuaram, como as de 13 de maio de 88 (Lei da Abolição), 15 de novembro de 89 (República) e 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), como se evidencia em diversos trechos de publicações em jornais do período¹⁵ citadas pelo autor.

Deve ser considerado em nossa análise, ainda, “o grau de alheamento e mesmo hostilidade com que os vários círculos da população branca acompanharam as tentativas de democratização das relações raciais, levadas a cabo pelos segmentos inconformistas da população de cor” (FERNANDES, 2008b, p. 74). Como exemplo de ação hostil desse grupo, Fernandes cita a “política de congelamento” através da qual negavam a divulgação das ideias dos movimentos negros em seus veículos de comunicação, o que obrigava os movimentos a arcarem com o custo de abrir seus próprios veículos¹⁶. As reações conservantistas das camadas brancas dirigentes revelam que o problema da assintonia entre ordem social e padrão de relações raciais não era visto, por esse grupo, como um problema. A democratização efetiva dos direitos era percebida antes como um perigo, um risco de desordem; percepção condensada na seguinte fala de uma pessoa branca¹⁷

15 Por exemplo, a publicação, em 1932, da “Liga dos Amigos da Luta” no jornal “O Clarim da Alvorada”, afirmava: “[...] Veio a Lei de 28 de Setembro – Ventre Livre, legislação na casca do ovo. Veio a ironia de 13 de Maio de 88. O negro ficou um livre escravo.” (FERNANDES, 2008b, p. 117).

16 O editorial do primeiro número do jornal “A Voz da Raça”, de 1933, fazia referência a esse problema: “Este jornal aparece na hora em que precisamos tornar público, nos dias de hoje, de amanhã e de sempre, os interesses e a comunhão de ideias da raça, porque as outras folhas, aliás veteranas, por despeitos políticos, têm deixado de o fazer [...]”. (FERNANDES, 2008b, p.77)

17 A fala é citada na p. 15-16 do estudo de caso Movimentos sociais no meio negro, elaborado por Renato Jardim Moreira e José Correia Leite, conforme informado por Fernandes na nota número 3 (FERNANDES,

Fernandes (2008b, p.76): “se você assanhar todos esses negros, como é que isto vai ficar?”

A partir de 1937, a industrialização de São Paulo, estimulada pela Segunda Guerra Mundial, será um fator de aceleração da implantação da ordem social competitiva no país. Nesse cenário, mais negros conseguiram se integrar à ordem social, traçando o caminho da mobilidade vertical dentro do sistema de classes. Para Fernandes (2008b, p. 138), trata-se de um indicador de que a sociedade de classes, por suas próprias tendências de desenvolvimento, começava a fazer derrapar o antigo padrão de relações raciais. Tal influxo colaborava para que os negros tomassem consciência da situação global em que estavam inseridos, ao menos com relação à forma como essa situação interferia em suas “impulsões igualitárias” (FERNANDES, 2008b, p. 408), minando suas chances de classificação socioeconômica. Aqui se avança, portanto, na questão de assintonia de *ethos* que, para Fernandes, dificultava a integração socioeconômica da população negra à sociedade de classes.

Já os brancos não tomariam plena consciência da situação global de raça nem estariam interessados em eliminar as inconsistências do sistema de relações raciais brasileiro. Aqueles que se identificam com a ideologia racial brasileira apresentavam uma visão mistificada da realidade racial, “ao representarem a ‘situação do negro’ através das normas ideais de comportamento e das potencialidades igualitárias da ordem social competitiva” (FERNANDES, 2008b, p. 421). Tal mitificação os levariam a produzir formas de consciência tortuosas sobre o problema do preconceito de cor. Essas formas se traduzem em algumas tendências percebidas por Fernandes (2008b, p. 461-465): 1) “tendência muito acentuada a ignorar a existência de um problema negro”; 2) “reduzir o preconceito de cor a uma peculiaridade individual e, portanto, negligenciável” 3) “propensão a reduzir o preconceito de cor a um preconceito de classe”; 4) nos casos em que a manifestação do preconceito de cor é vigorosa, o branco tenderia a agir como se horrorizado com a situação, afirmando que ela não seria representativa da cultura brasileira.

Nesse sentido, Fernandes afirma que os brancos ainda se portavam, no período considerado, de acordo com um código ético dual, que os levava a naturalizar as influências morais sobre suas perspectivas raciais. Como decorrência, eles demonstravam “extrema insensibilidade [...] ante as inconsistências visíveis das atitudes, avaliações e comportamentos raciais, herdados do passado, e os fundamentos axiológicos, compartilhados conscientemente, da ordem social competitiva” (FERNANDES, 2008b, p. 531). Isso também aparecia na ausência de entusiasmo para aplicar os critérios da ordem social competitiva ao campo das relações raciais.

O autor afirma que dois grupos sociais, dentre os brancos, seriam uma exceção a essas tendências de consciência sobre a questão racial. O primeiro é o dos brancos de classe média que ocupavam cargos estratégicos em instituições com políticas raciais, os quais acabavam tendo maior contato com a população negra e assumiriam, por isso, consciência diferenciada da questão. O segundo é o dos brancos intelectuais (2008b, p. 467), os quais, em suas análises, frequentemente aproximavam o “problema negro” a um problema moral, revelando intenção de desmascarar o 2008b, p. 577).

próprio branco em seus comportamentos.

Uma lei específica desse período, frequentemente mencionada pelos informantes de Fernandes, é a Lei Afonso Arinos. Publicada em 1951, ela incluía manifestações de preconceito racial como contravenções penais. Essa lei é percebida de diferentes maneiras no que concerne ao paradoxo aqui trabalhado. Para um informante mulato, contador e funcionário público de uma autarquia, sua função seria ambígua: ao mesmo tempo em que é vista como um instrumento para lidar com o preconceito, é avaliada como negativa justamente por evidenciá-lo: “A lei tem aspectos bons, porque dá ao negro e ao mulato um instrumento para lutar contra o preconceito. Mas seu principal defeito consiste em pôr em evidencia o mesmo” (FERNANDES, 2008b, p.484). Mas tal forma de percepção não era hegemônica: observando como se deu a recepção da referida lei no “meio negro”, Fernandes afirma que havia uma sintomática “convergência de opiniões e avaliações. Deu-se realce quase exclusivo ao significado daquela lei como desmascaramento da “hipocrisia do branco”” (FERNANDES, 2008b, p. 500-501). A inocuidade da lei em termos de resolução do problema racial foi apontada por poucos informantes. Para Fernandes, tal fato revela que a consciência dos negros sobre essa lei era limitada, na medida em que “parava” na etapa do elogio ao desmascaramento do branco, não “indo além” para criticar a lei em sua insuficiência diante do problema prático que a integração do negro colocava.

Paralelamente, Fernandes afirma que através de tal lei podia ser interpretado como os brancos viam e posicionavam o problema do preconceito de cor. Para Fernandes (2008b, p.464), a Lei Afonso Arinos consistia em manifestação legislativa de uma forma de consciência - acerca da questão do preconceito de cor – que era comum entre os brancos, isto é: aquela que tenta reduzir o preconceito de cor a um preconceito de classe. Além disso, ela reproduziria a percepção segundo a qual o preconceito é uma “questão de foro íntimo”, cabendo ao legislador apenas mitigar suas evidências ou os prejuízos que possa causar em suas vítimas. Assim como entre os negros, a inocuidade da lei para resolver a questão da integração do negro na sociedade de classes foi ignorada pelos informantes brancos, enfocando-se o controle do preconceito de cor sob o prisma de um “dilema humanitário, com fundamentos jurídicos, e não como uma imperiosa necessidade de caráter nacional” (FERNANDES, 2008b, p. 561). Essa maneira de posicionar a questão levava, de acordo com o sociólogo, a que medidas mais construtivas para a integração do negro não fossem tematizadas. Permitia-se, assim, que a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder permanecesse praticamente inalterada. “Como sucedeu no espírito do legislador, elas [tais medidas] não se fizeram presentes, pois se isso acontecesse o problema do negro assumiria outra feição no quadro de cogitações pragmáticas dos brancos” (FERNANDES, 2008b, p. 561).

4. Considerações finais

Buscamos identificar, nas fontes que embasaram a escrita de *A Integração do Negro na Sociedade*

de Classes e em especial nos depoimentos dos informantes ouvidos por Fernandes, as opiniões sobre o descompasso entre a ordem social e os padrões de relações raciais no período que vai de 1880 a 1948. Antes de mais nada, é importante registrar que as opiniões dos informantes são plurais; pluralidade cuja representação adequada encontrou limites no espaço e escopo deste trabalho. Não obstante, é possível sugerir a existência de padrões de variação das opiniões especialmente de acordo com três fatores: raça, classe e envolvimento militante/intelectualidade.

Nesse sentido, pudemos constatar que as elites brancas conservaram avaliações semelhantes ao longo de todo o período analisado. Elas tendiam a desconsiderar o descompasso entre a nova ordem social e jurídica e os padrões de relações raciais ou a justificá-lo através de naturalizações etnocêntricas - para Fernandes, motivadas pelo desejo de manter no campo das relações raciais a distância social própria da ordem estamental anterior. Alguns grupos específicos da população branca, como o de intelectuais, seriam capazes de se aproximar mais de uma consciência crítica do problema racial, de forma que independia de sua situação de classe (FERNANDES, 2008b, p. 467). Essa consciência crítica, por seu turno, por vezes se transformava numa oposição aos próprios mecanismos republicanos que enunciavam a promessa maltratada de igualdade – algo que ocorria também entre alguns movimentos negros, como a Frente Negra Brasileira.

Já no que diz respeito às avaliações da população negra - que de forma geral já tendia a perceber e analisar o descompasso em termos mais estruturais do que a população branca - percebemos uma alteração no eixo das críticas: se entre 1880 e 1900 elas focavam nas falhas do processo de emancipação – trazendo à baila especialmente as insuficiências da Lei 13 de Maio -, entre 1900 e 1930 elas ressaltam o tratamento discriminatório das instituições do Poder Público. Essa tendência se mantém a partir de 1930, com a organização dos movimentos negros na cidade de São Paulo enquanto reação societária por excelência ao descompasso entre ordem social competitiva e padrão estamental de relações raciais, reivindicando a democratização dos direitos na nova ordem.

O que o estudo nos permite sugerir, de forma mais ampla, é que Florestan Fernandes oferece elementos teóricos relevantes para quem quiser pensar sobre as diferenças de percepção e sensibilidade a respeito das contradições entre ordem social e padrões de relações raciais. Por exemplo, o autor nos oferece material para indagar como a mobilização de categorias de “perturbação da ordem/paz social”, ao longo da história do país, subsidia ilações a respeito das relações raciais e da própria capacidade/conveniência de grupos raciais não brancos serem sujeitos de direitos. O sociólogo também nos dá subsídios para imaginar como a atuação racialmente orientada das instituições responsáveis pela aplicação da lei pode contribuir para gerar uma descrença ou desconfiança relativamente à própria ordem social que promete a igualdade. Outra possibilidade teórica do livro é, ainda, pautar como o elemento legal de igualdade pode vir a integrar um quadro que finda por interditar a percepção das desigualdades e assintonias entre ordem social e padrões e relações raciais, sob a justificativa de inexistência do problema no plano jurídico – um dos efeitos que Fernandes atribui ao mito da democracia racial (FERNANDES, 2008a, p.312).

Afinal, quais são as condições para que determinados grupos raciais e de classe, ou vinculados a profissões específicas, *reconheçam* o quão o padrão de relações raciais difere das promessas e fundamentos da ordem social competitiva e do regime jurídico igualitário? Se sensíveis a essa questão, a quais fatores esses grupos atribuem sua existência? Quais os mecanismos que fazem com que eles as atribuam a determinados fatores e não a outros? E, em outra proposta de análise, como essas percepções variaram para além do período estudado pelo autor, ou em outras cidades e regiões? São perguntas e possíveis agendas de pesquisa que o estudo aqui realizado pode ajudar a desenvolver.

Referências

- BASTIDE, R., FERNANDES, F. 2008. “O preconceito racial em São Paulo (projeto de estudo)”. In: *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e feitos do preconceito de cor na sociedade paulistana* (pp. 265-293). 4ª Ed. rev. São Paulo: Global.
- CARVALHO, J. M. .2002. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FERNANDES, F. 2008a. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*, vol. 1. 5ª Ed. São Paulo: Globo.
- FERNANDES, F. 2008b. *A integração do negro na sociedade de classes: o limiar de uma nova era*, vol. 2. 5ª Ed. São Paulo: Globo.
- FRAGA, W. (2018). “Pós-abolição; o dia seguinte”. In: SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos* (pp. 351-358). 1ª Ed – São Paulo: Companhia das Letras.
- GUIMARÃES, Antonio. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, jan/jun. 2003, pp.93- pp.107.
- SILVA, Fernanda Lima da. *Dançar em praça de guerra: precariedade e liberdade na cidade negra* (Recife, 1870-1888). 2019. 191 f. Dissertação (Mestrado em Direito) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- SOARES, E. V., BRAGA, M. L. S, COSTA, D. V. A. (2002). “O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política”. *Sociedade e cultura*, v. 5, n.1, 2002, pp. 35- pp. 52.
- VALENÇA, Manuela Abath. *Soberania policial no Recife do início do século XX*. 2017. 245 f., il. Tese (Doutorado em Direito) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Resenha

Recursos para um ativismo intelectual:

o paradigma da interseccionalidade em Patricia Hill Collins

Lunara Gomes*

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Dividido em três partes, *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento* carrega em si a escrita de uma obra que tem como objetivo o ativismo intelectual. É com essa finalidade que Patricia Hill Collins pretende afirmar o poder das ideias a serviço da justiça e igualdade sociais (COLLINS, 2019, p. 11).

Patricia Hill Collins é professora emérita do Departamento de Sociologia da Universidade de Maryland, College Park. Publicara obras como *On Intellectual Activism* (Temple University Press, 2013), *Intersectionality as Critical Social Theory* (Duke University Press, 2019), mas *Pensamento feminista negro* é o primeiro de seus livros com publicação aqui no Brasil, por meio da editora Boitempo. Além disso, ela é considerada a primeira presidenta negra da Associação Americana de Sociologia.

A obra é grandiosa, entre outras coisas, porque carrega em si muitos rostos, tal qual o feminismo negro. Da coletividade, das lutas em comum, existem particularidades atestadas pela noção de interseccionalidade que impedem uma ideia essencialista sobre as mulheres. Com uma linguagem acessível, Hill Collins (2019) elucida conceitos como ideologia, opressão, interseccionalidade para discutir questões complexas que dizem respeito às relações e tensões raciais próprias dos Estados Unidos.

Na primeira parte, intitulada *A construção social do pensamento feminista negro*, a autora resgata a memória de intelectuais afro-americanas que produziram de forma isolada como Zora Neale Hurston e de outras que se esforçam para serem reconhecidas. Para a autora, a dialética entre a supressão do conhecimento produzido por mulheres negras e o ativismo de tantas outras, constitui, portanto, a política do pensamento feminista negro estadunidense (COLLINS, 2019, p. 33).

Entre outras coisas, ela traz para o debate acadêmico a persistente ausência das ideias feministas

*Doutoranda e mestra em Teoria da Literatura pela UFPE. Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: lunaracarolline@hotmail.com.

de mulheres negras na produção acadêmica, explicada pela negação da possibilidade de alfabetização dos afro-americanos por um longo período (COLLINS, 2019, p. 35). Hill

Collins (2019) discute também o desenvolvimento da teoria social crítica das estadunidenses, que se revela como um conjunto de saberes e práticas que estão relacionados com demandas enfrentadas em comum pelas afro-americanas: “A identidade do pensamento feminista negro como teoria social “crítica” reside em seu compromisso com a justiça, tanto para as estadunidenses negras como coletividade quanto para outros grupos oprimidos” (COLLINS, 2019, p. 43).

Um dos fatores que estimulou o desenvolvimento da teoria social crítica das afro-americanas está relacionado ao período anterior à segunda Guerra Mundial, no qual, a segregação racial percebida na habitação urbana havia se tornado tão aprofundada que a maioria das afro-americanas vivia em tradicionais bairros negros. Lá, seus filhos puderam frequentar escolas para pessoas negras, como também, as mulheres eram parte ativa em igrejas e organizações do próprio bairro. Desta maneira, é importante perceber como nesses bairros, alguns saberes de matriz africana foram ampliados com o objetivo de resistirem à opressão de base racista (COLLINS, 2019, p. 43).

A autora usa o conceito de imagens de controle com a finalidade de apresentar os variados estereótipos inteiramente negativos que recaem sobre as mulheres negras. Ela discute várias imagens, como por exemplo, as *mammies*, as jezebéis, as mães beneficiárias de programas de assistência social, entre outras, e como determinadas características relacionadas a essas mulheres são utilizadas para justificar as diferentes opressões vivenciadas por elas. Hill Collins (2019) discute essas e outras imagens em profundidade na segunda parte da obra: Temas centrais do pensamento feminista negro.

Nesta segunda parte, ela também apresenta um quadro amplo de debate sobre o lugar das mulheres afro-americanas no mercado de trabalho. A socióloga parte do período escravocrata para elucidar a origem da constatação de que a maioria das mulheres negras ainda permanece em postos de trabalho subalternizados: “Em épocas anteriores, o confinamento das afro-americanas no trabalho doméstico e agrícola estruturou mais uniformemente a opressão das mulheres negras como “mulas do mundo” (COLLINS, 2019, p. 133).

No trabalho doméstico, por exemplo, há uma imagem de controle bastante conhecida socialmente que é a da *mammy*. Esse estereótipo continua ativo tanto na cultura erudita quanto na popular (COLLINS, 2019, p. 141) e é representado basicamente pela serviçal negra fiel, aquela que obedece sempre aos patrões brancos. Hill Collins (2019) demonstra como a imagem foi criada para legitimar a continuidade do confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico (COLLINS, 2019, p.140): “A ideologia dominante na era da escravidão estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p. 140).

Outra imagem de controle discutida por Hill Collins (2019), a da mãe dependente do estado parece estar relacionada ao maior acesso das mulheres negras da classe trabalhadora aos direitos proporcionados pelo Estado de bem-estar social (COLLINS, 2019, p. 149). Ambos estereótipos constituem-se também pelo desejo de controle da fecundidade das mulheres negras. A imagem da mãe dependente de programas sociais se apresenta como útil no que se refere à associação da “mãe acomodada”, que “escapa do trabalho” e “transmite valores nocivos” para os filhos, representando assim, um perigo para as contas do estado (COLLINS, 2019, p. 151). Como já dito, a autora demonstra a maneira pela qual essas imagens de controle se relacionam e compartilham características em comum com o objetivo de controlar os corpos das afro-americanas: “A imagem da *mammy* é fundamental em opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe. Em relação à opressão de raça, imagens de controle como a da *mammy* visam influenciar o comportamento materno das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p. 141).

Em outro tópico da segunda parte, *O poder da autodefinição*, ela discute sobre as formas de resistência desenvolvidas pelas afro-americanas, nas quais elas rejeitam as imagens de controle associadas às mulheres negras. Ela resgata as vozes de Audre Lorde, Marita Bonner entre outras afro-americanas para ilustrar a construção da consciência coletiva e para demonstrar como há tempos, o espaço das subjetividades é explorado por essas e outras mulheres (COLLINS, 2019, p. 181):

A voz dessas mulheres afro-americanas não é de vítimas, mas de sobreviventes. Suas ideias e ações sugerem que não apenas existe um ponto de vista autodefinido das mulheres negras como grupo, mas que sua presença tem sido essencial para a sobrevivência das mulheres negras nos Estados Unidos (COLLINS, 2019, p. 182).

Nesse sentido, a autora fala dos espaços a partir dos quais surgiram as possibilidades das afro-americanas se autodefinirem, como, por exemplo, as igrejas e organizações comunitárias (COLLINS, 2019, p. 185). A socióloga também discute outras formas de resistência elaboradas pelas estadunidenses negras, como por exemplo, o desenvolvimento de uma tradição de arte progressista como o *blues*. Demonstra-se assim que não podemos rematar que a objetificação das mulheres negras se dá de forma absoluta:

A maioria das afro-americanas simplesmente não se define como *mammies*, matriarcas, mães dependentes do Estado, mulas ou mulheres sexualmente depreciadas. A matriz de dominação na qual essas imagens de controle estão inseridas é muito menos coesa ou uniforme do que se imagina (COLLINS, 2019, p. 182).

Ainda sobre essa segunda parte, a autora discute outro exemplo de dominação presente na discriminação persistente em relação às políticas sexuais das mulheres e insiste no compromisso que devemos ter ao analisarmos essa conjuntura através do paradigma interseccional. Nesse sentido,

as categorias como gênero, raça e classe devem ser invocadas com o objetivo de observarmos os tratamentos distintos direcionados às estadunidenses (COLLINS, 2019, p. 369). A partir da variedade de temas discutidos por ela, entra-se em contato com a possibilidade de utilização dos paradigmas interseccionais na análise de opressões que moldam, inclusive, as experiências de outros grupos sociais (COLLINS, 2019, p. 368).

É de grande valor perceber a contribuição dos paradigmas interseccionais, principalmente, no que se refere a uma nova perspectiva sobre a forma de organização da dominação. Sobre essa questão, Patricia Hill Collins (2019) faz uso do conceito de matriz de dominação, o qual caracteriza a organização social onde as opressões interseccionais têm origem (COLLINS, 2019, p. 368).

Entre outros temas, na terceira parte, intitulada *Feminismo negro, conhecimento e poder*, a autora discute as dificuldades encontradas pelas pesquisadoras que buscam a aceitação de seus trabalhos na produção acadêmica. Nesse sentido, ela é enfática:

Além disso, é improvável que um pensamento especializado que coloque em xeque pressupostos de inferioridade feminina negra seja gerado em ambientes acadêmicos controlados por homens brancos, porque tanto as perguntas elaboradas nesse contexto como as respostas refletiriam necessariamente uma falta básica de familiaridade com as realidades das mulheres negras. Mesmo aqueles que acham que estão familiarizados com tais realidades podem reproduzir estereótipos. Acreditando-se conhecedores do assunto, muitos pesquisadores defendem firmemente as imagens de controle das mulheres negras estadunidenses como *mammies*, matriarcas e jezebéis, e permitem que percepções baseadas no senso comum permeiem seus estudos (COLLINS, 2019, p. 405).

Ainda que se verifique a exclusão das mulheres negras da produção acadêmica sociológica até a década de 1970, isso não quer dizer que não houve tentativas de validação de conhecimento das afro-americanas (COLLINS, 2019, p. 409) – elas têm recorrido, desde a sua inserção na academia, a maneiras alternativas para consolidarem suas pesquisas e respectivas reivindicações (COLLINS, 2019, p. 406). Em relação às pesquisas acadêmicas, a autora argumenta que, embora existam vários estudos dentro do pensamento feminista negro, a maioria deles se volta para as políticas internas. Essas pesquisas não deixam de ser relevantes, mas não bastam e, nesse sentido, a autora sugere que se considere as mulheres dentro de uma conjuntura global e em relação à política externa (COLLINS, 2019, p. 373). Assim, ela incorpora mais uma categoria a ser levada em consideração nos estudos que necessitam de uma perspectiva interseccional, a de nação.

As análises da obra, situadas dentro ou fora da academia, apresentam um quadro amplo de temas do pensamento feminista negro e esses estudos colocam-se como um importante centro de conhecimento sobre as opressões interseccionais. A epistemologia feminista, além de permitir a autodefinição das afro-americanas, possibilita o empoderamento tanto no nível subjetivo quanto em relação ao empoderamento de nível coletivo frente às instituições sociais patriarcais.

Além do empoderamento estar diretamente conectado ao conhecimento, a socióloga ressalta a importância de olharmos para o ativismo das mulheres negras porque evidencia-se que o empoderamento exige mais do que a mudança da consciência individual. Ele também demanda uma transformação das instituições sociais consideradas problemáticas (COLLINS, 2019, p. 433): “(...) Embora o empoderamento individual seja fundamental, somente a ação coletiva pode produzir efetivamente as transformações institucionais duradouras que são necessárias para que tenhamos justiça social” (COLLINS, 2019, p. 456).

O denso trabalho de Hill Collins (2019), voltado ao contexto estadunidense, não se limita à territorialidade. Ele consolida a relevância do conceito de interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica fundamental, sobretudo, para pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre questões raciais e de gênero. Ao apresentar a base do pensamento feminista negro e sua principal ferramenta conceitual, a obra se torna um alicerce, especialmente, dos estudos sociológicos.

